

IZA DAIANA WIGGERS

O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO  
SERVIÇO SOCIAL

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 17/08/06

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS – SC, 2006

**IZA DAIANA WIGGERS**

**O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO  
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Graduação em  
Serviço Social para obtenção de bacharel em  
Serviço Social.

Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Voigt Espínola

**FLORIANÓPOLIS – SC, 2006**



**IZA DAIANA WIGGERS**

**O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO  
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de agosto de 2006.



---

**Prof. Cláudia Voigt Espínola**

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC  
Orientadora



---

**Prof. Vera Nícea Fortkamp de Araújo**

Professora do Departamento de Serviço Social – UNISUL  
Primeira Examinadora



---

**Prof. Jussara Jovita Souza da Rosa**

Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC  
Segunda Examinadora

*Dedico esse trabalho a **Geovani Valdenir de Pinho**,  
meu marido, meu amigo e meu amor, pela presença  
atenciosa, dedicação constante e compreensão.*

## AGRADECIMENTOS

À memória de meu avô, **Vilibaldo Boeing** – uma saudade sem fim, daquele que será sempre um pai e um exemplo.

À **Clarice**, minha mãe, pelo amor, carinho e respeito, e por ter me ensinando a importância da perseverança, da honestidade e da seriedade.

À **Tânia**, minha irmã, por estar ao meu lado em todos os momentos em que precisei, e por me mostrar o valor da simplicidade.

À professora **Cláudia Voigt Espínola**, pela orientação sempre atenciosa, prestativa, e por ter me aberto novos caminhos.

À **ACIC**, através das assistentes sociais **Maria Antônia Carioni Carsten** e **Beatriz de Oliveira Odilon**, pelo espaço para realização do estágio, pela amizade, convivência e principalmente pelo acolhimento.

A todos os **meus amigos**, em especial à Solange, Joselaine, Silvana e Luciane, que mesmo distantes me incentivaram e apoiaram sempre.

## RESUMO

O tema desse Trabalho de Conclusão de Curso são *os grupos como instrumento de intervenção do Serviço Social*. As análises e problematizações sobre essa temática surgiram oportunizadas pela realização do estágio curricular obrigatório, na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, uma vez que nessa ocasião, foi elaborado e executado um projeto que utilizou principalmente esse instrumento. Essa experiência suscitou a necessidade de uma discussão aprofundada sobre o trabalho com grupos, voltando a atenção para a formação acadêmica qualificada para o exercício dessa prática. Inicialmente, é feita uma abordagem sobre os grupos, onde são apresentados os diferentes conceitos, além de justificar sua importância e benefícios. Em seguida, resgata-se o histórico da utilização do trabalho com grupos no Serviço Social, para posteriormente, discutir acerca do papel do profissional nesse contexto. É feita a apresentação da ACIC e sua dinâmica de atendimento, e são analisados os momentos vividos pelo grupo junto ao qual o trabalho foi realizado. Na sequência, explana-se sobre as diretrizes curriculares, aprovadas em 1996 e sobre o currículo vigente para o curso de Serviço Social da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Finaliza-se o trabalho realizando uma comparação entre o currículo anterior, vigente de 1991 a 1998, o currículo implantado em 1999 e os ajustes realizados em 2000, utilizando para isso a análise documental dos materiais existentes sobre essas estruturas curriculares. A intenção é realizar um levantamento de informações a fim de verificar de que maneira tem sido conduzida a formação acadêmica no curso de Serviço Social da UFSC, para a utilização desse instrumento de intervenção profissional. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo, principalmente, a discussão sobre a prática, tratando de forma específica, de um dos instrumentos utilizados pelos profissionais; instrumento esse que possui grande significado histórico para a profissão.

**PALAVRAS CHAVE:** grupo, demandas, intervenção profissional, estrutura curricular.

“Se quisermos que uma idéia tenha influência e se transforme em ação, ela deve ser plantada, e o solo é a pessoa e os grupos de pessoas”.

**Erich Fromm**

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 8   |
| <b>2 O TRABALHO COM GRUPOS E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL</b> ....   | 11  |
| 2.1 Grupos – diferentes concepções e conceitos .....   | 11  |
| 2.2 O serviço social e o trabalho com grupos – histórico.....  | 19  |
| 2.3 O papel do assistente social no trabalho com grupos .....  | 23  |
| <b>3 DA EXPERIÊNCIA COM GRUPO</b> .....  | 29  |
| 3.1 Apresentando a ACIC .....  | 29  |
| 3.2 Descrições e percepções da experiência de campo.....   | 32  |
| 3.3 Descrição dos momentos do grupo .....  | 38  |
| <b>4 DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</b> ..... | 48  |
| 4.1 As diretrizes gerais vigentes para o curso de serviço social.....  | 48  |
| 4.2 A estrutura curricular anterior à implementação do novo currículo – 1991 a 1998 .....                                | 54  |
| 4.3 A implementação, em 1999, do novo currículo para o curso de serviço social da UFSC .....                             | 58  |
| 4.3.1 A revisão efetuada em 2000. Construção da nova proposta. ....  | 62  |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 69  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 72  |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 76  |
| <b>ANEXO A - Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social</b> .....  | 77  |
| <b>ANEXO B - Estrutura Curricular vigente de 1991 a 1998</b> .....   | 100 |
| <b>ANEXO C - Fluxograma do Curso de Serviço Social – 2005.2</b> .....  | 107 |
| <b>ANEXO D - Planos de ensino das disciplinas integradas</b> .....   | 109 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso é resultado da experiência como estagiária na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, em Florianópolis/SC, durante o semestre 2005.1, e apresenta a temática *trabalho com grupos como instrumento de intervenção profissional*, dando ênfase para a *formação profissional para o exercício dessa prática*. O interesse pelo tema surgiu em virtude da inserção nesse campo de estágio, que utiliza o trabalho com grupos como um instrumento permanente a serviço da profissão. Essa experiência, permeada de muitas conquistas e algumas dificuldades, provocou curiosidade sobre a aplicabilidade desse instrumento, bem como sobre a condução do processo de formação acadêmica para a prática profissional.

A escolha da ACIC para realização do estágio curricular obrigatório deu-se em virtude dessa instituição possuir uma equipe pluriprofissional estruturada da qual os assistentes sociais fazem parte, e por ser um espaço onde a atuação desse profissional é valorizada e reconhecida. Os serviços oferecidos podem ser considerados referência no atendimento às pessoas com deficiência, uma vez que buscam a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, contribuindo especialmente para sua inclusão social. A instituição atua na busca pela cidadania e garantia de direitos das pessoas com deficiência, dando subsídios inclusive para sua integração ao mercado de trabalho, desenvolvendo atividades voltadas para a profissionalização.

O trabalho com grupos esteve presente dentre os instrumentos utilizados para a atuação dos profissionais do Serviço Social desde a primeira metade do século passado, com o chamado Serviço Social de Grupo. No entanto, a abordagem adotada naquela época estava mais voltada para a educação informal e para a recreação. O caráter bastante restritivo era outra característica marcante na época, uma vez que o trabalho junto aos grupos tinha como um dos principais objetivos adaptar os indivíduos socialmente, o que limitava a sua aplicação e a escolha das pessoas que fariam parte do grupo, que deveriam ser somente as “desajustadas socialmente”.

Com as constantes avaliações do referencial teórico-metodológico utilizado pelo Serviço Social, passam a surgir as críticas ao caráter restritivo da utilização desse instrumento, e ele passa por uma construção histórica, até chegar à forma como vem sendo trabalhado atualmente. O grupo pode ser entendido então, como uma ferramenta que explora de forma positiva os relacionamentos, e que pode ser utilizada nos mais diferentes contextos, para

promover a formação e o desenvolvimento de pessoas mais conscientes e críticas, que tenham condições de identificar e propor soluções para os próprios conflitos e problemas. Nesse sentido, o papel do assistente social deverá ser o de orientador, facilitando o processo de descoberta dos indivíduos e dos grupos, e fazendo leituras críticas não só do desenvolvimento do grupo, mas também os demais processos que o circunscrevem.

Reconhecida a importância da utilização dos grupos, sempre em conjunto, é claro, com os demais instrumentos de intervenção profissional do assistente social, apresenta-se a seguir a composição dos capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso, visando detalhar a maneira como o trabalho foi estruturado e os conteúdos que serão abordados.

Inicialmente, será abordado o grupo, de maneira ampla e genérica. Serão apontados os conceitos de vários autores e linhas teóricas, formas de classificação, importância da utilização dos grupos bem como os benefícios que este pode trazer para os indivíduos e para os grupos de indivíduos. Em seguida, é feito um resgate do histórico da utilização desse instrumento pelo Serviço Social: como surgiu, quais os objetivos iniciais e quais desafios e impasses estavam colocados. Finalizando o primeiro capítulo, discute-se sobre o papel do assistente social na condução de um grupo, e de que maneira esse profissional precisa contribuir para o pleno desenvolvimento desse grupo, para que ele atinja os objetivos aos quais se propôs.

No capítulo seguinte, apresenta-se a ACIC, detalhando sua estrutura de atendimento, principais objetivos e público atendido. Em seguida, descreve-se o projeto elaborado e executado durante o período em que foi realizado o estágio curricular obrigatório, detalhando como ele foi desenvolvido, quais objetivos foram alcançados e quais as dificuldades encontradas. Para finalizar o capítulo, os momentos pelos quais o grupo passou são problematizados e analisados à luz de reflexões teóricas, e são discutidos outros pontos importantes como o comportamento dos membros e a motivação para a participação no grupo.

No último capítulo, trata-se das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, onde é feita uma descrição desse documento e uma análise sobre o momento de seu surgimento, recorrendo sobre quais situações, motivadas pelas transformações da sociedade e pelas reflexões de profissionais e docentes, suscitaram o seu surgimento. Ainda nesse capítulo, resgata-se a estrutura curricular que esteve vigente de 1991 a 1998, antes da implantação do novo currículo, em 1999. A intenção é obter informações detalhadas que possam orientar uma comparação qualitativa crítica da estrutura curricular praticada atualmente. O foco dessas análises está no núcleo das disciplinas responsáveis pelo trato técnico-operativo do fazer profissional. Para tanto, também é resgatada a nova estrutura,



implantada em 1999, decorrente da aprovação do currículo mínimo para o curso de Serviço Social e das Diretrizes Gerais para esse curso.

Finalizando o último capítulo, discorre-se sobre os ajustes realizados nesse novo currículo. Tais ajustes, realizados em 2000, objetivavam dar maior espaço para a formação de profissionais qualificados para a intervenção profissional de forma crítica, ética e competente teoricamente. A ênfase da discussão recai sobre o espaço existente nessas três estruturas curriculares para o instrumento de intervenção que é tema desse trabalho – *os grupos*. Pretende-se realizar um comparativo dessas três estruturas, analisando de que maneira o trabalho com grupos era abordado em cada uma delas, tendo assim, um panorama de como os acadêmicos estão sendo preparados para atuarem, no cotidiano, com esse importante instrumento de intervenção profissional.

## 2 O TRABALHO COM GRUPOS E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

### 2.1 Grupos – diferentes concepções e conceitos

Neste item, apresento uma revisão teórica sobre grupos: conceitos, tipos de grupos, especificidades no trabalho com grupos, benefícios e outras informações. A intenção é introduzir o tema, para que em seguida possamos pensar no trabalho com grupos nas áreas onde o Serviço Social se faz presente.

Mas porque é importante falar de grupos? Para Freire (1993, p. 18), “A identidade do sujeito é um produto das relações com os outros. Neste sentido, todo indivíduo está povoado de outros grupos internos da sua história”. O mesmo entendimento tem Torres (1985, p. 10), quando diz que “Todo indivíduo é sempre e para sempre membro de grupo”, “[...] o homem vive em grupos do nascimento até à morte”.

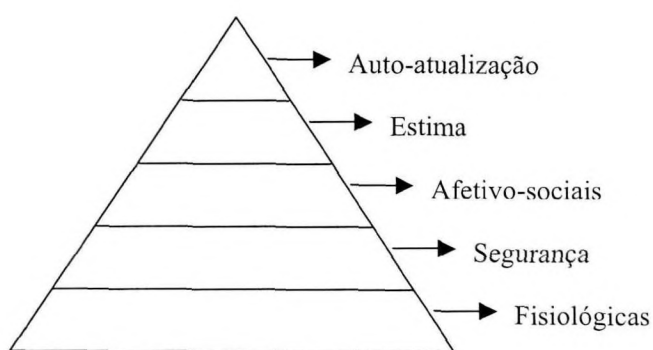
Passamos a maior parte de nossas vidas em grupos, seja na família, na escola, no trabalho, na comunidade, com grupos de amigos ou ainda em vários grupos simultaneamente. Sabemos que essa convivência, além de ser necessária, traz vários benefícios aos indivíduos, melhorando sua interação social e contribuindo para as diferentes fases de seu desenvolvimento, da infância até a velhice. Ainda segundo Freire (1993, p. 18), “[...] nosso ser individual nada mais é que um reflexo; onde a imagem de um espelho que nos devolvem é a de um “eu” que aparenta unicidade, mas que está composto por inumeráveis marcas de falas, presenças de modelos dos outros”.

Quando pensamos em grupo, lembramos logo de sobrevivência e segurança, no entanto, além das necessidades físicas, a convivência em grupo traz outras questões, como identificação, companhia, afeto, sentimento de pertencer, ajuda mútua, solidariedade... Os grupos são importantes espaços de socialização, onde os indivíduos podem externalizar seus sentimentos, satisfazer suas necessidades de maneira integral, e se desenvolver, dando seqüência à construção do seu “ser social”. Com as relações e os papéis sociais claramente estabelecidos, ele entende-se inserido e participante da sociedade.

Mas nenhuma consideração sobre as necessidades do ser humano estaria completa sem citar a clássica Teoria das Necessidades, de Maslow. É evidente que ela não esgota as discussões a esse respeito, no entanto, a partir dela, podemos pensar na importância de poder

perceber e respeitar as necessidades que os indivíduos possuem, considerando que elas podem determinar o sucesso ou o fracasso de um trabalho com grupos.

Para Maslow (1967, apud MOSMOVICI, p. 77), as necessidades sentidas pelo ser humano podem ser organizadas segundo alguns critérios de prioridade, e de acordo como elas vão sendo satisfeitas, gradativamente surgem outras, num processo que varia de indivíduo para indivíduo. Sendo assim, ele considera que as necessidades fisiológicas são as primordiais, e assim que essas estejam satisfeitas, surgem as demais necessidades, de acordo com a hierarquia apresentada na pirâmide abaixo, que explicarei sucintamente a seguir:



A teoria pressupõe que as necessidades são satisfeitas seguindo a pirâmide de baixo para cima. Assim, a necessidade que surge logo após a satisfação das necessidades fisiológicas, é a de segurança, já que o indivíduo precisa garantir que as necessidades fisiológicas continuem satisfeitas, pois disso depende a sua sobrevivência. Como exemplo, estão a procura pela estabilidade no emprego ou a aquisição de seguros (de vida, saúde, etc). Imediatamente posterior a essa, surgem necessidades afetivo-sociais, e é a partir daí que os grupos entram em evidência.

Aparece, a partir desse momento, a procura por vínculos com grupos de amigos, de colegas de trabalho, de parentes, e a necessidade de se sentir integrado a esses grupos, o que motiva o surgimento da próxima necessidade citada por Maslow: a estima e a auto-estima. Torna-se importante, nesse momento, o desejo de ter prestígio, reconhecimento e ter a atenção e a consideração das outras pessoas. Esse reconhecimento traz a confiança e a vontade de atualizar suas habilidades, levando o indivíduo a buscar a auto-atualização, citada pelo autor como a última e a mais complexa das necessidades a serem satisfeitas. Nesse momento o indivíduo pode optar pela busca de uma especialização em sua profissão, busca por nova carreira, etc.

As considerações sobre grupos feitas pela psicóloga e especialista em consultoria organizacional, Fela Moscovici, são essenciais para a discussão a que se propõe esse item. Ela entende o homem como um ser que se desenvolve continuamente em busca da realização e da felicidade, e considerando que este indivíduo convive em grupos, somente poderá desenvolver suas potencialidades individuais nessas relações. Para ela, o que caracteriza um grupo é que nele “duas ou mais pessoas se relacionam, para uma finalidade específica e consideram esta relação significativa”. (MOSCOVICI, 1997 apud NILSSON, 2004, p. 12).

Alinhadas à teoria de Maslow e aos conceitos de Fela Moscovici, estão as considerações sobre grupos realizadas por Torres (1985, p. 11), quando esta afirma que: “Os grupos existem para satisfazer as diversas necessidades que os seres humanos possuem e que não poderiam resolver sozinhos”. Segundo ela, além das necessidades biológicas, as pessoas precisam também satisfazer outras necessidades, que ela define como sendo: identificar-se, pertencer, relacionar-se e ter referências sociais.

Essas necessidades começam a ser satisfeitas no primeiro e principal grupo ao qual cada um de nós faz parte: a família. Conforme o indivíduo cresce, ele passa a assumir os valores, as crenças e os princípios que estão colocados e são praticados dentro de seu grupo familiar, estabelecendo suas referências sociais. Esse é o fator que irá contribuir mais fortemente para a formação de sua personalidade, além de nortear seus processos de interação social ao longo da vida. Segundo Minuchin (1992, p. 53), a família é a matriz da identidade do indivíduo, já que “No processo inicial de socialização, as famílias modelam e programam o comportamento e o sentido de identidade da criança”.<sup>1</sup>

É claro que, conforme o indivíduo cresce, ele passa a ampliar seu campo de socialização, relacionando-se com outros grupos, mais heterogêneos, e esses também irão contribuir para essa formação. No entanto, na grande maioria das vezes, o indivíduo já irá procurar aqueles grupos que mais alinhados estiverem com a sua visão de homem e de mundo, com os princípios e valores que ele já carrega, uma vez que nesses, além de identificar-se e encontrar seus pares, ele se sentirá seguro, com um menor o risco de rejeição.

Cabe nesse momento, ressaltar a classificação feita por Torres (1985, p. 13), ao dividir os grupos em duas categorias: Grupos Primários e Grupos Secundários. Nos grupos primários podemos enquadrar a família. Esses grupos são aqueles que proporcionam contatos mais próximos e diretos, onde o indivíduo tem laços de afetividade mais fortes e íntimos e onde ele se sente mais à vontade, mais acolhido e seguro. Todavia, esses grupos, que em geral

---

<sup>1</sup> Sobre modelo familiar e suas funções, consultar MINUCHIN, Salvador. *Famílias – Funcionamento e Tratamento*. Artes Médicas. Porto Alegre, 1992.

são menores e possuem valores próprios, não satisfazem a todas aquelas necessidades já mencionadas, já que, somente com eles, o processo de interação social ficaria bastante limitado.

Daí a necessidade e a busca pelos grupos secundários, como alternativa para a satisfação das demais necessidades, para que o indivíduo possa realizar-se integralmente. Podemos citar aqui as escolas, o trabalho, a religião, entre outros. Nestes, não há tanto envolvimento afetivo, os contatos são mais formais e os relacionamentos mais distantes, mas são esses espaços que proporcionarão ao indivíduo a possibilidade de poder confrontar-se com pessoas diferentes, valores, crenças e culturas diferentes daquelas apreendidas em seu grupo primário.

Sendo assim, podemos concluir que os grupos primários são essenciais na vida das pessoas, sendo fundamentais para a formação da personalidade, mas os grupos secundários precisam existir, e funcionam como um complemento, um suporte para a vida em sociedade.

Além da satisfação das necessidades, uma outra autora, Lúcia Afonso, aponta para outra característica dos grupos, os objetivos em comum. Ela nos traz o seguinte conceito: “Grupo é um conjunto de pessoas unidas entre si porque se colocam objetivos e/ou ideais em comum e se reconhecem interligadas por esses objetivos e/ou ideais”. (AFONSO, 2002, p. 19). Para a autora, a validade desse conceito depende de alguns fatores, que são: a constituição de grupo só acontece se houver relações face a face, ou seja, os membros se sentem unidos no mesmo propósito, estão agindo juntos para alcançar determinados objetivos, e para isso, encontram-se periodicamente.

Porém, todas essas informações sobre os grupos, que sugerem sempre unicidade, não anulam a individualidade, o que quer dizer que os problemas decorrentes das diferentes visões de homem e de mundo poderão gerar contradições e conflitos, e estes, por sua vez, precisam ser considerados um processo natural e, até certo ponto, sadio, assim como é sadio que o próprio grupo encontre as soluções/alternativas para a resolução desses conflitos, conforme veremos adiante.

Para outro autor bastante conhecido, David E. Zimmerman (1977, p. 51): “Um conjunto de pessoas constitui um grupo, um conjunto de grupos e sua relação com os respectivos subgrupos se constituem em uma comunidade e um conjunto interativo das comunidades configura uma sociedade”. Percebemos nesse autor, um tom diferente dos demais que citamos até aqui, já que traz o conceito em uma perspectiva mais ampla, considerando não só as relações dentro do grupo como também suas relações com outros grupos e com a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, o aspecto geral de seu conceito o

deixa um tanto vago, haja vista que não há nenhuma condição para a composição dos grupos, dando margem para entendimento de grupo como qualquer reunião ou aglomeração de pessoas.

Essa lacuna é preenchida pelo mesmo autor, quando ele faz uma diferenciação importante do conceito de grupo e agrupamento, que muito embora seja entendida nas entrelinhas dos conceitos dos outros autores, não são explicitamente identificados. Segundo ele: “[...] pode-se dizer que a passagem da condição de um agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de “interesses comuns”, para a de “interesses em comum” (ZIMERMANN, 1977, p. 28), ou seja, ele reforça a idéia de interação e objetivos únicos no convívio do grupo. Para ele, todo ser humano é gregário, e sua existência somente é possível em função de seus relacionamentos.

O autor classifica os grupos segundo sua finalidade, em dois grandes blocos, grupos operativos e psicoterápicos.

Os grupos operativos têm grande contribuição de Pichon Rivière, que já em 1945 os introduziu e sistematizou. Esses grupos são aqueles orientados para uma tarefa, seja ela implícita ou explícita, e seus membros são levados à participação através da motivação pela aprendizagem. Alternam momentos de ensino e de aprendizagem, ensino esse que pode vir até mesmo das próprias histórias e experiências de vida. Os grupos operativos são divididos em quatro outros campos: ensino-aprendizagem, institucionais, comunitários e terapêuticos, cuja descrição apresentarei brevemente a seguir:

**Ensino aprendizagem:** o objetivo principal desse tipo de grupo, como o nome já diz, é o aprendizado, a criação de um espaço onde os membros possam trocar informações acerca de uma determinada questão, com o objetivo de discuti-la;

**Institucionais:** grupos formados em empresas, escolas, igrejas, etc., com o objetivo de debater questões que sejam do interesse da instituição;

**Comunitários:** grupos utilizados em programas que visam a melhoria da saúde mental de seus integrantes;

**Terapêuticos:** são também chamados de grupos de auto ajuda, muito conhecidos por serem largamente utilizados e por terem alto nível de eficácia. Nele, os membros possuem situações problema semelhantes e compartilham sentimentos, percepções e pontos de vista sobre essa situação. O objetivo aqui é melhorar a situação de saúde do indivíduo, envolvendo aspectos físicos e psicológicos.

Já os grupos psicoterápicos são aqueles que tem por objetivo trazer à tona situações do inconsciente dos indivíduos e do grupo como um todo. São, segundo o autor



“[...] formas de psicoterapia que se destinam prioritariamente, à aquisição de insights, notadamente, dos aspectos inconscientes dos indivíduos e da totalidade grupal” (RAVAZZOLA, 1997 apud GUIMARÃES, 2000, p. 167). São também divididos em psicodramáticos, sistêmicos, cognitivo-comportamentais e psicanalíticos, conforme segue:

**Psicodramáticos:** utiliza técnicas de dramatização, criando um cenário, uma cena a ser representada, e estabelecendo protagonista, público, diretor. Busca a diferenciação entre o eu e o outro, através do reconhecimento de si próprio, por meio da representação de outras pessoas. Trabalha também a empatia, por meio da técnica da inversão de papéis;

**Sistêmicos:** entende o grupo como um sistema único em constante interação, complementação e suplementação dos papéis de cada integrante;

**Cognitivo-comportamentais:** está baseado em uma teoria de aprendizado social, sendo trabalhados os valores, as crenças, o significado que o indivíduo dá a sua existência, de acordo com a cultura no qual está inserido. Tem três objetivos principais, que são: a reeducação em nível consciente das percepções errôneas, treinamento de habilidades comportamentais e modificação no estilo de viver;

**Psicanalíticos:** formados por várias escolas, sem que exista predominância de nenhuma delas (freudiana, psicologia do ego, psicologia do self, etc.) Enfatiza os fenômenos vindos do inconsciente dinâmico.

É importante ressaltar que, embora o autor considere as várias classificações, ele afirma que os grupos operativos podem obter ganhos psicoterápicos, assim como os grupos psicoterápicos podem utilizar-se de técnicas operativas para alcançar seus objetivos.

Outro autor a ser considerado quando falamos de grupo, é Agostinho Minicucci (1992, p. 20), com as seguintes informações: “O grupo é entendido como um conjunto de pessoas que: a) são interdependentes na tentativa de realização de objetivos comuns; e b) visam a um relacionamento interpessoal satisfatório”. Esse autor situa a importância dos grupos fazendo um recorte mais abrangente e considerando suas relações com a sociedade e sua maneira de organizar-se. Para ele, estamos constantemente reunidos em grupo, e isso faz parte da nossa cultura, já que estamos utilizando uma maneira democrática para a resolução de problemas/conflitos.

Simão de Miranda, da área da educação faz a seguinte análise sobre os grupos:

O grupo apega-se pela necessidade de proximidade e para dar solução a problemas que são pessoais, mas, inevitavelmente socializados, tornam-se problemas do grupo. E, assim como nos agregamos, dispensarmos-nos indo juntarmos-nos a outros grupos. (MIRANDA, 2000, p. 12).

Este autor resgata informações de Cartwright e Zander (1969), sobre a grande expansão do trabalho com grupos e das dinâmicas de grupo nos anos 30, salientando que esta se deveu, principalmente, a quatro profissões, pelo fato de lidarem diretamente com os grupos, conforme segue:

- ✓ O Serviço Social, o primeiro segmento profissional a admitir que os grupos podem ser orientados de forma que seus integrantes absorvam as modificações desejadas;
- ✓ A psicoterapia de grupo, principalmente com Moreno, por meio do psicodrama e do sociodrama, concebidos como técnicas e não apenas como teorias;
- ✓ A educação, com Dewey, que vislumbrou o preparo dos alunos para a vida social, rompendo com a tradição da absoluta transmissão de conhecimentos e fundando a concepção de professor como líder de um grupo, que influi na aprendizagem, não apenas pelo domínio teórico, mas também pela habilidade em motivar os alunos, estimular a participação e criar o entusiasmo;
- ✓ A administração, que reconheceu a importância dos grupos nas grandes empresas, e notou que os procedimentos de direção geral deveriam considerar também as formas de direção dos grupos. (CARTWRIGHT; ZANDER, 1969 apud MIRANDA, 2000, p. 15).

É sabido que o trabalho com grupos realmente fez parte da intervenção do profissional do Serviço Social desde o início do século passado, muito embora fosse considerado nos primeiros anos de sua aplicação, uma função exercida por uma profissão separada, e não como atribuição do Serviço Social. O trabalho com grupos era visto não como um método, e sim como um objetivo; o de construir “[...] a sociedade democrática, como meio de proporcionar a mais alta realização do indivíduo e permitir-lhe assumir o seu lugar como um membro responsável da raça humana”. (KONOPKA, 1972, p. 17). Falaremos mais dos aspectos históricos no próximo item.

A pesquisa bibliográfica realizada para o levantamento das informações sobre os tipos e conceitos de grupo levou a perceber a larga aplicabilidade e as várias possibilidades que existem por trás desse instrumento de intervenção profissional. Foi possível perceber que são muitas as áreas que o utilizam e com os mais variados objetivos. Foram encontradas obras ligadas à área da administração, psicologia, medicina, educação, serviço social, etc.

Em relação ao Serviço Social, no entanto, é possível perceber que as publicações, em sua grande maioria não são recentes, ao contrário, remontam a uma época onde a formação profissional estava organizada para a utilização de três métodos específicos e distintos de intervenção: Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Não estou dizendo que as informações contidas nessas obras de nada servem atualmente, muito pelo contrário, a maioria das questões levantadas por esses autores, podem ser, e certamente são, utilizadas hoje na intervenção profissional, uma vez que o instrumento não mudou. O que muda ao



longo da história, ditada pelo referencial teórico-metodológico, é a forma de interpretar o uso desse instrumento.

Com o novo currículo aplicado para o curso de Serviço Social em 1999, a formação que se pretende está voltada para a busca de capacitação crítico-analítica, onde o profissional seja investigativo e tenha condições de encontrar respostas rápidas e criativas para as demandas<sup>2</sup> que se apresentam, sempre à luz do projeto ético político da profissão.

A questão que levanto aqui é a necessidade de termos profissionais do Serviço Social da atualidade que se debrucem sobre esse instrumento, dedicando-se ao seu estudo, produzindo novas obras, de acordo com os fundamentos teóricos e metodológicos que estão colocados para a profissão nesse momento, sob pena de perdermos espaço no mercado de trabalho para outras profissões que estão se qualificando, certamente porque percebem a importância cada vez maior, e a evidência em que estão os grupos, e como consequência o trabalho com esse público.

Entendo que a expansão do trabalho com grupos que é percebida hoje se deve a necessidade cada vez maior que as pessoas sentem de encontrar algum refúgio, sentirem-se minimamente seguras, acolhidas, procurando alguma maneira de relacionar-se, em uma sociedade onde praticamente não há mais lugar para os sentimentos, a subjetividade, os valores ou as crenças. Uma sociedade que valoriza antes de qualquer coisa, o “ter”, o capital, a tecnologia, a especialização, ao mesmo tempo em que cria um grande exército de reserva, um empobrecimento geral. Concordo com Rodrigues (1978, p. 24), quando diz que:

[...] ao lado de um contato físico estreito, as relações se fazem distantes; onde o encontro entre as pessoas poderia se fazer de maneira mais rica e total, encontram-se relações superficiais, transitórias e segmentárias; onde os estímulos, cenário cultural e liberdade oferecidos ao homem urbano, poderiam provocar maior consciência e crescimento pessoal, percebe-se a existência de despersonalização e impessoalidade.

A dinâmica das sociedades modernas fragmenta as relações sociais, provoca transformações que atingem a todos, alterando as formas mais próximas e pessoais de contato. Essas rápidas, constantes e permanentes mudanças provocadas por essa sociedade, geram nos indivíduos, a pior solidão que se pode experimentar: aquela a qual o indivíduo está submetido quanto está com muitas pessoas.

---

<sup>2</sup> “As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia”, dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam”. (MOTA, 1998, p. 25)

[...] é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar [...]. (MAX; ENGELS, 1973 apud HALL, 1998, p. 14).

Esse isolamento, que é fruto da organização da sociedade, como já dito, prioriza as relações econômicas, em detrimento da qualidade de vida das pessoas e as coloca em uma corrida desenfreada pela sobrevivência, vendo uns aos outros como rivais. Pode-se dizer que existe uma banalização e uma desvalorização daqueles valores que até então tínhamos como primordiais.

## 2.2 O serviço social e o trabalho com grupos - Histórico

Conforme sinalizado no item anterior, o chamado Serviço Social de Grupo, surgiu no século passado, e estava, em suas primeiras aplicações, intimamente ligado ao método existente de Serviço Social de Caso, já amplamente conhecido em decorrência da criação da primeira escola de Serviço Social, em Nova Iorque, e do trabalho de Mary Richmond. Sofreu também forte influência de outras áreas, principalmente da sociologia, da psicologia e da educação.

Não é possível citarmos datas exatas para o surgimento do método, uma vez que as obras que falam a esse respeito não as delimitam e porque trata-se de um processo construído historicamente. Sabemos, no entanto, que foi de Grace Longwell Coyle a primeira publicação de um livro sobre o Serviço Social de Grupo, sendo ela, inclusive, a primeira que lecionou o método.

O direcionamento inicial do trabalho com os grupos estava voltado principalmente para a educação informal e para a recreação<sup>3</sup>, fato que contribuiu para que essas atividades fossem consideradas equivocadamente como sinônimos do Serviço Social de Grupo durante muito tempo. Em princípio, o trabalho com grupos não era visto como um método, e também não era entendido como uma atribuição da profissão de assistente social. Era entendido como um movimento, uma filosofia, “uma maneira de se conseguir uma sociedade melhor e de desenvolver um modo de vida verdadeiramente democrático”.(KONOPKA, 1978, p. 15).

---

<sup>3</sup> A recreação aparece fortemente aqui, porque o lazer surgia nessa época não somente como entretenimento, mas como uma necessidade vital. Esse movimento foi diretamente influenciado pelos sindicatos, que estavam em plena luta pela jornada de trabalho de oito horas e pela vida criativa e cultural além da longa jornada de trabalho.

Seu surgimento está ligado à história das agências sociais, como respostas para uma sociedade em um momento de grandes transformações, já que a industrialização trazia consigo grande empobrecimento, aparecimento de favelas e migração do campo para os centros urbanos, o que agravava as condições de vida tanto daqueles que já viviam nas cidades como dos que lá chegavam. O trabalho dos assistentes sociais, que antes estava bastante pautado na distinção entre aquele que ajuda e o que é ajudado, começa a ter caráter de ação, ajuda e apoio mútuos, levando os indivíduos a agirem, ao invés de agir por eles.

A preocupação do trabalho com grupos não era, inicialmente, o estudo de seu comportamento ou de sua interação e impactos na sociedade, mas sim, como já dito, da adoção de uma postura, um estilo de vida, que estivesse alinhado com o padrão democrático que se tentava implantar na época. Conforme Durkheim,

Uma nação pode conservar-se apenas se entre o Estado e o indivíduo existe uma série de grupos secundários suficientemente próximos aos indivíduos a ponto de atraí-los intensamente à sua esfera de ação, e fazê-los assim participar na corrente mais ampla da vida social. (1928, apud KISNERMAN, 1964, p. 13).

Isso só acontece se a democracia for efetiva, se ela estiver arraigada na cultura da sociedade, e as pessoas estiverem preparadas para o seu exercício, porque para Gibb (1964, apud KISNERMAN, 1978, p. 13), a democracia, “Passa a ser efetiva, quando o homem comum tem liberdade de participar e tem a compreensão e habilidade para tanto”. E essa habilidade pode ser conseguida com a formação de indivíduos conscientes, com atitudes críticas, que possam, eles mesmos, aprofundar e interpretar os seus problemas.

A incorporação do trabalho com grupos ao fazer profissional do Serviço Social não foi um processo fácil nem tão pouco rápido. Ele contrariava os princípios que estavam em vigor para a profissão, de uma abordagem formal, centrada no indivíduo e suas forças internas, e por isso os próprios profissionais não encaravam a prática do trabalho com grupos como integrante de sua função, entendendo-se como pertencentes a uma profissão independente do Serviço Social, já que o Serviço Social de grupos resultou de abordagens de vizinhanças e de movimentos de auto-ajuda, e estava centrado justamente na abordagem informal e grupal, trabalhando as forças interativas de grupo.

Em 1939, durante a Conferência Nacional de Serviço Social a abordagem grupal foi tratada separadamente da profissão, visão que só começou a ser desmistificada no período da Segunda Guerra Mundial, quando a própria guerra e o aparecimento dos nazistas, na Alemanha, trouxeram mais fortemente as discussões sobre a necessidade de um trabalho constante em favor da democracia, além de reforçar a importância de discutir a influência dos

grupos na sociedade, refletindo sobre os efeitos que podem ter essas associações, tanto de maneira construtiva, como destrutiva.

Durante esse período, havia muitas divergências sobre qual profissão deveria incorporar o trabalho com grupos às suas atribuições. No entanto, o fato de que o serviço de grupo já era ensinado em algumas escolas de Serviço Social, aliado a própria função do Serviço Social ajudaram a acelerar essa ligação. Konopka (1972) considera que a identificação desse método com o Serviço Social aconteceu definitivamente, em 1946, com Grace Longwell Coyle<sup>4</sup>, e terminou em 1955, quando a Associação Americana de Serviço de Grupo se associou a Associação Nacional de Assistentes Sociais.

A partir daí deixa-se de lado o caráter meramente recreativo do trabalho com grupos e assume-se a corrente científica. Existiram duas definições clássicas para o Serviço Social de grupo. Uma delas, de Newstetter, diz que “[...] é um processo sócio educativo que desenvolve a personalidade e adaptação social dos indivíduos, através de associações voluntárias que tem um objetivo estabelecido e motivado pelos participantes”. (NEWSTETTER, 1947, apud KISNERMAN, 1978, p. 32) A segunda consideração clássica é de Slavon, e define: “[...] é um método de educação social no qual os membros do grupo são educandos, educadores e material didático, atuando em um processo de inter-relação”. (SLAVON, 1937 apud, KISNERMAN, 1978, p. 32)

No entanto, apesar de já existirem essas definições, considera-se que o desenvolvimento do método, na corrente científica deve muito a Gisela Konopka, assistente social e psicanalista alemã, que anos depois trouxe o seguinte conceito, em sua obra Serviço Social de Grupo: “O Serviço Social de grupo é um método do Serviço Social que ajuda as pessoas a aumentarem o seu funcionamento social através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade”. (KONOPKA, 1972, p. 33).

Para ela, o Serviço Social de Grupo modificou a profissão, ao passo que ampliou o conceito de bem estar social, acrescentou conceitos e abordagens, ampliando o raio de ação. Enquanto o Serviço Social de caso, utilizado até então, considerava como componentes para a atuação, a pessoa, o problema e o lugar, o Serviço Social de Grupo considera a pessoa no grupo, o grupo e o problema, e o lugar, o que dá a ele uma amplitude muito maior, uma vez

---

<sup>4</sup> Grace Longwell Coyle ajudou a desenvolver o primeiro curso de Serviço de Grupo na Western Reserve University, de Cleveland. Ela realizou uma palestra na Conferência Nacional de Serviço Social, realizada em Buffalo, Nova York, em 1946, cujo tema foi “Como tornar-se profissional”. Sua fala foi decisiva no sentido de esclarecer sobre as responsabilidades e os atributos da profissão, contribuindo para a avaliação do trabalho com GRUPOS na intervenção profissional.

que os problemas a serem trabalhados podem ser do indivíduo, do grupo ou de toda a comunidade, e isso vai demandar atuações diversas.

Já Kisnerman (1977, p. 14), conceitua o Serviço Social de Grupo como: “[...] um meio para criar e desenvolver as necessidades individuais, enquanto os integrantes aprendem a dar e a receber, a intercambiar experiências, a compartilhar coisas, a trabalhar em cooperação, a elaborar conteúdos”.

É interessante rever, nesse momento, alguns itens importantes do relatório publicado por um comitê da Associação Americana de Assistentes Sociais, intitulado “Definição da função do Assistente Social de Grupo”, constante na obra de Konopka. Sua publicação aconteceu em 1949, e durante muitos anos, foram essas definições que nortearam as demais publicações e o fazer profissional. Seguem alguns itens:

O assistente social de Grupo faz com que várias espécies de grupos funcionem de tal forma que tanto a interação do grupo como as atividades do programa contribuam para o crecimento do indivíduo e para obtenção das desejáveis metas sociais;

Os objetivos do assistente social de grupo incluem medidas para o crescimento pessoal, de acordo com a capacidade e a necessidade individual, para o ajustamento do indivíduo a outras pessoas, a grupos e a sociedade, e a motivação do indivíduo no sentido de melhorar a sociedade; o reconhecimento, pelo indivíduo, de seus próprios direitos, habilidades e das suas diferenças dos outros;

Pela sua participação, o assistente social de grupo visa influir no processo de grupo, de modo que as decisões surjam em consequência do conhecimento, da comunhão e da integração das idéias, experiências e conhecimentos e não em consequência de alguma forma de domínio, de dentro ou de fora do grupo;

O assistente social utiliza, conscientemente, como um instrumento, a sua relação com o grupo, o seu conhecimento do programa e a sua compreensão do processo individual e do processo de grupo e reconhece a sua responsabilidade, tanto para com os indivíduos como para com os grupos com os quais trabalha, e os valores sociais maiores que representa. [grifos meus] (KONOPKA, 1972, p. 26).

Fica explícito o aspecto geral dessas definições e atribuições, que embora um tanto superficiais e restritivas, servem para nos deixar claro que o trabalho com grupos era utilizado nos mais diferentes contextos e problemáticas, onde o profissional atuava como um orientador, identificando as necessidades das pessoas que integram o grupo, agindo como um facilitador no processo de descoberta dos indivíduos e do próprio grupo. Percebe-se nitidamente também que ainda existia grande ênfase no indivíduo, muito embora se estivesse falando de Serviço Social de Grupo, e isso se deve ao fato já mencionado de que essa abordagem surgiu intimamente ligada ao Serviço Social de Caso.

### 2.3 O papel do assistente social no trabalho com grupos

Antes de pensarmos no papel do assistente social ao atuar com esse instrumento de intervenção – grupos – precisamos entender o seu processo de trabalho como um todo e os fatores que contribuem para sua construção no cotidiano. Para tanto, é essencial considerarmos a profissão como um tipo de trabalho especializado, inserido, assim como outras profissões, em uma sociedade que está passando por um intenso e constante processo de mudança.

Essa mudança, chamada de reestruturação produtiva, pode ser entendida, em resumo, como uma forma encontrada pelo capital para manter seu equilíbrio, criando subterfúgios para dar respostas às suas próprias crises. A utilização de algumas estratégias, no entanto, tem conseqüências graves que não afetam somente o âmbito de mercado, mas que provocam mudanças em toda a estrutura da sociedade, com importantes implicações no mundo da produção e do trabalho, afetando inclusive a vida privada das pessoas.

Segundo Mota (1998, p. 31), “[...] o que realmente está em jogo é um conjunto de transformações – de ordem técnica e, principalmente política – que viabilizem novas condições de acumulação”. Essas necessidades do capitalismo são expressas através de estratégias de reorganização do processo de produção das mercadorias e de extração da mais valia, materializadas principalmente pela racionalização do trabalho, com o aumento das taxas de lucro através do aumento da produtividade e uso de novas tecnologias.

Essa reorganização é sustentada pela chamada flexibilização das condições de trabalho, “acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores”. (IAMAMOTO, 2003, p. 31). Nessas condições, o mercado de trabalho sofre alterações significativas, por meio da terceirização, aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho, dos salários e das formas de proteção social, principalmente por conta da exclusão dos trabalhadores do emprego formal e seu ingresso em atividades informais.

Esses trabalhadores excluídos do mercado de trabalho protegido, formal, passam a tentar alternativas para que possam sobreviver, e acabam por mergulhar em atividades informais que trazem mais insegurança, a perda de vários direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, enfraquecimento do poder de classe e do poder sindical. No entanto, o trabalho informal também está, muitas vezes, ligado ao mercado formal por meio de uma relação de subordinação que, da mesma forma, favorece os interesses do capital, visto que há



apenas uma transferência da capacidade produtiva para aquelas parcelas da população com os quais as empresas não têm qualquer tipo de responsabilidade, seja ela trabalhista ou social.

Concomitantemente, o chamado exército de reserva aumenta assustadoramente, aumentando também a insegurança dos trabalhadores quanto à manutenção de seu posto de trabalho e a quase inexistência de alguma estabilidade, podendo o detentor dos meios de produção, aumentar cada vez mais as exigências para preenchimentos dos postos de trabalho.

Para Clarck (1991 apud MOTA, 1998, p. 33), “[...]o objetivo não é simplesmente criar uma nova forma de organização do trabalho, mas criar uma nova forma de sociedade. Assim, a reestruturação produtiva ultrapassa o âmbito das relações na produção, no espaço da empresa capitalista”. A partir do momento que provoca mudanças dessa ordem no sistema produtivo, o capitalismo também faz emergir novas facetas para a questão social no Brasil, e estas, por sua vez, aliam-se ao quadro social crônico já existente em um país que convive, historicamente, com um quadro de luta de classes, onde a desigualdade sempre esteve presente.

No que se refere às demandas colocadas ao Serviço Social, é possível concluir então, que “[...] a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base histórica da requisição social da profissão.” (IAMAMOTO, 2003, p. 18).

Questão social que pode ser entendida como:

[...] o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

O profissional não pode ficar alheio a essa situação, visto que ela não acontece descolada da atuação profissional. Suas conseqüências interferem diretamente em seu processo de trabalho, assim como interferem também, conforme já sinalizado, na vida das pessoas/grupos/segmentos que demandam a sua ação.

Não podemos deixar de lembrar a informação trazida no início desse item, que considera a profissão uma especialização do trabalho na sociedade. Estamos afirmando com isso, que o seu processo de trabalho não está dissociado de todas as transformações das quais falamos até agora. O surgimento de novas questões, problemáticas ou o agravamento das já existentes, traz para o profissional a necessidade de revisar suas competências, atualizando-se e instrumentalizando-se técnica, política, ética e operativamente, para que possa propor respostas criativas e eficazes para o enfrentamento das situações.

A preocupação é pertinente porque diz respeito ao espaço reservado para os profissionais do Serviço Social no mercado de trabalho atual, uma vez que a manutenção dos postos de trabalho depende da “[...] sua utilidade social, ou seja, de que seja capaz de responder às necessidades sociais que são a fonte de sua demanda.” (MOTA, 1998, p. 26). Simionatto (1998, p. 11), entende por processo de trabalho:

[...] uma atividade de transformação de determinado objeto por meio da atividade humana, através de instrumentos determinados. Ocorre quando um objeto é transformado em valor de uso, ou seja, o trabalho converte-se em utilidade para alguém.

Já para Iamamoto (2003, p. 24):

[...] o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, as assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social.

Essas considerações nos permitem compreender que o processo de trabalho, não só do Serviço Social, como de todas as demais profissões, está também relacionado ao processo produtivo, no campo da mercantilização, através da compra e venda de mercadorias e mão de obra. No entanto, nem todas as demandas profissionais surgem nas fábricas ou estão diretamente ligadas ao processo produtivo, algumas delas aparecem na área da prestação de serviços, nas chamadas áreas de apoio, atuando para a manutenção dos meios de produção e da capacidade produtiva dos trabalhadores.

O Serviço Social é uma dessas profissões, que traduz de forma explícita a contradição entre capital e trabalho, o que não impede que o fazer profissional seja conduzido de acordo com uma perspectiva transformadora. Neste sentido, para a atuação, o assistente social precisa conhecer e dominar os instrumentos necessários para desempenhar suas funções com competência. Miotto (2001, p. 1) relaciona como sendo os principais instrumentos do Serviço Social: “Entrevista, observação, reunião/grupo e documentação”. Para essa autora, esses instrumentos serão utilizados de acordo com os referenciais teóricos, éticos e políticos dos profissionais.

Sendo assim, além dos instrumentos citados por ela, entendo necessário incluir o próprio conhecimento, já que esse não pode ser considerado um mero auxiliar no processo, e sim a parte principal do referencial que irá nortear todas as ações, as análises e as



interpretações que esse profissional fará das demandas que chegarem até ele. De acordo com Yamamoto (1998, p. 62):

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho.

O trabalho com grupos, citado por Miotto (2001) como um dos instrumentos possíveis na intervenção, é bastante utilizado pelos profissionais do Serviço Social. Através dele, o profissional explora simultaneamente os relacionamentos entre os membros do grupo, e entre ele mesmo e os membros, com o objetivo de cumprir o seu papel de facilitador, auxiliando cada um dos integrantes para a plena utilização de suas capacidades e potencialidades, na busca pelos objetivos que foram colocados, sejam eles da instituição, do grupo, individuais, ou mesmo todos esses, ao mesmo tempo.

O uso desse instrumento pressupõe conhecer e dominar outros, que são igualmente importantes e necessários no processo grupal, entre eles principalmente a observação, entendida de maneira ampla, como atividade que envolve entrega, concentração, atenção, quebra de paradigmas e preconceitos. Faz parte também um exercício constante de empatia e de percepções da comunicação não verbal e das atitudes dos indivíduos. Esse olhar que estuda, que questiona, que pesquisa, é aquele que é composto do ver e do escutar, ambos imbuídos de reflexão. Em suma, é preciso um olhar em sintonia com o grupo, que transmita confiança, mantendo um clima de respeito, sem invasão do espaço do outro.

É grande o número de profissionais que desenvolvem trabalhos com grupos, coordenando atividades, em sua maioria, em comunidades ou dentro de instituições voltadas ao atendimento de segmentos sociais vulneráveis<sup>5</sup>, e que estão, portanto, buscando respostas para situações desgastantes as quais essas pessoas estejam submetidas.

Assim, é preciso tomar cuidado para que as ações não sejam fracas e inócuas, meramente imediatistas. O profissional irá deparar-se com situações das mais diversas, e suas ações poderão ir desde aquelas que tenham como objetivo a garantia das condições de sobrevivência dessas pessoas até as que buscam sua capacitação e desenvolvimento, para que

---

<sup>5</sup> “De forma geral, são considerados segmentos sociais vulneráveis as crianças e adolescentes, os idosos, os portadores de deficiência, as mulheres. Aqueles que estão associados ao termo vulnerabilidade. Este termo, originário da área dos Direitos Humanos, é utilizado para designar grupos ou indivíduos fragilizados jurídica, politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania”. (MIOTTO, 2000, p. 218).

elas possam, tornando-se cidadãs críticas e cientes de seus direitos, administrar racionalmente seus problemas, buscando a solução para eles. Em nenhuma das situações, no entanto, o profissional pode perder de vista o caráter emancipatório da profissão.

Sendo assim, segundo Rodrigues (1978, p. 16):

O assistente social tem um papel de orientador já que, ao compreender as necessidades de um grupo e dos indivíduos que o integram, deve prestar ajuda, guiando ou orientando o processo para que o próprio grupo atinja a satisfação destas necessidades.

No entanto, apesar de compreendermos a aplicação abrangente do trabalho com grupos, é possível perceber que as primeiras publicações à respeito do Serviço Social de Grupos não possui uma abordagem abrangente, ao contrário, limitam a maioria das informações aos pequenos grupos, voltados especialmente para a noção de “tratamento”, com um público alvo considerado desajustado ou não adaptado à sociedade.

No entanto, de nada adianta “adaptar” o indivíduo a essa sociedade, que é justamente aquela que não consideramos o modelo ideal. De acordo com Kisnerman (1977, p. 191) “[...] reconhecemos que este aqui e agora não é o ideal, com suas estruturas viciadas de falta de equidade na distribuição dos bens, em permanente crise de valores. Nós nos perguntamos se adaptar não é criar atitudes conformistas, aceitar o paternalismo”. Assim como a obra de Kisnerman, outras a partir desse período já começam a apresentar críticas a esse modelo, argumentando sobre o caráter restritivo atribuído a uma intervenção com potencial muito maior.

Para Rodrigues (1978, p. 17), “[...] a intervenção do Serviço Social é “sui-generis” exatamente porque envolve na relação assistente social-grupo uma globalidade que é preventiva, terapêutica, socializante, promocional”. Isso quer dizer que o público alvo para o trabalho é bem mais amplo do que se considerava até então, porque engloba não somente aqueles indivíduos considerados “desajustados”, mas pode ser uma estratégia a ser utilizada nos mais diferentes contextos, com pessoas nas mais diferentes situações, “[...] permitindo a adoção de grupos contínuos ou descontínuos, grandes ou pequenos, onde a seqüência programada de intervenção não é alcançada somente através da abordagem grupal, mas combinada com outras formas de atuação” (RODRIGUES, 1978, p. 20).

As considerações feitas por Kisnerman e Rodrigues, nas obras pesquisadas, cujas publicações aconteceram em 1977 e 1978, respectivamente, podem ser consideradas adequadas, até certo ponto, às demandas profissionais que hoje se apresentam. A maioria das

instituições está incorporando os discursos dos profissionais que assumem os postos de trabalho. Estes profissionais, por sua vez, trazem de sua formação acadêmica, uma perspectiva de abordagem crítica, emancipatória, de garantia de direitos, de autonomia e independência de todas as pessoas.

Embora algumas dessas instituições por vezes ainda pratiquem critérios seletivos, (infelizmente por não conseguirem abranger toda a demanda), já possuem uma visão bem mais ampla sobre o público que pode ser alvo das ações. Saliento com isso, que quando Rodrigues chamava atenção para o caráter restritivo da prática com grupos, ao criticar a escolha da “clientela”, já apontava para aquilo que seria entendido como um dos princípios da profissão: uma abordagem crítica, onde os profissionais problematizem as demandas ao invés de naturalizá-las, porém o fazem com um direcionamento ético muito forte, despido de preconceitos e rotulações, considerando todos os cidadãos como iguais.

É interessante salientar que a formação existente atualmente orienta para uma abordagem generalista, que leva em consideração não apenas o problema do grupo ou do indivíduo, mas todos os processos que o circunscrevem, as relações intrínsecas e extrínsecas do processo grupal, o que torna ainda maior o raio de atuação desse profissional, que precisa trazer à tona todo o seu referencial teórico e metodológico, para a sinergia com a sua prática.

## 3 DA EXPERIÊNCIA COM GRUPO

### 3.1 Apresentando a ACIC

Segundo Zanini (2004), a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, “[...] caracteriza-se como uma instituição privada, sem fins lucrativos e que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência visual, promovendo ações voltadas para a inclusão social dessas pessoas”.

Sua fundação aconteceu em 1977, por um grupo de pessoas cegas. A idéia era criar um espaço que pudesse reunir as pessoas, para que elas pudessem conviver, trocar idéias. Além disso, havia, e ainda há, a preocupação com a discriminação sofrida por essas pessoas, que são vistas como incapazes, o que trazia também a intenção de trabalhar em projetos voltados para a profissionalização.

Essas idéias foram tomando corpo ao longo dos anos, e a partir de 1986 foi criado o CRPC – Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência. Desde então, a ACIC presta atendimento especializado a pessoas cegas e com baixa visão<sup>6</sup>, desenvolvendo ações voltadas para habilitação, reabilitação e profissionalização dessas pessoas, dando suporte para que elas possam inserir-se na sociedade e no mercado de trabalho tendo condições de competir em condições semelhantes, apesar das limitações.

A associação se propõe a ser uma entidade representativa, lutando juntamente com essas pessoas de forma organizada, na busca pela efetivação de seus direitos, garantindo cidadania plena e respeito. Não sendo uma organização pública, é comumente chamada de Organização não Governamental, fazendo parte do Terceiro Setor.<sup>7</sup>

São objetivos da ACIC:

- ✓ Dar assistência aos cegos e deficientes da visão;
- ✓ Estimular-lhes o exercício de atividades lucrativas;
- ✓ Assistir-lhes os dependentes, em especial a infância;

---

<sup>6</sup> Segundo informação disponível no site da Fundação Dorina Nowill para Cegos, entende-se por baixa visão: “condição de visão que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado”.

<sup>7</sup> Segundo PAZ (1999, p. 198), “Engloba as organizações sem fins lucrativos, não governamentais, atividades e iniciativas de grupos civis organizados em associações, ou entidades sociais, de forma voluntária e/ou profissionalizada, com caráter de instituições privadas, mas com funções de interesse público”. O economista Andrés Thompson nos dá uma descrição mais sucinta quando diz que Terceiro Setor “são todas as instituições sem fins lucrativos, que a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público”.

- ✓ Promover campanhas de esclarecimento público;
- ✓ Manter intercâmbio com entidades congêneres;
- ✓ Criar ou estimular a criação de empresa especial;
- ✓ Adotar quaisquer outras medidas e iniciativas que visem à consecução dos próprios enunciados.

O atendimento prestado é aberto a todos os interessados e conta com uma equipe pluriprofissional. São cerca de 40 funcionários entre técnicos, professores e bolsistas. Estão à disposição profissionais do Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Educação Física, Direito, dentre outros, já que isso depende das atividades realizadas, e existem alguns projetos que não são permanentes.

A ACIC atende, regularmente, cerca de 130 pessoas, de ambos os sexos, a partir de 14 anos, sendo que não existem restrições quanto ao local de moradia dessas pessoas. A maioria é residente na grande Florianópolis e região, mas existem pessoas de outros estados e até mesmo de outros países. Aquelas que são de outras localidades ou ainda não são independentes o bastante para deslocar-se até a associação com segurança, ficam hospedadas em alojamentos, que são divididos em masculino e feminino.

Para que a pessoa com deficiência possa freqüentar a ACIC é necessário apenas submeter-se ao processo de entrevistas, para a avaliação pluriprofissional. Nessas entrevistas, é preciso verificar se a pessoa preenche os pré-requisitos mínimos para freqüentar o atendimento, ou seja, ela precisa ter menos de 30% de visão no melhor olho após correção ótica.

Esse primeiro contato normalmente é feito com o Serviço Social, e tem como objetivos conhecer um pouco mais sobre pessoa, sua deficiência, sua história, seu desempenho pessoal e social, o grau de escolaridade, seu desenvolvimento físico, seu contexto familiar, etc. Além disso, é extremamente importante saber o que motivou essa pessoa a procurar a ACIC, seus interesses e suas necessidades, já que disso depende o planejamento das atividades a serem realizadas.

Posteriormente, são realizadas entrevistas e avaliações também com os demais profissionais, para que as informações obtidas possam subsidiar uma reunião que acontece com todos os profissionais, onde serão definidas as atividades que serão propostas para aquela pessoa.

Estando organizado o planejamento das atividades, o Serviço Social irá reunir-se novamente com a pessoa que pretende freqüentar a ACIC, e apresentar a ela a proposta de

atendimento. Caso esta seja aceita, a pessoa pode associar-se a ACIC e iniciar as aulas/atividades imediatamente. Daí o conceito associado, e não aluno ou usuário.

Há, para cada associado, o pagamento de uma mensalidade, no entanto esse valor depende das condições financeiras de cada pessoa, e essa verificação está, também, sob responsabilidade do Serviço Social. Caso seja constatada a impossibilidade de efetuar o pagamento, o atendimento é gratuito.

Para conhecer melhor a dinâmica de atendimento da associação, descreverei brevemente algumas atividades realizadas com os associados:

**Orientação em mobilidade** – proporciona capacidade de deslocar-se independentemente, aumentando a autonomia das pessoas. Consiste em técnicas para o uso da bengala longa, os conhecimentos básicos do uso do guia vidente, estabelecer pontos de referência através dos sons, formar conceitos como grande e pequeno, alto e baixo, noções de alinhamento, equilíbrio e lateralidade;

**Atividades de vida diária** – têm também como objetivo a autonomia e independência das pessoas com deficiência visual, ajudando-os a realizar atividades rotineiras do lar sem ajuda direta de outras pessoas;

**Ensino do sistema Braille** – escrita e leitura do sistema Braille, sem o qual o deficiente visual limita muitos seus conhecimentos;

**Ensino da escrita cursiva** – ensino da escrita comum (normalmente utilizado para as pessoas com deficiência visual congênita);

**Informática** – ensino das técnicas de utilização da informática através de recursos de voz sintetizada, com programas como dosvox, virtual vision, jaw's, Magic (amplificador de tela);

**Ensino do sorobã** – recurso de calcular, que permite acompanhar todas as operações matemáticas;

**Educação física** – realização de atividades físicas dentro e fora da ACIC. Além das aulas de educação física que fazem parte do programa de atendimento da ACIC, existem também as atividades externas, que são realizadas através de convênio firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina. Atendimento na área da psicomotricidade, onde são trabalhadas as dificuldades motoras de cada associado, para que eles possam adquirir segurança, agilidade e independência nos movimentos. Ambos os atendimentos, visam uma melhor utilização da capacidade física, assim como o desenvolvimento bio-psico-social;

**Musiterapia** – trabalha os aspectos diagnósticos e terapêuticos dos sons, sejam eles musicais ou não, objetivando trazer bem estar ao associado;



**Assessoria pedagógica** – apoio àqueles associados que já são alfabetizados e decidiram continuar estudando. Além do apoio que é feito, também há aulas de reforço;

**Programa de profissionalização** – visa estimular o exercício de atividades lucrativas, de modo que possam manter-se com recursos próprios. Desenvolve aspectos pessoais e funcionais da pessoa com deficiência visual, para que ela esteja apta e tenha bons desempenhos ocupacionais e profissionais, podendo ser inserida e competir no mercado de trabalho. Essa inserção é supervisionada durante os três primeiros meses, além de ser precedida de preparação, com sondagem de aptidão, limitações e interesses, educação para o trabalho, orientação profissional, etc;

**Encaminhamentos para recursos comunitários** – encaminhamento para escolas comuns e para atividades desportivas, além de encaminhamentos a outros serviços, ligados a área da saúde ou previdência, por exemplo.

As atividades são realizadas sempre tendo como pano de fundo a busca pela garantia de direitos e a quebra das barreiras impostas pelos preconceitos. A intenção é contribuir para que os associados alcancem o maior grau possível de autonomia e independência.

### **3.2 Descrições e percepções da experiência de campo**

O interesse pelo tema que compõe esse trabalho surgiu da experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório, realizado na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, cuja dinâmica de atendimento já foi apresentada.

O projeto elaborado e executado durante o período de estágio, contou com a colaboração das duas assistentes sociais da instituição e de uma estagiária de Serviço Social, e se concretizou utilizando como principal ferramenta, o trabalho com grupo. A proposta surgiu como uma sugestão da instituição nos seguintes moldes: reescrever a história da ACIC através de seus próprios sujeitos, os associados.

Depois de oficializado o início do estágio na instituição, a proposta foi aceita e imediatamente deu-se início a elaboração do projeto. Para isso, primeiramente foi necessário realizar um resgate histórico de todos os passos dados pela instituição durante seus 28 anos de existência, entender seu funcionamento, o atendimento, quais os avanços e retrocessos, as

dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória e até mesmo o papel desenvolvido pelos associados nesse contexto.

Posteriormente, o projeto foi elaborado, sendo estabelecidos os seguintes objetivos:

Objetivos gerais:

- Vivenciar a prática do processo de trabalho do Serviço Social dentro de organizações do terceiro setor, realizando um paralelo com os conhecimentos teóricos adquiridos;
- Reescrever os 28 anos de história da ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego, através de seus próprios sujeitos, utilizando para isso o trabalho de grupo.

Objetivos específicos:

- Proporcionar aos associados a possibilidade de um conhecimento mais aprofundado sobre a ACIC e sua história, compreendendo seus objetivos e seu funcionamento como um todo, fazendo com que eles se tornem mais participativos, mais críticos e mais seguros quanto aos seus direitos e deveres;
- Desenvolver nos associados uma consciência crítica a respeito do trabalho que é realizado, sua importância, e a contribuição que pode dar à vida das pessoas com deficiência visual;
- Aguçar nos associados o interesse por todas as atividades desenvolvidas na ACIC;
- Fazer aflorar nos associados a criatividade e o espírito de equipe, além de realizar o *exercício da fala em público e da negociação*.<sup>8</sup>

Antes de darmos início aos encontros com os associados, realizamos um levantamento dos materiais já existentes sobre os dados históricos da instituição, que poderiam ser utilizados. Foram separados materiais retirados de sites, o estatuto da associação, a ata de fundação, trabalhos de conclusão de curso, materiais publicados na mídia, depoimentos, etc.

Participaram do projeto, 20 associados, em média, por encontro. Estes aconteciam todas as sextas-feiras, das 09:30 às 12:00 horas na própria instituição. O grande grupo foi dividido de modo que se formassem três grupos menores, cada qual ficando responsável por um dos períodos daquilo que chamamos de “linha de tempo da ACIC”. Os

---

<sup>8</sup> Objetivos estabelecidos durante realização de estágio curricular obrigatório, no primeiro semestre de 2005.



períodos ficaram assim divididos: 1º período: 1977 a 1985; 2º período: 1986 a 1995; e 3º período: 1996 a 2005.

Cada um dos grupos teve a coordenação das duas estagiárias de Serviço Social e foi acompanhado também por um voluntário, que auxiliou na organização do material.

A forma como os grupos realizaram as pesquisas variou de acordo com os interesses que iam surgindo a cada encontro. Nós procuramos fazer aflorar a criatividade e o espírito de equipe. Sendo assim, cada grupo utilizou as ferramentas que entendeu serem as mais adequadas para conseguir as informações. Alguns preferiram aprofundar-se nas pesquisas documentais, outros preferiram ir à campo e entrevistar pessoas, ou mesmo entrevistar membros do próprio grupo que estavam na associação naquele período que estava sendo pesquisado. Nenhuma iniciativa foi tolhida, a idéia foi incentivar a pró-atividade, a superação das limitações, deixando de lado as inseguranças, desenvolvendo habilidades.

Privilegiamos o trabalho em grupo, porque entendemos que o encontro entre pessoas pode ser utilizado para o autodesenvolvimento. Segundo Freire (1993, p. 22), “Grupo é resultado da dialética entre a história do grupo (movimento horizontal) e a história dos indivíduos com seus mundos internos, suas projeções e transferências (movimento vertical) no suceder da história da sociedade em que estão inseridos”. Nesse caso, o grupo possuía problemáticas parecidas, mas histórias de vida muito diferentes, e maneiras diferentes de lidar com a questão da deficiência, e esse era o ponto que entendíamos ser o mais positivo, já que “Ao contrário do que geralmente se acredita, no trabalho em grupo é preciso muito mais contar com talentos, capacidades e habilidades diferenciados entre si, do que contar com pessoas iguais umas às outras”. (OLIVEIRA, 2002, p. 2).

Assim, a proposta foi colocar essas pessoas tão diferentes para um momento de convivência, já que, conforme dito, apesar de lidarem com a mesma problemática, levavam vidas totalmente diferentes, o que poderia fazer surgir novas maneiras de entender e sentir a questão da deficiência.

No processo do trabalho em grupo, os membros vão deixando de sentir-se sozinhos e percebendo que fazem parte de um todo, que compartilham sentimentos, emoções, percepções e que podem influenciar a trajetória do grupo, assim como podem ser influenciados. Nossa intenção é que todos se identificassem com os objetivos do grupo, que ele fosse flexível, já que “Pertencer a um grupo e sentir-se valorizado por seus pares facilita o relacionamento consigo mesmo, fortalece a auto-estima e prepara as pessoas para a convivência em diferentes contextos”. (NILSSON, 2004, p. 2).

Mas, apesar de termos nossos objetivos bastante definidos, tínhamos a preocupação de como isso seria aceito pelo grupo, já que não se pode pensar em qualquer trabalho de grupo sem contar com a participação efetiva dos integrantes, e essa não pode ser uma questão de persuasão, uma imposição. “Participação não é colaboração nem simples adesão ou reivindicação [...]. Participação envolve necessariamente compromisso, engajamento, opção, decisão e ação solidária; isto é co-participação”. (RODRIGUES, 1978, p. 28).

Essa participação efetiva somente é alcançada quando os integrantes do grupo identificam-se com a proposta, com os objetivos aos quais se propõe aquele trabalho. Por isso, o ideal é que já durante a elaboração do projeto, sejam sempre levadas em consideração as necessidades daquelas pessoas que integrarão o grupo. Além disso, elas precisam ter todas as informações sobre o projeto/proposta, de modo que percebam a sua importância no processo, e com isso, percebam também a necessidade da sua participação. Esse canal de informações precisa estar sempre aberto, não somente na fase inicial, como no decorrer de todos os encontros, porque assim, aliada a participação das pessoas estará também instaurado um clima de confiança e respeito.

Podemos concluir com isso, que a preparação para um trabalho com grupo é fundamental para o bom andamento do projeto. Conhecer as necessidades e interesses das pessoas e da instituição é parte essencial. Para que isso seja possível, no entanto, é preciso que o profissional conheça a instituição em que irá inserir-se e as pessoas que integrarão o projeto. Dessa forma, penso ser positivo apresentar uma sugestão de planejamento, algo que possa nortear os primeiros passos na direção do trabalho com grupo:

- 1ª etapa: quem é o grupo a ser trabalhado? Elaborar um diagnóstico, características, necessidades, faixa, renda, etc;
- 2ª etapa: Objetivos. O que se deseja alcançar;
- 3ª etapa: Meta. Quantos vamos atender e em que tempo;
- 4ª etapa: Estratégias. Como fazer para alcançar os objetivos;
- 5ª etapa: Recursos. Quais os recursos de que dispomos?
- 6ª etapa: Cronograma. Qual o tempo disponível para o trabalho?
- 7ª etapa: Acompanhamento e avaliação. O que conseguimos? O que manter? O que modificar? (Fundação Odebrecht, 1996 apud NILSSON, 2004, p. 13).

Não tínhamos idéia da quantidade de pessoas que iriam aceitar o convite para o grupo, por isso, optamos por fazer nosso planejamento passo a passo, ao longo do projeto, já que dessa forma os encontros tornar-se-iam mais flexíveis e teríamos a possibilidade de fazer as modificações necessárias no decorrer do processo, de acordo com o comportamento e os desejos do grupo.

Um ponto de atenção identificado foi em relação à separação do grupo. Tendo em vista que houve a divisão do grande grupo em três grupos menores, as atividades precisavam estar voltadas sempre para o grupo como um todo, buscando a unidade, já que o objetivo principal era o mesmo, e estávamos trabalhando com um grupo que possuía em comum, uma série de características. Eram pessoas com deficiência visual, seja ela total ou parcial; a grande maioria já se conhecia há bastante tempo; era um grupo já habituado aos encontros/dinâmicas, já que esse espaço sempre existiu na instituição e estava reservado para os profissionais do Serviço Social. Não levar em consideração esses aspectos significaria correr um risco muito grande de tornar os encontros monótonos, sem foco nas características daquele grupo, e conseqüentemente com grande probabilidade de perder o comprometimento das pessoas.

Os encontros sempre começavam com o grande grupo reunido, já que pretendíamos aproveitar a integração e os fortes laços afetivos que já existiam entre os membros, então, as dinâmicas ou demais atividades pensadas eram sempre executadas nesse momento. Também esse momento era utilizado para que pudéssemos obter feedback's do grupo a respeito do andamento dos encontros, o que nos possibilitava fazer melhorias/aperfeiçoamentos, evitando ou corrigindo falhas antes que essas comprometessem os resultados esperados.

A maior dificuldade encontrada foi em relação aos exercícios/dinâmicas de grupo. Encontramos poucas dinâmicas que pudessem ser utilizadas para pessoas com deficiência visual, já que a grande maioria envolve o uso da visão. Sendo assim, realizamos uma tentativa, utilizando uma dinâmica já existente, e o resultado obtido não foi o esperado. A dinâmica utilizada foi a seguinte:

O grupo foi dividido em duplas e propusemos que cada participante pensasse em uma atividade a ser realizada pela outra pessoa, sem, no entanto, contar ao companheiro. Posteriormente, ambos falariam, mas a pessoa responsável pela execução da ação seria aquela própria que a havia pensado. A intenção era descontrair o grupo e ao mesmo refletir sobre aquilo que desejamos ou esperamos do outro, exercitando a empatia.

O exercício não foi bem aceito pelo grupo, uma vez que algumas pessoas sentiram-se muito constrangidas. Posteriormente, em reunião com a outra estagiária, analisamos criticamente a situação e entendemos que a questão da deficiência trazia para alguns integrantes do grupo sentimentos negativos, principalmente aqueles que adquiriram a deficiência no decorrer da vida, e ainda estão adaptando-se a um novo modo de vida. Muitas dessas pessoas possuem baixa auto-estima e são introvertidas, e nesse caso, optar por uma

dinâmica que expusesse os participantes a situações engraçadas/constrangedoras não seria o ideal realmente.

Percebemos então que precisaríamos de mais alguns encontros para conhecer melhor o grupo, e o perfil de cada participante e a partir disso passamos a elaborar nossas próprias dinâmicas, algumas adaptadas de outras, já existentes, mas levando sempre em considerações as situações suscitadas pelo próprio grupo e, claro, os objetivos que precisaríamos alcançar.

Em vários momentos, durante a execução dos encontros, percebi que ainda faltava um suporte teórico para lidar com as situações que surgiam. Verteram sentimentos, emoções, reações, para as quais não estava preparada e com as quais não sabia lidar. Nesse momento, o aprendiz veio com as supervisoras de campo, com os erros e com as avaliações feitas ao final de cada encontro, sendo que, as maiores lições foram trazidas pelos próprios integrantes do grupo.

Ao desenvolver um trabalho juntamente com um grupo, é preciso estar aberto a todo tipo de reação, entender que surgem, ao longo do processo, vários papéis. Surgem as figuras do líder, do porta voz, do pessimista, do tímido, etc. Esses papéis precisam ser analisados de maneira crítica, mas despidos de preconceitos, sem serem considerados como características daqueles indivíduos, mas como uma consequência natural do momento que o grupo está vivendo, o que depende também das pessoas que fazem parte dele e do momento que estas pessoas estão vivendo. Conforme afirma Nilsson (2004, p. 2):

Em todo grupo, podemos encontrar papéis que são assumidos por seus integrantes, dependendo do momento e da necessidade grupal. [...] Esses papéis são “vestimentas” que alguns assumem para si, num determinado grupo e não devem ser tratados como atributos pessoais.

Sendo assim, o profissional que está à frente desse grupo, coordenando as atividades, precisa ter clareza de seu papel naquele contexto, aguçando o ouvir e o observar antes de tudo, para que possa entender as mensagens transmitidas nas entrelinhas do processo grupal, podendo em seguida, servir como um agente catalisador para o desenvolvimento dos participantes, de acordo com as necessidades de cada um.

Para que o trabalho em grupo seja frutífero, é importante reconhecer tanto as habilidades e os talentos pessoais de cada um dos colaboradores como também as suas dificuldades, no sentido de aproveitar melhor os seus pontos fortes, de um lado, e de outro, apoiar o seu desenvolvimento naqueles pontos em que ainda são falhos. (OLIVEIRA, 2002, p. 2).

Compreendendo essas diferenças, o coordenador deve organizar as atividades de maneira que possa instigar os membros à reflexão, já que essas diferenças individuais que são naturais e inclusive saudáveis em um processo grupal, certamente levarão a divergências decorrentes das diferentes percepções, diferentes maneiras de sentir e agir, e essas por sua vez, podem transformar-se em conflitos.

Os conflitos são entendidos por Moscovici (2003, p. 6), como: “[...] inerentes à vida em grupo. [...] A trajetória do grupo pode ser entendida como uma contínua sucessão de conflitos, pois nenhum grupo está livre deles”. Entendendo isso percebemos que o crescimento e o desenvolvimento do grupo dependem da forma como os conflitos são encarados e administrados.

Muito embora os conflitos sejam comumente vistos como algo negativo, algo que atrapalha o bom andamento do grupo, eles podem e devem ser entendidos como oportunidade de tirar o grupo de uma situação de estagnação, de conformismo, provocando mudanças, chamando para a discussão dos diferentes pontos de vista. Certamente esse processo não é fácil nem tampouco rápido, mas admitir que o conflito existe, e envolver o próprio grupo na busca pela abordagem mais adequada para sua solução é o primeiro passo, para que a partir disso possa ser criado um momento de descobertas e de aprendizado.

São muitas as situações positivas que podem surgir em um grupo decorrentes dos conflitos. Moscovici (2003, p. 6) cita algumas delas: “Rompe o equilíbrio da rotina, mobiliza a energia latente do sistema, desafia acomodação de idéias e posições, desvenda problemas escondidos, aguça a percepção e o raciocínio, excita a imaginação, estimula a criatividade para soluções originais”. Mesmo quando o grupo não consegue chegar à solução dos conflitos, existe algo de positivo, uma vez que marca uma nova fase para o grupo, com o amadurecimento dos seus membros.

### **3.3 Descrição dos momentos do grupo**

Nesse item, descreverei alguns dos momentos pelos quais passou o grupo no projeto “Linha do Tempo”, e quais as situações que me permitiram identificar esses momentos. Essa análise é necessária, porque em um processo grupal, as situações que aparecem e até mesmo o próprio desenvolvimento do grupo, são consequência desses momentos, e estes por sua vez, podem ser identificados através das interações mantidas ao

longo do processo.

Rodrigues (1978), fala sobre essas fases, etapas ou momentos vivenciados pelos grupos. Ela denomina os momentos do grupo como aspectos, e os divide em cinco:

O primeiro destes aspectos seria a motivação para a participação num grupo;  
 [...] O segundo aspecto a ser considerado, decorre do momento em que o grupo se formou e ocorrem as primeiras reuniões;  
 [...] O terceiro aspecto levantado diz respeito ao momento em que o grupo já se sente mais seguro e capaz de atuar com espontaneidade;  
 [...] O quarto aspecto se relaciona ao momento em que o grupo se encontra mais maduro e é capaz de assumir atitudes solidárias, complementares e integrativas;  
 [...] Finalmente, o quinto aspecto considerado seria o relativo ao momento de reforço das atitudes grupais adquiridas. (RODRIGUES, 1978, p. 42).

O primeiro aspecto mencionado pela autora considera a fase inicial realmente, quando está se buscando estimular os indivíduos para que estes participem do grupo, motivação essa que, conforme dissemos no item anterior, depende do alinhamento dos objetivos do projeto com as necessidades das pessoas que integrarão o grupo.

No grupo trabalhado na ACIC, a vivência desse momento foi diferenciada, visto que o grupo não se formou com a minha chegada. Já existia na instituição um espaço reservado para os encontros e a realização de dinâmicas de grupo, processo esse que, todos os semestres era conduzido pelo Serviço Social. O que mudou no semestre em que elaboramos o projeto “Linha do Tempo”, foram os objetivos desses encontros. Nesse momento podemos considerar que houve a necessidade de um empenho nosso, no sentido de motivar os integrantes, fazendo com que eles adotassem o projeto, juntamente conosco.

Nos semestres anteriores, esse espaço da dinâmica foi utilizado com um enfoque recreativo, um espaço onde as pessoas conviviam, relacionavam-se, mas não existia um objetivo principal compartilhado com todos, uma meta a alcançar, e essa foi a principal mudança que pretendíamos implementar.

Tivemos algumas dificuldades, mas podemos considerar que a aceitação foi boa, e analiso que isso aconteceu porque muitas pessoas no grupo freqüentavam a ACIC há muito tempo, e sentiam-se orgulhosas por isso, demonstrando satisfação em resgatar aspectos de uma história da qual eles fizeram parte, que ajudaram a construir. Considero que esses sentimentos afloraram porque há entre os associados e os profissionais da instituição um clima de respeito, atenção e cuidado, sempre regado de profissionalismo e bom humor.

Passada a fase de preparação, iniciam-se os primeiros encontros. Esse é, segundo a autora, o segundo momento vivenciado por um grupo. Normalmente nessa fase ainda não é possível conhecer o perfil de cada um dos membros do grupo, porque eles ainda não se



sentem totalmente à vontade para agirem com naturalidade. Suas atitudes estão repletas de insegurança e cautela, há bastante passividade, sendo que por vezes, há uma expectativa muito grande de que as necessidades individuais sejam plenamente satisfeitas, o que em alguns casos, não acontece.

Esse é o momento onde podem acontecer as resistências, principalmente se os membros não estiverem habituados a participar de grupos onde sua participação é bastante solicitada, onde eles são chamados à reflexão, à discussão. A preocupação nessa fase normalmente não está voltada para os objetivos do grupo e sim para a sua aceitação, enquanto membro, diante daquele grupo. O foco é estabelecer relacionamentos, procurar pelas afinidades, afastar o diferente, etc.

Novamente aqui, posso considerar que o grupo agiu de outra maneira. Nesse grupo, a maioria das pessoas já se conhecia, sendo assim, essa fase de “reconhecimento do terreno” já vinha acontecendo há algum tempo, uma vez que as pessoas já possuíam um convívio, decorrente das outras atividades na ACIC, e mesmo pelos encontros do grupo, que já aconteciam nos semestres anteriores, embora com outras finalidades. Posso considerar que eu vivi e senti intensamente essa fase, uma vez que eu era a pessoa que mais necessitava sentir-se integrada, conhecer o grupo e ser aceita.

Vivia um momento novo como acadêmica, por estar em meu primeiro estágio, mas vivia também um momento pessoal muito importante, uma vez que era a primeira vez que convivia com pessoas com deficiência, o que aumentava a minha insegurança e ansiedade. Esses sentimentos permaneceram até o dia em que, chegando à instituição, como de costume, às 08 horas da manhã, fui reconhecida pelo som de meus sapatos e cumprimentada com um caloroso bom dia. A partir daquele momento, percebi que já fazia parte do grupo, e que havia sido aceita pelos associados. Percebi que minha presença já não era tão despercebida como eu considerava até então.

O foco dos primeiros encontros foi, portanto, dividir com o grupo os objetivos que estavam colocados para aquele semestre, solicitando a opinião dos membros, verificando quais as suas percepções sobre o projeto. Segundo Rodrigues (1978, p. 44), “Se existe um programa a ser desenvolvido, este deve ser, inclusive, discutido em detalhe, dando liberdade para quaisquer perguntas ou mesmo mudanças que possam ser propostas”.

A entrada do grupo no terceiro momento pode ser considerada quando é possível perceber maior descontração. Os membros, agora mais seguros, já começam a expressar seus sentimentos, suas preferências e suas opiniões. Por isso, é possível que a partir daqui surjam os primeiros conflitos, já que as diferentes opiniões podem revelar diferentes formas de



pensar. Os subgrupos, também podem surgir nesse momento, formados de acordo com as afinidades. De acordo com Rodrigues (1978, p. 45), “[...] é importante que sejam salientados os seguintes aspectos para o grupo: saber ouvir, saber falar, saber aceitar o outro na sua personalidade e suas aptidões, decidir e avaliar”. Esse é um dos momentos importantes para que o assistente social possa lançar mão de uma série de abordagens que contribuam para o aprendizado do grupo.

Recuperando a classificação de grupos feita por Zimermann (1977), é possível enquadrar o grupo da ACIC como um grupo Operativo Institucional, já que os objetivos principais que estavam colocados atendiam principalmente necessidades da instituição. Essa foi uma das dificuldades encontradas. Os indivíduos já estavam acostumados a utilizar esse momento dos encontros com o grupo para atividades de lazer e descontração, e por isso, em alguns momentos era difícil prender a atenção dos participantes e o foco no objetivo principal do projeto. O grupo dispersava-se facilmente e teve um nível de participação instável, conforme veremos em análise posterior.

Obviamente, apesar de termos responsabilidades com a instituição, também levamos para as reuniões nosso suporte teórico, nosso referencial ético, político e metodológico, e por isso, os encontros foram conduzidos de modo que também pudéssemos aproveitar as atividades para desenvolver habilidades nos membros, exercitando a empatia, a fala em público, superando limitações, demonstrando como lidar com as diferenças, trocando experiências, etc.

Essa tarefa não foi fácil. Eram várias as questões que estavam em jogo: meu aprendizado e preparação profissional enquanto estagiária, os objetivos que tinham sido apresentados a mim pela instituição, que inclusive sugeriu a elaboração do projeto, e os objetivos dos membros do grupo, sem os quais não seria possível a execução do projeto. Assim, não podíamos perder de vista o objetivo principal do projeto, que era o de reescrever a história da instituição, mas ao mesmo tempo não podíamos ditar o ritmo em que o grupo deveria caminhar. Sendo assim, alternavam-se avanços e fases de estagnação, o que exigia alguns cuidados importantes com o tempo e organização dos encontros.

Essa situação leva a pensar na forma como o projeto foi iniciado. Ele me foi apresentado como sugestão, já que era uma necessidade da instituição, foi aceito e transferido para o grupo. Essa mesma situação poderá existir naqueles grupos que são desenvolvidos dentro de outras instituições. Sempre existirá o objetivo da instituição, o objetivo do grupo e os objetivos do próprio profissional. Isso porque o assistente social, quando se insere em uma instituição, conforme já sinalizado no capítulo anterior, é um trabalhador, e está sujeito a

conduzir o seu fazer profissional levando em consideração os objetivos e valores da instituição, não sem antes compreender claramente o código de ética e o projeto ético político da profissão.

Neste caso, cabe “[...] ao profissional a combinação desses três níveis de objetivos; suas habilidades e estratégias é que vão permear o sucesso do trabalho neste aspecto”. (RODRIGUES, 1978, p. 61). Essas habilidades e estratégias fazem parte de uma noção de competência cada vez mais necessária aos profissionais atualmente. Nesse “[...] modelo de competência, importa não só a posse dos saberes disciplinares escolares ou técnico-profissionais, mas a capacidade de mobilizá-los para resolver problemas e enfrentar os imprevistos nas relações de trabalho”. (DELUIZ, 2001 apud SOUZA; AZEREDO, 2004, p. 52).

Isso quer dizer que, paralelo à incorporação da teoria e dos instrumentos, o profissional precisa estar preparado para decifrar corretamente as situações que o cotidiano de trabalho apresenta, desenvolvendo múltiplas habilidades que lhe permitam alcançar os objetivos desejados. Podemos citar a capacidade de relacionar-se bem, ter equilíbrio emocional para lidar com situações de conflito, criatividade para propor soluções inusitadas, ser organizado, ter iniciativa, habilidade de comunicação e capacidade de agir com ética e pautado em uma visão de distanciamento da realidade, que permita atitudes investigativas.

O quarto momento observado pela autora no que se refere aos grupos pode ser entendido como aquele em que o grupo já é capaz de apoiar seus membros, adotando uma postura solidária, com menos intolerância, buscando a integração e adotando soluções que visem o bem estar coletivo. Há um refinamento da comunicação e da participação de maneira geral, os membros passam a ver uns aos outros como iguais, e essas atitudes devem ser estimuladas e reforçadas positivamente.

Esse momento foi vivido claramente pelo grupo e pôde ser observado principalmente quando os integrantes começaram a se organizar para o dia da apresentação dos trabalhos, onde eles mesmos mostraram o resultado de todas as pesquisas efetuadas. Nesse momento, o grupo soube respeitar as limitações, as inseguranças, os medos de cada um. Houve um rico processo de negociação entre os membros. Enquanto alguns se colocavam a disposição para decorar suas falas, outros, não tão seguros, preferiam apresentar através de leituras, sejam elas em escrita cursiva ou em braile, de acordo com as suas possibilidades.

Apesar de estarmos preocupadas com a forma como as apresentações seriam feitas, entendemos que o processo estava rico demais para que interferíssemos, então, preferimos deixar que cada grupo fizesse as apresentações a seu modo, sempre com o

acompanhamento do voluntário que esteve presente desde o início. Todos os grupos foram acompanhados por mim e pela outra estagiária de Serviço Social, e nós procurávamos sempre compartilhar com os demais grupos, nos momentos de reunião, os avanços obtidos, as boas iniciativas, na intenção de estimular os participantes.

Esse reforço dos avanços conquistados pelo grupo já faz parte do quinto e último momento, onde são realizadas avaliações sobre todos os momentos anteriores, salientando as atitudes positivas, e fazendo uma relação com situações vivenciadas fora do grupo, para que os conhecimentos adquiridos possam ser entendidos pelo grupo como possíveis de serem transferidos para a vida em sociedade, seja na família, no trabalho, ou em qualquer outro ambiente do qual os indivíduos façam parte.

Foi surpreendente verificar a proporção e a importância que esse trabalho tomou e com a forma como ele foi encarado pelos associados. Considerando que foi uma atividade nova para eles, o resultado foi extremamente positivo. Apesar das dificuldades já relatadas, foram respeitados o limite e o ritmo de cada um, e por isso a apresentação se tornou tão significativa. Segundo informações dos próprios funcionários da ACIC, essa foi a primeira vez que isso aconteceu na associação: uma apresentação onde as próprias pessoas com deficiência fossem as protagonistas. Isso deu a eles uma satisfação muito grande. Ao mesmo tempo em que eles faziam parte da história, eles a contavam, à sua maneira. Foram muito aplaudidos e receberam muitos elogios.

Para o momento da avaliação do processo com o grupo, foi utilizada a seguinte dinâmica: organizados em um círculo, as pessoas seguravam um novelo de lã, e respondiam inicialmente a seguinte pergunta: *Quando você veio realizar esse trabalho com o grupo, o que você veio buscar?* Uma vez respondida essa pergunta, o participante joga o novelo para outra pessoa, que enrola a lã em seu dedo, responde a pergunta e novamente passa o novelo adiante, sem soltar a lã. Ao final dessa primeira etapa, forma-se um grande emaranhado.

Para essa primeira pergunta, obtivemos as seguintes respostas:

- 1 Alegria;
- 2 União;
- 3 Conhecimento e paz;
- 4 Amor e carinho;
- 5 Paz, amor e amizade;
- 6 Experiência;
- 7 Colaboração e compreensão;
- 8 Integração e colaboração;

- 9 Amizade, alegria e esperança;
- 10 Amor, carinho e paz;
- 11 Amor e amigos;
- 12 Integração, amigos e conhecimentos;
- 13 Reconhecimento e sabedoria;
- 14 Sabedoria, perder a timidez;
- 15 Ampliar capacidades, agregar conhecimentos que outros colegas trazem;
- 16 Amor e felicidade;
- 17 Para me doar;
- 18 Integração;
- 19 Aprendizado, carinho e amizade;
- 20 Colaboração. Amizade e conhecimento;
- 21 Vim pra me doar;
- 22 Integração.

A segunda pergunta feita foi: *E agora que o trabalho está concluído, o que você acha que está levando?* Depois de responderem a essa pergunta, os participantes desenrolam a lã de seu dedo e devolvem para a mesma pessoa de quem recebeu o novelo, e assim sucessivamente, até que o emaranhado se desfizesse.

Nessa etapa, as respostas foram as seguintes:

- 1 O que vim buscar, integração;
- 2 Amor, carinho e conhecimento;
- 3 Aprendizagem;
- 4 Conhecimento, Carinho e saudade;
- 5 Conhecimento e harmonia;
- 6 Saudade de todos;
- 7 Amizade;
- 8 Experiência e habilidades;
- 9 União com o grupo;
- 10 Sabedoria, mais conhecimento, amizade e compreensão;
- 11 Conhecimento, paz, felicidade, divulgação da questão da deficiência;
- 12 Amor, conhecimento, muita alegria;
- 13 Conhecimento;
- 14 Carinho, amor e amizade;
- 15 Experiência de vida em relacionamento e aprendizado;

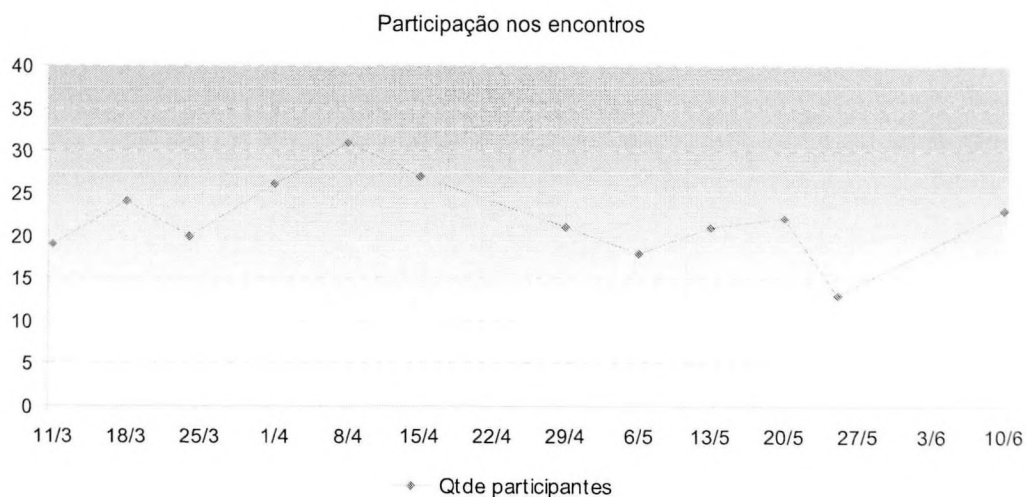
- 16 Uma bagagem muito grande;
- 17 Saudade de todos;
- 18 Tudo que vim buscar. Sensação de realização;
- 19 Gratificante;
- 20 Agradecimento;
- 21 Colaboração, experiência marcante;
- 22 Convivência, união e amizade.

Pelas respostas que obtivemos, e também pela análise do próprio resultado do material produzido e das apresentações realizadas, é possível perceber que todos os envolvidos: associados, voluntários e estagiários conseguiram avançar em seus propósitos, além de ter atendido aos objetivos da instituição. O grupo teve ganhos e cada integrante a seu modo, respeitando seu ritmo, levou consigo algum aprendizado.

Ainda falando sobre os momentos do grupo, se considerarmos que o trabalho com grupos pode ser aplicado em projetos que tenham curta ou longa duração, com grupos pequenos ou grandes, cabe uma pergunta: Como identificar onde começa e termina cada um desses momentos? Conforme demonstramos, eles não são claramente delimitados, podem interpenetrar-se e nem sempre acontecem nessa mesma ordem, mesmo porque um grupo é formado por pessoas, que tem diferentes ritmos, diferentes percepções.

A organização das informações dessa forma é didaticamente interessante para o entendimento dos fenômenos que acontecem em um grupo, mas não pode ser entendido como algo fixo. Seu entendimento não pode limitar os ajustes ou gerar frustrações aos profissionais que não consigam identificar essa diferenciação em determinado grupo que estejam acompanhando. A flexibilidade na condução dos encontros é algo inerente ao processo grupal, sem ela, as atividades passariam a ser impostas e sem foco, uma vez que não estariam levando em consideração os movimentos do grupo, e as situações suscitadas por esses movimentos.

Tomemos como exemplo a motivação para a participação em um grupo como o que foi desenvolvido na ACIC. No modelo apresentado a busca pela participação está alocada no primeiro momento, na fase inicial, antes mesmo no início dos encontros. No entanto, sabemos que é preciso estimular as pessoas constantemente, e alertá-las sempre sobre a importância de sua participação, visando sua conscientização, caso contrário, o grupo pode evadir. O gráfico abaixo mostra a quantidade de participantes em cada um dos encontros durante a execução do projeto “Linha de tempo da ACIC”. É possível perceber que o movimento não é linear, o que sinaliza um ponto de atenção, já que algo no grupo poderia não estar de acordo com as expectativas de alguns membros.



Analisando todos os encontros e o comportamento dos membros, considero que a instabilidade percebida na participação dos encontros pode ter sido fruto da nova dinâmica pretendida, já que, conforme já descrito, a associação não costumava utilizar esse espaço da dinâmica como um momento de aprendizado. Tendo em vista que as demais atividades desenvolvidas por eles na instituição já possuíam esse intuito, entendo que a preferência dos associados era realmente por momentos de descontração e relacionamentos, sem que lhes fosse cobrado nenhum resultado.

Essa preocupação já existia antes mesmo do início dos encontros, e foi intensificando-se ao longo do projeto, quando percebemos que alguns integrantes poderiam estar perdendo o interesse. Em consequência dessa constatação, procuramos evitar que os encontros fossem apenas de estudos/pesquisas, e para isso realizamos passeios pela instituição, palestras, bate papos, música, massagem e dinâmicas, com a intenção de tornar os encontros mais agradáveis e menos cansativos. No entanto, mesmo assim, o fato de ter a responsabilidade de produzir um trabalho e apresentá-lo a todos os funcionários e associados pode ter assustado alguns membros do grupo, não habituados a assumir e lidar com responsabilidades.

Posso concluir, depois de passada toda essa experiência, que existe uma condição essencial para o profissional que se propõe a trabalhar com grupos: a compreensão. Quando se coordena essa atividade, é preciso respeitar o individual de cada participante, assim como se

respeita, paralelamente, os desejos e sentimentos do grupo como um todo. É preciso estar aberto às mudanças, compreender e aceitar os diferentes modos de ver, sentir, pensar e agir.

Entendo que muitas vezes, a mudança que se pretende implantar em um grupo precisa partir do próprio profissional. Costuma-se dizer que o “comportamento de um grupo é o reflexo do comportamento de seu líder”. Considero essa afirmativa bastante rígida, uma vez que não podemos considerar como determinante no andamento do trabalho com grupos apenas o comportamento de seu líder, no entanto, se este for agressivo e inflexível, a tendência desse grupo é de apresentar atitudes também agressivas, mostrarem-se irredutíveis, resistentes, etc. Considerando que os membros do grupo vêem o coordenador como um líder e se apóiam nele, principalmente em um primeiro momento, esse precisa ser a referência, precisa adotar uma postura que sintetize tudo aquilo que falamos até agora. Ou seja, ele precisa ser aberto à participação e atitudes democráticas, precisa ser flexível, bem humorado, equilibrado, ético, responsável, comprometido com o grupo e seus membros, e precisa acima de tudo saber ouvir e colocar-se sempre de maneira respeitosa.



#### **4 DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Nesse capítulo, proponho uma discussão sobre as diretrizes gerais do curso de Serviço Social da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Serão discutidas: a estrutura curricular anterior, que vigorou de 1991 a 1998; o currículo atual implementado em 1999; e a alteração efetuada neste currículo, em 2000. São, portanto, três estruturas curriculares sendo analisadas, com o intuito de verificar de que maneira tem sido conduzido o ensino da prática profissional, mais precisamente a formação para utilização de um dos instrumentos de intervenção profissional – os grupos.

Para isso serão consideradas as três estruturas curriculares, as ementas das disciplinas desses currículos e alguns planos de ensino do currículo que é praticado atualmente (ver anexos B, C e D). Serão realizadas comparações qualitativas dessas estruturas, no intuito de verificar qual a preocupação existente com a qualificação acadêmica para o uso desse instrumento.

Sendo assim, torna-se interessante trazer à tona o momento do surgimento do currículo mínimo para o curso e das diretrizes, analisando as situações que motivaram a necessidade de uma proposta de alteração curricular, e conseqüentemente, do que essa proposta pretendia dar conta.

##### **4.1 As diretrizes gerais vigentes para o curso de serviço social**

Tendo como base as bruscas e constantes transformações vividas pela sociedade principalmente nos anos 90, com o reordenamento do capital e do trabalho imposto pela reestruturação produtiva, as novas formas de organização do processo produtivo e o posicionamento do Estado frente às conseqüências dessas mudanças (Estado mínimo), tornou-se necessária uma discussão e uma revisão das competências exigidas dos profissionais, especialmente do Serviço Social, já que esses têm na questão social a matéria-prima do trabalho profissional. “É ela [questão social], em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional”. (IAMAMOTO, 1998, p. 62).

Essas constantes transformações na sociedade, que irão ditar as demandas que se apresentarão aos profissionais, são extremamente dinâmicas, e sendo assim, a formação profissional também precisa estar sempre atual, para que possa acompanhar todo o processo histórico de alterações vividas no âmbito do social, de modo que possa formar profissionais capacitados teórica, política e operativamente, para a atuação precisa e eficaz nos diferentes contextos nos quais ele se insere.

O pano de fundo quando se pensa em formular uma proposta de alteração curricular, é sempre esse movimento de constantes transformações vividas pela sociedade, e a partir disso avalia-se “[...] quais as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, as novas competências e atribuições face as duas referências mencionadas.” (UNIVERSIDADE FEDERAL, 1999, p. 2).

Esse perfil profissional sempre atual e capaz de responder adequadamente às demandas que se colocam é preocupação da ABEPSS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social<sup>9</sup>, e das IES - Instituições de ensino superior, dentre elas a Universidade Federal de Santa Catarina, através do departamento de Serviço Social.

Prova disso foram as, aproximadamente, 200 oficinas locais realizadas no Brasil pelas 67 Unidades Acadêmicas ligadas a ABEPSS, entre 1994 e 1996, para discutir, avaliar e propor uma revisão curricular para o curso de Serviço Social. Além disso, aconteceram também nessa época, 25 Oficinas Regionais e 2 Oficinas Nacionais.

O objetivo inicial foi buscar informações que pudessem subsidiar uma análise mais aprofundada e embasada do processo de formação profissional existente, e para isso, foi realizado um levantamento das situações impactantes, que pudessem impor obstáculos aos profissionais para a formação que se pretendia. Uma vez feito esse diagnóstico, houve a elaboração e aprovação da “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”, na XXIX Convenção Nacional da ABEPSS, em Recife, no ano de 1995.

Esse trabalho teve continuidade com a realização das oficinas e foi então elaborado um segundo documento chamado: “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate”. Posteriormente, aconteceu ainda uma última etapa, onde todas as informações levantadas foram consolidadas e aí sim, foi elaborada a “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, fruto de um trabalho conjunto da diretoria da ABEPSS, da representação da ENESSO – Executiva

---

<sup>9</sup> A ABEPSS, fundada em 10 de outubro de 1946, chamava-se originalmente ABESS – Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social. Somente em dezembro de 1998, quando sofreu reformulações em seu estatuto passou a chamar-se ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Nacional dos Estudantes de Serviço Social, do CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, do Grupo de Consultores de Serviço Social e da Consultoria Pedagógica. A proposta foi aprovada em 1996, em Assembléia Geral da ABEPSS, no Rio de Janeiro.

As diretrizes norteiam e estabelecem uma padronização necessária para a formação nos cursos de Serviço Social das diversas IES do Brasil. Elas surgem oportunizadas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e prevê o estabelecimento de diretrizes gerais para os cursos. Sendo assim, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social são elaboradas com base no currículo mínimo já aprovado e tem o seguinte objetivo: “Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade”.(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, 1996, p. 3).

Para isso, a revisão curricular está pautada em alguns pressupostos norteadores para a formação profissional, que convém detalhar:

1. “O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, 1996, p. 4).

Isso significa entender a profissão em constante qualificação, uma vez que ela precisa acompanhar as mudanças impressas pelo objeto de seu trabalho: a questão social e as diversas formas como ela se apresenta no cotidiano da sociedade.

2. A relação do profissional com a questão social se faz através de um olhar que lhe é próprio, e que é determinado pela construção histórica da profissão na sociedade e por seu referencial teórico metodológico, constitutivo de seu processo de trabalho.

3. As alterações na sociedade, impostas pela reestruturação produtiva, ao provocarem mudanças no processo produtivo, também provocam mudanças significativas para os profissionais, à medida que há alterações na sociedade, berço de suas demandas, e no próprio mercado de trabalho.

4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pela forma como a questão social se configura, pela forma como a sociedade a enfrenta historicamente, e com quais meios. Esse aspecto sofre modificações, já que, conforme podemos perceber:

As demandas que hoje se apresentam à profissão tem configurações que dão novas dimensões aos velhos fenômenos, como os novos papéis da sociedade civil, a segmentação social dos usuários, as novas formas de organização do trabalho, reeditando situações do século passado nos dias atuais. (UNIVERSIDADE FEDERAL, 1999, p. 3).

Para dar conta de todos esses aspectos, considerando que eles fazem parte da identidade da profissão, a nova proposta entende que é preciso uma formação profissional generalista, e que contemple um conjunto de conhecimentos e habilidades indissociáveis, organizados de maneira dinâmica e flexível em atividades e conteúdos que subsidiem a intervenção profissional nos processos sociais. Sendo assim, esses conhecimentos necessários para uma formação profissional de qualidade foram estruturados em núcleos temáticos. Cada um desses núcleos incorpora uma série de fundamentos que vão desdobrar-se em matérias e essas em disciplinas nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social nas IES. São eles:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O primeiro núcleo tem foco na compreensão do ser social. É responsável por analisar aspectos relacionados à inserção do indivíduo na sociedade burguesa. Sendo assim, é também parte desse núcleo dar conta dos elementos com os quais se possa alcançar a compreensão da dinâmica e do funcionamento dessa sociedade em todos os aspectos: econômico, social, político, cultural, filosófico.

Para tanto, precisa discutir as relações, o conceito e o entendimento da categoria trabalho como elemento para o desenvolvimento da sociabilidade e da consciência humana, levantando questões referentes às relações de dominação, alienação, divisão de classes e poder. Discute também a realidade social, o que implica compreender os processos sociais como um todo, em sua dimensão ética, cultural, ideológica e principalmente política. Yamamoto (1998, p. 72), sintetiza: “O primeiro núcleo [...] indica ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade”.

Já o segundo núcleo, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, tem foco, como o nome já diz, nas características da sociedade brasileira e seu processo de construção histórica, levando em consideração particularidades do desenvolvimento tanto urbano quanto rural, respeitando as diversidades regionais e locais. Busca apreender as relações entre a sociedade e o Estado, as questões políticas que estão em debate, as classes sociais, os movimentos das classes subalternas, os conflitos, as políticas sociais entre outros aspectos. Os elementos desse núcleo contribuem para o conhecimento e

entendimento da questão social, e das várias maneiras como ela pode se apresentar nessa sociedade.

O terceiro núcleo, de fundamentos do trabalho profissional, tem foco no processo de trabalho do assistente social. “[...] considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, 1996, p. 10).

Sendo assim, esse núcleo compreende todos os elementos entendidos como constitutivos do processo de trabalho, ou seja, o objeto ou matéria-prima sobre o qual recai a intervenção, os instrumentos ou técnicas com os quais o profissional irá atuar em seu objeto, e a atividade do profissional, o trabalho propriamente dito.

Deve dar conta então, de contribuir para uma formação que contenha as bases éticas e políticas da profissão, contemplando inclusive sua trajetória histórica, seus conhecimentos teóricos e metodológicos. De posse desses conhecimentos e reconhecendo o caráter interventivo e investigativo da profissão, é responsável pela análise e discussão dos instrumentos, das estratégias que podem ser adotadas, uma vez que essas precisam estar comprometidas e articuladas com os referenciais teórico-críticos que são parte fundamental do processo de trabalho e da formação profissional.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, 1996, p. 11).

Esse núcleo responde a outra preocupação que também motivou o início das discussões sobre a necessidade de uma revisão curricular: o distanciamento entre os conhecimentos teóricos e sua aplicação no exercício do fazer profissional, cotidianamente. Esse equilíbrio é o desafio para uma profissão que nos anos 90, se firmou e foi reconhecida como intelectual, crítica, pesquisadora. Nesse sentido, na intenção de dar continuidade a uma formação completa, se faz necessário grande empenho das IES no sentido de dar suporte, através da elaboração de um currículo pleno flexível, a acadêmicos que, embora competentes intelectualmente, não se tornem excessivamente pragmáticos, sem conseguir vislumbrar, na prática, a utilidade de todo o arcabouço teórico que detêm.

Para isso, existe respaldo nas diretrizes, à medida que estão abertos espaços como oficinas, seminários temáticos e outras atividades complementares, também como locais de

formação dinâmica em potencial, o que rompe com a visão formal, tradicional do currículo. Segundo Yamamoto (1998, p. 52):

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada no enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Percebe-se pela descrição das responsabilidades de cada núcleo, que eles não são autônomos, ao contrário, os conteúdos se interpenetram, são complementares e interdependentes. Eles não seguem, necessariamente, uma seqüência na organização de um currículo, e todas as matérias que fazem parte dos núcleos, que serão distribuídas em disciplinas, vão compor os conhecimentos necessários para a correta interpretação das demandas, e conseqüentemente a atitude competente na intervenção do assistente social.

Para sintetizar o que foi discutido até aqui, entende-se que nas diretrizes:

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizado e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Esse é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA, 1996, p. 8).

Sendo assim, fica, a partir desse momento, sob responsabilidade das IES, a implementação de seus currículos, a partir dessas diretrizes, respeitando os princípios nela estabelecidos <sup>10</sup>. A implementação dos currículos em cada região leva em consideração as características do mercado de trabalho e o perfil dos acadêmicos. Questionada sobre a composição dos currículos, Rosana Martinelli, informa que:

[...] o currículo é sempre assim, ele é aprovado pelo MEC, e depois existe um espaço de composição das especificidades por parte de cada curso. [...] ele traz aquelas disciplinas que vão ser comuns no contexto nacional e depois cada curso tem a liberdade para dentro do perfil que se deseja e das diretrizes, fazer uma composição. (informação verbal).<sup>11</sup>

Obviamente, essas mudanças que pretendem uma nova lógica para a formação profissional necessitam de um engajamento de professores e alunos, no sentido de implementar um processo de análise e avaliação constantes, e conseqüentemente, os ajustes que sempre se farão necessários.

<sup>10</sup> Para apreciação dos princípios constantes nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, consultar anexo A.

<sup>11</sup> Entrevista fornecida pela professora Rosana Martinelli, coordenadora do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 25 abr. 2006.



#### **4.2 A estrutura curricular anterior à implementação do novo currículo – 1991 A 1998**

O currículo anterior à implantação da estrutura curricular existente atualmente no curso de Serviço Social da UFSC, esteve em vigor de 1991 a 1998, e era organizado da seguinte forma:

##### **Disciplinas 1ª fase:**

Metodologia Científica  
Sociologia Geral  
História do Serviço Social I  
Prática de investigação em Serviço Social I  
Filosofia I  
História Econômica Social e Política do Brasil  
Psicologia I  
Dinâmica de grupo

##### **Disciplinas 2ª fase:**

Teoria Sociológica  
História do Serviço Social II  
Teoria e metodologia do Serviço Social I  
Prática de Investigação em Serviço Social II  
Filosofia II – Filosofia da ciência  
Antropologia Filosófica I  
Psicologia II

##### **Disciplinas 3ª fase**

Teoria Sociológica II  
Instituições de Direito Privado II  
Teoria e metodologia no Serviço Social II  
Prática de investigação no Serviço Social III  
Antropologia Filosófica II



Psicologia III

**Disciplinas 4ª fase**

Economia Social

Introdução a ciência Política

Antropologia Cultural

Teoria e Metodologia no Serviço Social III

Pesquisa em Serviço Social I

Prática de investigação em Serviço Social IV

**Disciplinas 5ª fase**

Política social

Legislação Social

Teoria e metodologia no Serviço Social IV

Pesquisa em Serviço Social II

Ética profissional em Serviço Social

Estágio supervisionado em Serviço Social I

**Disciplinas 6ª fase**

Teoria e Metodologia em Serviço Social V

Serviço Social e desenvolvimento de Comunidade I

Administração em Serviço Social

Supervisão em Serviço Social

Estágio Supervisionado em Serviço Social II

**Disciplinas 7ª fase**

Teoria e metodologia no Serviço Social VI

Serviço Social e desenvolvimento de comunidade II

Política e planejamento em Serviço Social

Organização de trabalho de conclusão de curso I – TCC

Estágio supervisionado em Serviço Social III

**Disciplinas 8ª fase**

## Organização de trabalho de conclusão de curso II – TCC

Essa estrutura curricular possuía 2916 horas aula, distribuídas em 41 disciplinas (sem considerar as disciplinas de educação física curricular, duas disciplinas optativas, que estavam localizadas na 6ª e 7ª fases, e o estágio curricular obrigatório). O estágio possuía carga de 648 horas aula, e era realizado em três fases: 5ª, 6ª e 7ª, com 216 horas aula em cada uma delas.

Realizando uma análise das disciplinas oferecidas e das ementas, é possível perceber que a prática profissional era abordada em uma série de disciplinas, algumas bastante específicas, dentre as quais cito, com destaque, a disciplina “Dinâmica de Grupo”, que abordava exatamente o tema principal desse trabalho - grupos. Ela estava localizada na 1ª fase e tinha como ementa: “Dinâmica interpessoal. Organização de grupo. Funcionamento do grupo e mudanças. Etapas dos grupos: inclusão, controle e afeto.” (UNIVERSIDADE FEDERAL, 1993, p. 9). O objetivo era aproximar os profissionais dessa prática, tornando-os capazes de coordenar com competência um processo grupal, instrumento extremamente importante e muito utilizado pelos profissionais do Serviço Social, haja vista que pode ser traduzido para o fazer profissional nos mais diferentes contextos, desde o trabalho com as famílias (pequenos grupos), passando pelas comunidades (grandes grupos) e até mesmo nos vários tipos de grupos com os quais se pode trabalhar nas instituições e organizações.

Essa disciplina tinha como suporte as disciplinas de Psicologia I, II e III, uma vez que nessas, eram discutidos os objetivos e métodos da psicologia, as teorias psicológicas, além da psicologia social, o que subsidiava as análises e interpretações sobre o comportamento, a personalidade e a formação de identidade dos membros do grupo, contribuindo assim, para o entendimento do processo grupal como um todo. Eram utilizados autores clássicos como Sigmund Freud, Kurt Lewin, René Spitz, Erik Homburger Erikson, e inclusive Jacob Levy Moreno, com a sócio-dinâmica.

Além dessas disciplinas que dão suporte, entre outras questões, à intervenção com os grupos, havia também um conjunto de outras disciplinas orientadas para a formação prática.<sup>12</sup> Sendo assim, destaco:

Serviço Social e desenvolvimento de comunidade I e II: estavam alocadas na 6ª e 7ª fases, respectivamente, e pretendiam discutir aspectos referentes a organização da comunidade, realizando estudos dos aspectos teóricos, econômicos e políticos, além de

---

<sup>12</sup> As disciplinas do currículo voltadas para a formação teórica, ética e política não serão abordadas em detalhe porque não são tema das análises a que se propõe esse trabalho.

sugerir propostas de operacionalização e realizar análises teórico-práticas dos movimentos sociais.

Prática de investigação em Serviço Social, de I a IV: as quatro disciplinas estavam organizadas da 1ª a 4ª fase, respectivamente, e levantavam, de fato, a investigação das demandas sociais que se colocavam para a profissão e os meios de seu enfrentamento. Propunha-se também realizar a instrumentalização do acadêmico para o estágio, já que este iniciava na fase seguinte à conclusão da última das quatro disciplinas.

Política e planejamento em Serviço Social: disciplina da 7ª fase que englobava conteúdos que remetiam à atuação do profissional de Serviço Social no planejamento e na formulação de políticas sociais.

Pesquisa em Serviço Social I e II: oferecida na 4ª fase, discutia a pesquisa como componente do instrumental prático da profissão.

Teoria e metodologia no Serviço Social, de I a VI: perpassavam quase todo o curso, indo da 2ª à 7ª fase. As duas primeiras tinham conteúdo mais teórico, no entanto, a partir da 4ª fase, essas disciplinas começam a discutir os instrumentos e as técnicas em Serviço Social, a prática dos assistentes sociais por meio desses instrumentos e as análises dessas práticas, realizando proposições para intervenção.

No entanto, apesar das disciplinas abordarem assuntos relacionados à prática profissional, o principal espaço para essa qualificação era o estágio curricular obrigatório. A supervisão do estágio estava sob responsabilidade de núcleos de estudo, que tinham como objetivo proporcionar maior integração entre a teoria e a prática, aproximar professores supervisores e supervisores de campo, além de buscar maior qualificação da intervenção profissional. “Estes núcleos na sua estruturação deveriam ser os responsáveis pela integração do ensino, pesquisa e extensão, sendo que o ensino seria o grande vetor de suas atividades” (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 237).

As várias discussões efetuadas por ocasião das oficinas locais, regionais e nacionais da ABEPSS, colocaram essa estrutura em discussão. O processo de análise e avaliação foi acentuado pela aprovação do currículo mínimo, em 1996, e pelas diretrizes curriculares, do mesmo ano, já que, conforme dito no item anterior, foi a partir desse momento que as IES começaram a compor, de acordo com as suas necessidades, os currículos plenos em seus cursos de Serviço Social.

### 4.3 A implementação, em 1999, do novo currículo para o curso de serviço social da UFSC

Com base no currículo mínimo aprovado para o curso de Serviço Social e nas diretrizes gerais, ambos aprovados em 1996, o departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, implementou, em 1999, uma nova estrutura curricular. Nesse novo modelo, a carga total era de 3744 horas aula, sendo que dessas, 2880 faziam parte da carga horária obrigatória, 216 da carga horária reservada para as disciplinas optativas e 648 do estágio obrigatório. A organização das disciplinas visava atender aos objetivos expressos nos três núcleos de fundamentação, dos quais falamos no primeiro item. Sendo assim, a composição realizada foi a seguinte:

#### **1ª fase:**

Teoria Sociológica  
Introdução ao Serviço Social  
Serviço Social e Realidade Social  
Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil  
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência  
História Geral do Brasil

#### **2ª fase:**

Ciência Política  
Política Social e Formação sócio-histórica, econômica brasileira  
Serviço Social I  
Serviço Social e Pensamento Contemporâneo  
Antropologia Filosófica e Ética

#### **3ª fase:**

Antropologia Social I  
Economia Política  
Serviço Social II  
Serviço Social e Política Social I  
Psicologia I

**4ª fase:**

Antropologia Social II  
Processo de Trabalho no Serviço Social I  
Serviço Social e Política Social II  
Introdução à supervisão de Estágio  
Psicologia II  
Seminários Temáticos e Atividades Complementares I

**5ª fase:**

Processos Sócio-políticos Culturais e Econômicos na Região Sul e em Santa  
Catarina

Administração em Serviço Social  
Ética Profissional do Serviço Social  
Processo de Trabalho no Serviço Social II  
Supervisão de Estágio I  
Estágio Curricular obrigatório I  
Seminário Temáticos e Atividades Complementares II

**6ª fase:**

Pesquisa em Serviço Social I  
Planejamento em Serviço Social  
Processo de Trabalho no Serviço Social III  
Serviço Social e Seguridade Social I  
Supervisão de Estágio II  
Estágio Curricular Obrigatório II  
Seminários Temáticos e Atividades Complementares III

**7ª fase:**

Pesquisa em Serviço Social II  
Processo de Trabalho no Serviço Social IV  
Serviço Social e Seguridade Social II  
Serviço Social e Políticas e Atenção Criança e ao Adolescente  
Supervisão de Estágio II  
Estágio curricular obrigatório III

## Seminário Temáticos e Atividades Complementares IV

### **8ª fase:**

Direito e Cidadania

Serviço Social e Seguridade Social III

Serviço Social, Proteção Social e Globalização

Tópicos Especiais em Serviço Social

No que se refere ao terceiro núcleo, de fundamentos do Trabalho Profissional, podemos considerar que os conteúdos deste núcleo estão organizados em disciplinas que estão distribuídas em todas as fases, sendo que o estágio curricular obrigatório continua “[...] sendo central no processo de ensino-aprendizagem do trabalho profissional, com uma carga horária distribuída em três semestres e ocorrendo em diferentes campos de atuação do Serviço Social.” (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 238). O que muda no estágio, em decorrência da implantação do novo currículo, é a responsabilidade pela supervisão, que passa a ser realizada por meio da oferta de disciplinas, com um número reduzido de alunos, observando as áreas de atuação dos acadêmicos, visando tornar mais ricas e proveitosas as discussões e análises em sala de aula.

Já com relação ao trabalho com grupos, a disciplina Dinâmica de grupo, existente no currículo anterior não existe na nova composição. Ao invés dela, existem disciplinas que tratam do processo de trabalho do Serviço Social como um todo, e estas englobam os instrumentos do fazer profissional e conseqüentemente o trabalho com grupos. São chamadas Processo de Trabalho no Serviço Social I, II e III, que estão na 4ª, 5ª e 6ª fases.

Podemos considerar que a disciplina Processo de Trabalho no Serviço Social II substitui a antiga Dinâmica de Grupo, pois tem ênfase no processo grupal, contudo, aborda essa questão de maneira mais ampla. Segundo a ementa, são objetivos dessa disciplina:

A (re) construção dos objetos de intervenção nas abordagens grupais e coletivas. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção nas abordagens grupais e coletivas. A ação grupal e o fortalecimento da identidade e vínculos sociais através dos grupos de auto-ajuda, de defesa de direitos e das redes sociais. O fortalecimento dos sujeitos nas relações de etnia, gênero e violência. O grupo familiar: a inter-relação espaço público e privado e abordagens familiares. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. Documentação profissional. Construção de indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. (UNIVERSIDADE FEDERAL, 1999, p. 12).

A disciplina dedicava 72 horas aula durante a 5ª fase para preparar os profissionais para uma intervenção qualificada, segura e precisa junto aos grupos, trabalhando a prática com esse instrumento de maneira abrangente e ao mesmo tempo centrada nos principais grupos que são público da atuação profissional do Serviço Social. No entanto, essa disciplina não estava descolada das demais existentes no currículo. Assim como na estrutura anterior, existem outras disciplinas que lhe dão suporte, auxiliando no entendimento e na interpretação das situações que são naturais no processo de grupo, e que, conforme já discutimos, podem determinar seu funcionamento. A mais importante dessas disciplinas de suporte é Psicologia II, oferecida na 4ª fase, também com 72 horas aula, que possui como objetivos descritos na ementa, a discussão dos seguintes temas: “Categorias fundamentais da psicologia social: indivíduo, cultura e personalidade, identidade, consciência e alienação. Os grupos e sua dinâmica: a comunicação e seus problemas.” (UNIVERSIDADE FEDERAL, 1999, p. 10).

Ainda recorrendo às ementas, é possível destacar as demais disciplinas que estavam, nessa estrutura curricular, orientadas para o caráter interventivo da profissão e que tinham, portanto, como centro da discussão o instrumental técnico-operativo necessário aos profissionais. São elas:

Introdução ao Serviço Social – oferecida aos acadêmicos na 1ª fase, introduzia os elementos que constituem o processo de trabalho do Serviço Social, o que inclui os instrumentos e as técnicas de intervenção, necessárias para o indicar o “como fazer”.

Serviço Social II: fazia parte das disciplinas da 3ª fase, discutia as demandas que surgem para os profissionais nos anos 90, sempre relacionando com a construção no novo projeto ético-político da profissão.

Processos de Trabalho no Serviço Social, de I a IV: disciplinas organizadas da 4ª até a 7ª fases. Levantam temas específicos em cada uma delas. A primeira delas tem como foco as abordagens individuais e familiares, a segunda, conforme já vimos, prepara os profissionais para a atuação no trabalho com grupos, a terceira diz respeito aos objetos de intervenção nos processos organizacionais, e a quarta e última, busca a construção dos objetos de intervenção junto aos Movimentos Sociais e organizações estatais.



Serviço Social e Seguridade Social I, II e III: disciplinas da 6ª, 7ª e 8ª fase. Abordavam o Estado brasileiro e a política de saúde, a construção do sistema previdenciário público, e a assistência social, respectivamente, além da prática profissional em cada um desses setores.

Serviço Social e Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente: localizada na 7ª fase, procura operacionalizar a intervenção junto à esse segmento, estudando a construção histórica das políticas de proteção social para a criança e o adolescente.

A implantação do novo currículo gerou, como era de se esperar, uma série de discussões acerca do alcance dos objetivos que estavam previstos no currículo mínimo e nas diretrizes. As discussões levantaram alguns pontos importantes dessa composição curricular, que necessitavam mudanças ou ajustes no sentido de fortalecer a formação profissional. Era preciso assegurar o pleno desenvolvimento de cada um dos três núcleos de fundamentação, garantindo assim que os profissionais que se lancem à atuação o façam de maneira qualificada e competente, com capacidade para responder adequadamente aos impasses colocados pela sociedade atual.

#### 4.3.1 A revisão efetuada em 2000. Construção da nova proposta.

Um dos pontos de atenção observados no novo currículo implantado em 1999 está relacionado ao terceiro núcleo, de fundamentos do trabalho profissional.

No primeiro ano de sua implantação, foi possível observar que enquanto a proposta consolidava-se em relação aos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e de fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira, o mesmo não acontecia com referência ao núcleo de fundamentos de trabalho profissional. (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 236).

Essa constatação, decorrente dos processos de avaliação da estrutura curricular, gerou preocupação com relação a operatividade do trabalho profissional e a busca de caminhos para ultrapassar as barreiras que dificultavam a incorporação definitiva dos elementos técnico-operativos aos conhecimentos tidos como essenciais ao exercício profissional. Nessa direção, surge a necessidade de promover ajustes na estrutura curricular, voltando a discussão para a avaliação do processo de formação no que se refere ao ensino da prática. Nesse contexto, foi construída a nova proposta de currículo para o curso de Serviço Social, apenas modificada do modelo implantado em 1999.

Até esse momento, a responsabilidade pela qualificação da prática profissional era papel praticamente exclusivo do estágio curricular obrigatório, o que gerava uma sobrecarga, já que esse único espaço precisava dar conta de toda a formação prática, o que na maioria das vezes não acontecia já que o acadêmico estava em contato apenas com uma área de atuação. A formação era limitada, uma vez que o acadêmico possuía apenas uma experiência, e essa era exportada para a vida desse futuro profissional como sua referência, independente de ter sido ou não, uma experiência considerada completa.

Essa situação caracterizava uma contradição entre a proposta de formação generalista que se pretendia e o que acontecia, de fato. Além disso, a integração entre os conhecimentos teóricos, e a prática profissional ficava prejudicada em virtude da falta de espaços que oportunizassem essas discussões articuladas.

Partiu-se da premissa que todas as disciplinas e atividades do curso devem contribuir para garantir o perfil do assistente social que se quer formar e, igualmente, devem marcar claramente as competências que viabilizam ou formam ao longo do processo para a garantia da obtenção do resultado esperado. (MIOTO; NOGUEIRA, [2003?], p. 202).

Sendo assim, “[...] foi considerado como fundamental a existência de um núcleo de disciplinas e atividades que tratassem especificamente do “fazer profissional” de forma integrada e articulada com os outros conjuntos de disciplinas e atividades curriculares.” (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 237). O objetivo é proporcionar experiências práticas em todas as áreas de atuação profissional, para que ao ingressar no estágio ou mesmo no mercado de trabalho, o profissional possa atuar de maneira segura e consciente, com um apurado referencial teórico-metodológico e operativo.

Para isso, foram elaboradas e implantadas a partir do primeiro semestre de 2000, disciplinas que tem sido chamadas de oficinas. São disciplinas teóricas e práticas, divididas em três níveis específicos de atuação: Movimentos Sociais, Instituições e Organizações e Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis. A idéia era que essas disciplinas “[...] propiciariam o momento através do qual o conjunto de conhecimentos teórico, metodológicos, ético, político e instrumental – seria colocado em movimento através do fazer profissional sob orientação dos professores do curso.” (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 240).

Para cada um desses níveis de atuação existem duas disciplinas de 72 horas, que funcionam de maneira interligada, sendo uma delas teórica e outra servindo como suporte, no entanto, com foco no exercício da prática. Elas estão alocadas na 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> fase, ocupando o lugar antes existente para a realização do estágio. O estágio, por sua vez, foi alterado para a 7<sup>a</sup>

fase, em caráter intensivo, sendo realizado, inicialmente, com 550 horas aula obrigatórias. No entanto, em virtude do perfil dos alunos de Serviço Social, em grande maioria alunos trabalhadores, essa carga horária foi alterada posteriormente para 450 horas aula, sendo possível dividir entre a 7ª e 8ª fases, com a realização de 306 e 144 horas aula, respectivamente.

Feitas essas considerações, a nova estrutura para o currículo de Serviço social ficou assim organizada:

**1ª fase:**

Acumulação Capitalista no Brasil  
Introdução ao Serviço Social  
Serviço Social e Realidade Social  
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência  
História Geral e do Brasil  
Teoria Sociológica

**2ª fase:**

Serviço Social e Política Social: Modelo de Proteção Social  
Serviço Social e Pensamento Contemporâneo  
Serviço Social Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos  
Política Social Formação Sócio Histórica e Econômico Brasileira  
Ciência Política

**3ª fase**

Antropologia Social I  
Economia Política  
Serviço Social e Políticas Sociais. Padrões de atenção à Proteção Social  
Introdução ao Processo de Trabalho no Serviço Social  
Ética Profissional do Serviço Social  
Psicologia I

**4ª fase**

Serviço Social Movimentos Sociais e Conselhos de Direito

Processo de Trabalho no Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de  
Direito

Antropologia Cultural II

Administração em Serviço Social

Seminários Temáticos e Atividades Complementares

Psicologia II

#### **5ª fase**

Serviço Social Instituições e Organizações

Processo de Trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações

Serviço Social, Seguridade Social: Saúde

Serviço Social, Seguridade Social: Previdência

Serviço Social e Políticas de Atenção e ao Adolescente

#### **6ª fase**

Serviço Social Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis

Processo de Trabalho no Serviço Social com Famílias e Segmentos Sociais

Vulneráveis

Pesquisa em Serviço Social I

Serviço Social e Seguridade Social: Assistência

Planejamento em Serviço Social

#### **7ª fase**

Estágio Curricular Obrigatório I

Supervisão de Estágio I

#### **8ª fase**

Direito e Cidadania

Processo de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação

Trabalho de Conclusão de Curso

Estágio Curricular Obrigatório II

Supervisão de Estágio II

Seminários Temáticos e Atividades Complementares

Tópicos Especiais em Serviço Social

Além das seis novas disciplinas voltadas para a capacitação prática dos profissionais nos três campos de ação já mencionados, algumas, mais gerais podem ser citadas:

Seminários Temáticos e Atividades Complementares: as duas disciplinas, localizadas na 4ª e 8ª fases, estão voltadas para as atividades dos acadêmicos fora da universidade, como a participação em congressos, seminários, colóquios, etc, desde que esses contribuam, de alguma forma para a sua formação.

Introdução ao Processo de Trabalho no Serviço Social: disciplina da 3ª fase que discute os elementos constitutivos do processo de trabalho do Serviço Social, além de dar ênfase à categoria trabalho. Pretende dar suporte aos acadêmicos para as oficinas, que iniciam na fase seguinte.

Processo de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação: na 8ª e última fase, realiza um resgate de todas as questões relacionadas ao processo de trabalho da profissão que foram vistos durante todo o curso, utilizando como base as experiências dos acadêmicos no estágio curricular obrigatório. Traz novamente a discussão sobre “[...] as dimensões teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política da formação profissional.” (MIOTO; NOGUEIRA, 2003, p. 241).

Além disso, as disciplinas de Psicologia, Administração em Serviço Social, Planejamento em Serviço Social e Pesquisa também desempenham o papel de subsidiar o entendimento e a interpretação das situações com as quais os profissionais se deparam no momento da intervenção.

Com relação ao trabalho com grupos, o conteúdo é trabalhado nessa nova proposta de maneira bastante diferente. Na primeira composição dessa estrutura curricular e mesmo no currículo anterior, os conteúdos eram trabalhados de maneira bastante densa e completa. No currículo vigente de 1991 a 1998, o tema era trabalhado em uma disciplina específica, da 1ª fase, com 36 horas aula. Já na estrutura seguinte, implantada em 1999, o tema ganhou uma disciplina de 72 horas aula, que conforme visto chamava-se Processos de Trabalho no Serviço Social II, oferecida na 5ª fase.

Essa disciplina - Processos de Trabalho no Serviço Social II - onde essa temática era abordada, não existe mais na nova estrutura. Também foram extintas as disciplinas Processos de Trabalho no Serviço Social I e III. Ao invés delas, passa a existir a disciplina Introdução a Processo de Trabalho no Serviço Social, oferecida na 3ª fase. Obviamente, ela não conseguiu comportar todos os conteúdos que estavam organizados nas três disciplinas

existentes no currículo anterior. A lógica da nova proposta entendia que os conteúdos antes ministrados nas três disciplinas de processos de trabalho precisariam ser redimensionados para as recém formuladas oficinas, já que essas têm como objetivo proporcionar,

[...] uma capacitação instrumental básica que seria utilizada em todas as áreas de intervenção profissional, sob a responsabilidade dos docentes e não unicamente através do estágio e dos supervisores de campo, como vinha ocorrendo até então. (MIOTO, NOGUEIRA, [2003?], p. 203).

Sendo assim, buscava-se atender o objetivo de tornar a formação mais generalista, uma vez que não existiriam disciplinas para instrumentos de intervenção específicos. Não se pretendia, no entanto, deixar de abordar esse temas, essenciais para o exercício da prática. A idéia era realizar um trabalho transversal, abordando os conteúdos nas disciplinas integradas, com a intenção de garantir a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Esses conteúdos foram então suprimidos enquanto disciplinas específicas e pretendeu-se redimensioná-los para as oficinas, entendendo que os instrumentos de intervenção, dentre eles os grupos, perpassam todos os níveis de atuação privilegiados nessas disciplinas, ou seja: movimentos sociais, famílias e segmentos sociais vulneráveis e instituições e organizações. As seis disciplinas precisam dar conta de toda a formação profissional para a atuação qualificada nesses espaços, o que envolve, além da base operativa, todas as questões teóricas, políticas e ideológicas que envolvem a inserção profissional. Sendo assim, observa-se uma sobrecarga de assuntos e mesmo de expectativas quanto à responsabilidade dessas disciplinas.

Verificando os planos de ensino dessas disciplinas, constata-se que, na prática, a formação para a utilização do trabalho com grupos tem sido realizada através de alguns textos, a saber: 3 textos na disciplina Serviço Social, Família e Segmentos Sociais Vulneráveis; 1 texto na disciplina Serviço Social, Instituições e Organizações e mais 3 textos na disciplina Processos de Trabalho no Serviço Social, Instituições e Organizações.<sup>13</sup> Percebe-se com isso, que a qualificação para o uso desse instrumento é hoje, muito mais superficial do que nos currículos anteriores, uma vez que ela possui um suporte teórico mínimo, que não dá conta da vivência que é necessária para que o acadêmico possa ter efetivamente, a experiência de conduzir um processo grupal, com todos os momentos que lhe são naturais.

Com intenção de comparar a preparação dos acadêmicos para o uso desse instrumento, saliento aqui um ponto de atenção. Estamos falando de um instrumento que é,

---

<sup>13</sup> Para a verificação dos textos a serem trabalhados sobre grupos, foi considerada apenas a bibliografia identificada como obrigatória nos planos de ensino das seis disciplinas integradas.

como já dito anteriormente, largamente utilizado pelos profissionais do Serviço Social, por ser considerado um espaço onde o ser social se desenvolve, onde se criam e recriam as identidades. São esses espaços onde os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades, onde eles pretendem encontrar seus pares, onde buscam relacionamentos, acolhimento, interação social. Ao mesmo tempo, é nos grupos, onde acontecem os conflitos decorrentes das diferentes visões, concepções e valores, que as pessoas podem aprender e desenvolver suas potencialidades.

Com o intuito de aprofundar e discutir o tema, objetivando contribuir para uma formação acadêmica com ainda mais qualidade, levanto esta preocupação com a falta de uma preparação no curso, que seja voltada para prática do assistente social na utilização de um instrumento profissional importante como é o trabalho com grupos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de concluído esse Trabalho de Conclusão de Curso, é possível realizar algumas considerações importantes sobre o grupo como instrumento de intervenção da profissão, analisando os desafios que perpassam o exercício dessa prática, especialmente a preocupação permanente com uma formação acadêmica qualificada.

Considerando que o Serviço Social tem como uma das características ser uma profissão interventiva, e entendendo a sociedade como local de criação e recriação de suas demandas, é imprescindível discutir, qualificar e capacitar sempre os profissionais com relação ao aparato técnico-operativo que rege o exercício de sua prática, inserida em uma sociedade constantemente em transformação.

É importante esclarecer, no entanto, que os instrumentais de nada servem se eles estiverem descolados de um domínio teórico-metodológico, já que é esse domínio que irá possibilitar a correta interpretação das problemáticas e iluminar as perspectivas de atuação profissional. É bem verdade que o caminho contrário, quando existe o domínio teórico, mas não o aparato instrumental, também não será capaz de garantir ações precisas e focadas nas causas dos problemas, uma vez que não se terá a indicação de “como fazer”, e o profissional muitas vezes não saberá por quais caminhos precisa seguir na busca pelas soluções para os desafios e impasses que envolvem o exercício profissional.

O que se discute é a importância de uma formação que possua elementos que realizem a conexão entre a teoria e a prática, com um currículo que seja organizado de forma a oportunizar espaços de vivência dentro da universidade, com o estudo desses instrumentos também de forma prática, antes da inserção do acadêmico em seu campo de estágio.

Percebe-se com o currículo praticado atualmente pelo curso de Serviço Social da UFSC, que existe grande preocupação com a formação profissional completa, condizente com a sociedade em transformação e comprometida com o projeto ético-político da profissão. No entanto, toda estrutura curricular, por mais planejada e pensada que tenha sido, necessita de avaliações e acompanhamentos constantes, no sentido de identificar as melhorias necessárias. Essas melhorias, por sua vez, poderão ser identificadas muito mais claramente de baixo para cima, ou seja, com a colaboração dos acadêmicos, haja vista que são eles que experimentam, diretamente, a eficácia da didática utilizada.

Sendo assim, considera-se que as discussões sobre a composição dos currículos são sempre extremamente positivas e nunca estão esgotadas. O que atualmente pode ser

entendido como uma prioridade para a formação profissional, dentro de poucos anos pode tornar-se obsoleto e ineficaz, pois a sociedade pode demandar novas formas de proteção social e conseqüentemente, de atuação profissional.

Não é objetivo desse trabalho apresentar verdade incontestável, mas minimamente abrir caminho para outros espaços de discussão e novas proposições que estejam voltadas para a uma formação de qualidade, em consonância com a identidade da profissão, seu processo de trabalho, instrumentos, demandas e principais impasses.

É de fundamental importância destacar a experiência vivenciada na ACIC, por ter sido ela quem motivou o grande interesse pela temática e a necessidade de um aprofundamento que levasse ao entendimento das reais possibilidades de aplicação desse instrumento. A instituição possui um espaço na grade de atividades que está sempre reservada para as atividades em grupo, o que nos faz entender que se percebe os benefícios de sua utilização.

No entanto, é interessante deixar como recomendação que este espaço seja utilizado por inteiro. Além de um momento de lazer, recreação e descontração, o grupo pode ser explorado como um espaço onde várias situações e temáticas importantes podem ser trabalhadas. Essas temáticas, ao serem trabalhadas, propiciam um momento de aprendizado, de troca de experiências, podendo contribuir inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ao passo que as coloca em interação constante.

Além disso, os grupos podem ser utilizados para o desenvolvimento interpessoal dos membros, auxiliando na mudança de atitudes condicionadas, na formação de indivíduos mais críticos e informados, exercendo sua cidadania. Não se pode desconsiderar também o caráter educativo que os grupos podem assumir em determinados momentos, dependendo dos objetivos a serem alcançados e da didática utilizada. Ao mesmo tempo, considera-se que o grupo age, muitas vezes, como facilitador do desenvolvimento de habilidades e potencialidades latentes nas pessoas.

Por fim, entendendo a importância da utilização do trabalho com grupos, e tendo analisado a forma como os acadêmicos estão sendo preparados para seu uso, concluo que existe, na proposta curricular, um projeto bastante definido de formação generalista, que proporcione condições de uma atuação em todos os níveis que demandam a intervenção do assistente social, com os respectivos instrumentais propícios e necessários. Porém, o que acontece na prática, é um distanciamento entre aquilo que está na proposta e o que acontece no ambiente acadêmico. Ainda se percebe, mesmo nas disciplinas chamadas de oficinas, mais voltadas para a formação prática, uma priorização dos momentos de discussão e de produção

teórica, em detrimento dos espaços que precisariam ser utilizados para os exercícios do fazer profissional.

A completa incorporação da proposta depende do envolvimento e comprometimento dos acadêmicos e dos professores, no sentido de garantir uma supervisão presente nas disciplinas práticas, com o acompanhamento de 100% das idas à campo, o conseqüente incentivo da utilização do instrumental prático mais adequado à situação encontrada e com a ampliação da bibliografia referente aos grupos.

Propõe-se, portanto, uma revisão da proposta curricular considerando os atuais impasses constatados nas disciplinas do Núcleo de Formação do Trabalho Profissional, a fim de que essas disciplinas possam ser revistas e seus objetivos redirecionados a partir de reflexões conjuntas.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia (org.). **Oficinas em dinâmica de grupo – um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** – com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Cadernos ABESS n. 7. Formação profissional: trajetória e desafios. São Paulo: Cortez, 1996.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE para Integração do Cego. **Dinâmica de atendimento**. [s. n.] Florianópolis, 2005.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE para Integração do Cego. **O que é**. Disponível em: <[http://www.acic.org.br/deficienciavisual\\_oquee.shtml](http://www.acic.org.br/deficienciavisual_oquee.shtml)>. Acesso em: 03 mai. 2006.

CONDE, Antônio João Menescal. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=94#more>>. Acesso em: 04 mai. 2006.

DICIONARIO MELHORAMENTOS: português. São Paulo: Editora: Melhoramentos, 1992. 569p.

FRIEDLANDER, Walter. **Conceitos e métodos de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

FUNDAÇÃO DORINA Nowil para cegos. **Deficiência visual**. Disponível em: <[http://www.fundacaodorina.org.br/br/paginas.asp?cod\\_pagina=67&secao=Funda%E7%E3o+Dorina+Nowill&id\\_site=br](http://www.fundacaodorina.org.br/br/paginas.asp?cod_pagina=67&secao=Funda%E7%E3o+Dorina+Nowill&id_site=br)>. Acesso em: 04 mai. 2006.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Famílias: uma experiência em grupo. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ed. 71. São Paulo: Cortez, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 102 p. 14.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KISNERMAN, Natalio. **Serviço Social de Grupo: uma resposta ao nosso tempo**. Petrópolis: Vozes, 1977.

KONOPKA, Gisela. **Serviço Social de grupo: Um processo de ajuda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINICUCCI, Agostinho. **Técnica do trabalho de grupo**. São Paulo: Atlas, 1992.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias – Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Cuidados sociais dirigidos às famílias e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: Unb Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **O estágio curricular obrigatório no currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n], [2003?].

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. O projeto de ensino do trabalho profissional no currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama sobre a construção da proposta. **Anais**. Seminário Latino-americano de Serviço Social: articulação latino-americana e formação profissional. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

MIOTO, Regina Célia. **Instrumentos do Serviço Social**. Texto produzido para fins didáticos, [s.l. : s.n.], 2001.

MIRANDA, Simão de. **Oficina de dinâmicas de grupo para empresas, escolas e grupos comunitários**. V. 2. São Paulo: Papirus, 2000.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

MOTTA, Ana Elizabete (Org.). Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NILSSON, Vera Inêz Gauer. **Grupos: Tipos e Conceitos**. Texto para fins didáticos, [s.l.:s.n.] 2004.

OLIVEIRA, Mariângela de Paiva. O trabalho em equipe. In ABRINQ. **Guia de Gestão para quem dirige entidades sociais**. São Paulo: [s.n], 2002.

PAZ, Rosângela. As ONGs e o Trabalho do Assistente Social. In: **Cadernos CEAD/CFESS**, v. 2, Brasília: CEAD-Unb, 1999.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Trabalho com grupos e o serviço social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SIMIONATTO, Ivete. **Serviço Social e Processo de Trabalho**. Caderno de texto nº 3. CRESS, 12ª região: Florianópolis, 1998.

SOUZA, Rosany Barcellos; AZEREDO, Verônica Gonçalves. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In. **Serviço Social e Sociedade**. 80 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Mirna Barros. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. 2002. 105 p. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes\\_cover&id=000034&lng=pt&nrm=iso](http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000034&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 mai. 2006.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social. **Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social**. Florianópolis: [s.n], 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL de Santa Catarina. **Ementas das disciplinas do currículo do curso de Serviço Social**. Florianópolis: [s.n], 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL de Santa Catarina. **Currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina**. Ano 1991 – 1998. Florianópolis: [s.n], 1993.

WEFORT, Madalena Freire et al. **Grupo. Indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento.** [s.l]: Espaço Pedagógico, 1993.

WELFFORT, Madalena Freire. **Educando o olhar da observação.** [s.l.:s.n.] [19--].

ZANINI, Marcelo. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência visual e desafios de sua conquista.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhar com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.



**ANEXOS**

**ANEXO A**  
**Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**

ABEPSS

*DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE  
SERVIÇO SOCIAL*

(Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8  
de novembro de 1996.)

**Rio de Janeiro  
Novembro de 1996**

## SUMÁRIO

### Apresentação

|   |    |
|---|----|
| 1- Pressupostos da Formação Profissional .....  | 5  |
| 2 - Princípios e Diretrizes Curriculares da Formação Profissional .....                 | 6  |
| 2.1.Princípios .....  | 6  |
| 2.2.Diretrizes Curriculares.....  | 7  |
| 3 - Nova Lógica Curricular .....  | 8  |
| 3. Núcleos de Fundamentação .....   | 10 |
| 3.1.1 - Núcleos de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social .....              | 10 |
| 3.1.2 - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira ..... | 11 |
| 3.1.3 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.....                             | 12 |
| 3.2 - Matérias Básicas.....   | 15 |
| 3.3 - Atividades indispensáveis Integradoras do Currículo.....                          | 19 |
| 4 - Observações e recomendações.....  | 20 |
| 5 - Referências Bibliográficas.....   | 21 |

## APRESENTAÇÃO

O presente documento contém a **Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**, produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82) .

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a **ABESS** promoveu e coordenou com o **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - CEDEPSS**, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do **CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da **ENESSO** - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais.

Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico<sup>14</sup> foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das

---

<sup>14</sup> Cf. ABESS/CEDEPSS/ENESSO - Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional. Sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, Maio, 1995.

oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado "**Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate**".

Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

Esta Proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembléia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB ( Lei 9394 ) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados.

A ABESS atenta à necessidade do estabelecimento desses padrões de qualificação do ensino e de sua universalização, enquanto entidade nacional representativa das IES no âmbito do Serviço Social, encaminha a presente proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação.

## **1- PRESSUPOSTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das

relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais.

O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que informa a presente revisão curricular são os seguintes:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.



## 2 - PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Este conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu **Currículo Pleno**. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.

### 2.1- Princípios:

São princípios que fundamentam a formação profissional :

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

5. Estabelecimento da dimensão investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;

7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular

12. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

### **2.2. - Diretrizes Curriculares:**

Estes princípios definem as *diretrizes curriculares* da formação profissional, que implicam **capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

### **3. NOVA LÓGICA CURRICULAR:**

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.

Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional. São eles:

*1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;*

*2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira .*

*3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Esta é a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas.

Em decorrência desta consideração, ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da

gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subseqüentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.

### **3.1 - NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1.1 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social:**

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como praxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

#### **3.1.2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:**

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social,

política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise:

- Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”.

- A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem.

- O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.

- Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.

Estes conteúdos implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se:

- Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.

- Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.



### **3.1.3. - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:**

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996).

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes.

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como *solo a história da sociedade*, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social.

É o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão

O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação,

em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários.

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.

Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões.



### 3.2 - MATÉRIAS BÁSICAS

As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

- disciplinas: constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada.
- seminários temáticos: momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade.
- oficinas/laboratórios: espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.
- atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Como matérias básicas são propostas as seguintes :

**Sociologia:** A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da sociologia como campo científico; as matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.

**Ciência Política:** A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado.

**Economia Política:** A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no

padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.

**Filosofia:** Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.

**Psicologia:** A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

**Antropologia:** A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

**Formação sócio-histórica do Brasil:** A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

**Direito:** A construção das instituições de direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.

**Política Social:** As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e

o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

**Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais :** A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.

**Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social:** Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.

**Processo de Trabalho do Serviço Social:** O trabalho como elemento fundente do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio.

**Administração e Planejamento em Serviço Social:** As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

**Pesquisa em Serviço Social:** Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

**Ética Profissional:** Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

### 3.3 - ATIVIDADES INDISPENSÁVEIS INTEGRADORAS DO CURRÍCULO

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares.

- ◆ **Estágio Supervisionado:** É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 ( Lei de Regulamentação da Profissão ) e o Código de Ética do Profissional ( 1993 ). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.
- ◆ **Trabalho de Conclusão de Curso:** é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se

dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

#### **4 - OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

- a) Garantir carga horária mínima de 2.700 horas com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC;
- b) O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES;
- c) Na configuração dos currículos plenos dos cursos, as instituições poderão indicar mecanismo de aproveitamento ou reconhecimento de estudos realizados em cursos sequenciais, cursos de graduação e/ou pós-graduação já realizados pelo aluno;
- d) Garantir maior carga horária nas disciplinas de Serviço Social;
- e) Cursos diurno e noturno com o mesmo padrão de qualidade;
- f) Na definição dos currículos plenos deve se destinar parte da carga horária total para atividades complementares podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso;
- g) O estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso ( 2700 horas );
- h) As diretrizes curriculares constantes deste documento deverão ser implantadas imediatamente após a sua aprovação pelo MEC. O prazo para a conclusão da implantação deve ser de dois anos.

#### **5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABESS/CEDEPSS. Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional: sistematização dos relatórios das oficinas regionais . Recife, Maio, 1995.

\_\_\_\_\_. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Recife : ABESS/CEDEPSS, 1995.

\_\_\_\_\_. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional - Novos subsídios para o debate. Rio de Janeiro : ABESS/CEDEPSS, 1996.



ABESS/NORTE. Relatórios das oficinas locais (UFMA, UFPI, FUA, UNAMA). Belém : ABESS/NORTE, 1996.

ABESS/NORTE. Propostas da ABESS-Norte para o Novo Projeto de Formação Profissional do Assistente Social. Belém : ABESS/NORTE, 1996.

ABESS/NORDESTE. Indicações de Matérias para Estruturação da Proposta de Currículo Mínimo. Mossoró : ABESS/NORDESTE, 1996.

ABESS/LESTE. Proposta de Currículo Mínimo para Discussão na Segunda Oficina Nacional de Formação Profissional. Juiz de Fora : ABESS/LESTE, 1996.

ABESS/CENTRO-OESTE. Relatório das Recomendações das Unidades de Ensino da Região. Cuiabá : ABESS/CENTRO-OESTE, 1996.

ABESS/SUL I. Relatório da V Oficina Regional. Florianópolis : ABESS/SUL I, 1996.

ABESS/SUL II. Relatório da Segunda Oficina Regional de Revisão Curricular. São Paulo : ABESS/SUL II, 1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 52. São Paulo : Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Cultura e Universidade no Brasil nos anos sessenta. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na UFF, Niterói: UFF, agosto de 1996. (mimeo)

ALVES, Maria Helena M. Estado e Oposição no Brasil - 1964/1984. Petrópolis, Vozes, 1989.

ANDES. Caderno de Textos do XV Congresso. Santa Maria/RS, 1996.

BARBALET, J. M. A Cidadania. Lisboa, Estampa, 1989.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social e Capitalismo Contemporâneo: Um Balanço Crítico-Bibliográfico. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social /UFRJ, mimeo, 1993.

BOYER, R. A Teoria da Regulação. São Paulo, Nobel, 1990.

BRUNHOFF, Suzanne de. Estado e Capital: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.

\_\_\_\_\_. A Hora do Mercado: crítica do liberalismo. São Paulo, UNESP, 1991.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. O Estágio Supervisionado. São Paulo. Cortez, 1995.

CARDOSO, Adalberto M. O Pragmatismo Impossível. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, nº 32. Março, 1992.

CARDOSO, Franci Gomes et alli. Direção Social da Formação Profissional e a Crise da Contemporaneidade. São Luis - MA , Curso de Serviço Social / UFMA, 1994.(mineo)

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Reestruturação Industrial e Políticas Empresariais no Brasil dos anos 80.** Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, Janeiro de 1996. (mimeo)

CARTAXO, Ana Maria B. **A dupla face das estratégias de sobrevivência do segurado da previdência social.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, PUC/SP. São Paulo, 1992 (mimeo)

CASTANHO, Maria Eugênia. Paradigmas de currículo diante da nova ordem mundial. **Série Acadêmica.** n. 1. Campinas : PUCCAMP , 1992.

CASTRO, N. Araújo. Operários em construção: a formação de classe operária na fronteira do moderno capitalismo industrial brasileiro. *in* LARANJEIRA, Sônia ( org. ) **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina.** São Apulo, Hucitec, 1990.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília : CFESS, 1993.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo, Moderna, 1981.( 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 1993 ).

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

CLARKE, S. **Crise do fordismo ou crise da social democracia ?** Revista Lua Nova, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, nº 24. Setembro, 1991.

COÊLHO, Ildeu. Ensino de graduação: **a lógica de organização do currículo.** Educação Brasileira . v. 16. n. 33. Brasília : MEC/CRUB,1994.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 412 de 04/08/92.**

COSTA, Marisa Vorraber ( org. ) **Escola Básica na Virada do Século . Cultura, Política e Currículo.** Cortez, São Paulo, 1996.

COSTA, Suely Gomes. **A invenção de tradições: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social.** Exposição no 4º Progama de Formação Pedagógica de Docentes da UFSC.Coordenadoria do Curso de Serviço Social. Florianópolis, 1994. (mimeo).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Gramsci.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira.** *in* COUTINHO,C. N., NOGUEIRA, M. A. e BADALONI, N. (orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro, Campus, 1992.

DAIN, Sulamis. O financiamento das políticas sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente. *in* BRASIL. **Economia e**



**Desenvolvimento**, nº 3, VOL.I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília MPAS/CEPAL, 1989a.

\_\_\_\_\_. A Crise da Política Social: uma perspectiva comparada. *in* BRASIL.

**Economia e Desenvolvimento**, nº 3, vol.I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília, MPAS/CEPAL, 1989b.

\_\_\_\_\_. Financiamento da Seguridade Social. A previdência social e a revisão constitucional. *in* BRASIL. **Debates**, vol II, Brasília, MPS/CEPAL, 1994.

DESEP/CUT. Políticas sociais e os trabalhadores. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, ano 3, n.11,out.1989.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Educação e Cidadania: classes e racionalidades**. Campinas, 1991a (mimeo).

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930 -1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DOMINGUES, José Luiz. **Interesses Humanos e Paradigmas Curriculares**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 67. Brasília : INEP, 1986.

DRAIBE, Sônia M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas**. São Paulo, ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *in* **Prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Coleção para a década de 90. Brasília, IPEA/IPLAN, 1990.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais e o neoliberalismo. Dossiê liberalismo/neoliberalismo. São Paulo. **Revista USP**, nº17, mar-abr-maio,1993.

\_\_\_\_\_. DRAIBE,Sônia M. & AURELIANO,Liana. A especificidade do Welfare State Brasileiro . *in* BRASIL. **Economia e Desenvolvimento**, nº 3, vol. I . Reflexões sobre a natureza do bem-estar .Brasília MPS/CEPAL, 1989.

\_\_\_\_\_. Sônia M. & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vértice/ANPOCS,vol. 3, n-6 .Fev, 1988.

DRUCK, Maria G. & BORGES, A. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. **Cadernos crh/ufba**, Salvador, n.19. 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula . Previdência Social e sociedade em período de crise. *in* FIGUEIREDO, wilma de M. ( coord. ) **Cidadão, Estado e políticas no Brasil contemporâneo**. Brasília, Ed. da UNB, 1986.

FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis - RJ, Vozes , 1994.

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa ômega, 1979.

- FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. *in* TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- FRANCISCO, Elaine Marlova & CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. "O Processo de Trabalho do Serviço Social". **Em Pauta - cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ.** nº 06. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, dezembro de 1995.
- GALPER, Jeffry. **Política social e trabalho social.** São Paulo, Cortez, 1986.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo : Cortez, 1995.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: ED. Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação profissional na contemporaneidade: dilemas e perspectivas.** Rio de Janeiro : UFRJ/ Escola de Serviço Social, 1994. (mimeo)
- IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo, Cortez , 1993.
- JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo : a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1996.
- JORGE, Leila. **Inovação curricular: além das mudanças de conteúdos.** Piracicaba : UNIMEPI, 1994.
- KANDIR, A. **Previdência Social: a experiência internacional.** *in* BRASIL. **Pesquisas.** vol. IV. Brasília, MPS/CEPAL, 1994.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- KURZ, R. **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro, Campus, 1993.
- Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8662/93.**
- LESSA, Carlos. Apresentação. *in* TAVARES M. da C. & FIORI, J. L. (orgs.) **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres.** São Paulo. Nobel, 1988.
- MALOY, James. M. **Política de previdência social no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo, Nova Cultura, 1985.
- MOREIRA, Antônio Flávio et alli ( orgs. ) **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo, Cortez, 1994.
- MOTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda.** São Paulo: cortez, 1987.
- NASCIMENTO, E. P. Crise e Movimentos Sociais: hipóteses sobre os efeitos perversos. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez, n.43, 1993.

- NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo : Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- OLIVEIRA, Jaime A. A. de e TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **A imprevidência social**. Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1986.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1995.
- PUC-SP. **Currículo do Curso de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social**. São Paulo : PUC-SP, julho de 1996. (mimeo)
- RIBEIRO, Darcy. **Carta 16: falas , reflexões, memórias/ informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro**. Brasília, Gab. 1991.
- ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado de providência**. Trad. Isabel Maria Santa Aubyn. Lisboa, Editorial inquérito, 1984.
- SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.
- SALAMA, P. Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países semi-industrializados. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, vol.8, n.4, out-dez, 1988.
- SPOSATI, Aldaísa. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo : Cortez, 1988.
- TEIXEIRA, Aloísio. Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. UFRJ/IEI, Rio de Janeiro, 1991 ( Série Texto de Discussão ).
- TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Cidadania, direitos sociais e Estado. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, n.4 . vol 20 , out-dez, 1986.
- UNB/DEPTo. DE SERVIÇO SOCIAL. **Proposta de Reforma Curricular**. Brasília : UNB/ Dept° de Serviço Social, 1996. (mimeo)
- YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1993.

**ANEXO B**

**Estrutura Curricular vigente de 1991 a 1998**

## CURRÍCULO / ANO – 1991 a 1998

## 1ª fase

| CÓDIGOS  | DISCIPLINAS  | HORA/AULA | PRÉ-REQ. |
|----------|--|-----------|----------|
| BDC 5109 | METODOLOGIA CIENTÍFICA<br>EQUIV: FIL 1115 ou FIL 5190          | 36        | -        |
| CSO 5129 | SOCIOLOGIA GERAL – B<br>EQUIV: CSO 1128 ou SCL 1117            | 72        | -        |
| DSS 5102 | HISTORIA DO SERVIÇO SOCIAL I                                   | 54        | -        |
| DSS 5601 | PRÁT. DE INV. EM SERV. SOCIAL I<br>EQUIV: DSS 1101 ou DSS 1303 | 54        | -        |
| FIL 5191 | FILOSOFIA I – TERO. DO CONHEC.<br>EQUIV: FIL 1101              | 54        | -        |
| HST 5212 | HIST. ECON.SOC. E POL. DO BRASIL<br>EQUIV: HST 1212            | 72        | -        |
| PSI 5102 | PSICOLOGIA I<br>EQUIV: PSI 1125 ou PSI 1110                    | 54        | -        |
| PSI 5111 | DINÂMICA DE GRUPO<br>EQUIV: 1310                               | 36        | -        |
| EFC 55** | EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR                                     | 54        | -        |

## 2ª fase

|          |   |    |          |
|----------|---|----|----------|
| CSO 5142 | TEORIA SOCIOLOGICA A - I<br>EQUIV: CSO 1142 ou CSO 1103 ou<br>SCL 1103  | 72 | -        |
| DSS 5103 | HISTÓRIA DO SER. SOCIAL II<br>EQUIV: DSS 1102 ou DSS 1304               | 54 | DSS 5102 |
| DSS 5104 | TEOR. E MET. NO SERV. SOCIAL I<br>EQUIV: DSS 1121                       | 90 | -        |
| DSS 5602 | PRAT. DE INVEST. EM SERVIÇO<br>SOCIAL II<br>EQUIV: DSS 1121 ou DSS 1401 | 54 | DSS 561  |
| FIL 5192 | FILOSOFIA II – FILOSOFIA DA<br>CIÊNCIA<br>EQUIV: FIL 1119               | 54 | FIL 5191 |
| FIL 5193 | ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA I<br>EQUIV: FIL 1140                            | 72 |          |
| PSI 5103 | PSICOLOGIA II<br>EQUIV: PSI 1126 ou PSI 1111                            | 54 | PSI 5102 |
| EFC 56** | EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR II   | 54 | EFC 55** |

## 3ª fase

|          |  |    |          |
|----------|--|----|----------|
| CSO 5143 | TEORIA SOCIOLOGICA A-II<br>EQUIV: CSO 1143 | 72 | CSO 5142 |
| DPS 5113 | INSTIT. DE DIREITO PRIVADO II              | 72 | -        |

|     |      |  |     |     |      |
|-----|------|--|-----|-----|------|
| DSS | 5105 | EQUIV: DPS 113 ou DPS 1101<br>TEOR. E MET. NO SERV. SOCIAL II                                  | 108 | DSS | 5104 |
| DSS | 5603 | EQUIV: DSS 1302 ou DSS 1105<br>DSS 1122 e DSS1105<br>PRAT. DE INVEST. NO SERVIÇO<br>SOCIAL III | 54  | DSS | 5602 |
| FIL | 5194 | EQUIV: DSS 1122 ou DSS 1402<br>ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA II                                      | 72  | -   |      |
| PSI | 5101 | EQUIV: FIL 1142<br>PSICOLOGIA III – SOCIAL<br>EQUIV: PSI 1103                                  | 54  | PSI | 5103 |

#### 4ª fase

|     |      |  |    |     |      |
|-----|------|--|----|-----|------|
| CNM | 5113 | ECONOMIA SOCIAL  | 72 | -   |      |
| CSO | 5235 | EQUIV: CNM 1113 ou CNM 1105<br>INTROD. A CIÊNCIA POLÍTICA                          | 72 | -   |      |
| CSO | 5309 | EQUIV: CSO 1235 ou CSO 1135<br>ANTROPOLOGIA CULTURAL B                             | 72 | -   |      |
| DSS | 5106 | EQUIV: CSO 1308<br>TEOR. E MET. NO SERVIÇO<br>SOCIAL III                           | 90 | DSS | 5101 |
| DSS | 5116 | EQUIV: DSS 1106 ou DSS 1305<br>DSS 1310 e DSS 1315<br>PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I | 90 | DSS | 5603 |
| DSS | 5604 | EQUIV: DSS 1109 ou DSS 1116<br>PRAT. DE INVEST. EM SERVIÇO<br>SOCIAL IV            | 54 | DSS | 5603 |
|     |      | EQUIV: DSS 1116 ou DSS 1109  |    |     |      |

#### 5ª fase

|     |      |  |     |     |      |
|-----|------|--|-----|-----|------|
| CSO | 5211 | POLÍTICA SOCIAL  | 72  | CSO | 5235 |
| DPS | 5203 | EQUIV: CSO 1211<br>LEGISLAÇÃO SOCIAL   | 72  | -   |      |
| DSS | 5107 | EQUIV: DPS 1203<br>TEORIA E METOD. NO SERVIÇO<br>SOCIAL IV                               | 144 | DSS | 5105 |
| DSS | 5117 | EQUIV: DSS 1107, DSS 1316 E<br>DSS 1402, DSS 1306<br>PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II       | 90  | DSS | 1116 |
| DSS | 5319 | EQUIV: DSS 1110 e DSS 1117<br>ÉTICA PROF. EM SERVIÇO SOCIAL                              | 72  | -   |      |
| DSS | 5501 | EQUIV: DSS 1319, DSS 1321 e<br>FIL 1110<br>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM<br>SERVIÇO SOCIAL I | 216 | DSS | 5106 |

**6ª fase**

|                         |   |     |          |
|-------------------------|---|-----|----------|
| DSS 5108                | TEORIA E METOD. NO SERVIÇO SOCIAL V<br>EQUIV: DSS 1108, DSS 1317<br>DSS 1403 e DSS 1307 | 144 | DSS 5107 |
| DSS 5111                | SERVIÇO SOCIAL E DESENV. DE COMUNIDADE I<br>EQUIV: DSS 1111, DSS 1318                   | 54  | -        |
| DSS 5309                | ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1209, DSS 1210<br>DSS 1201                | 72  | -        |
| DSS 5331                | SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1331, DSS 1330                               | 54  | -        |
| DSS 5502                | ESTÁGIO SUPERVISIONADO em SERVIÇO SOCIAL II<br>EQUIV: DSS 1404, DSS 1409 e<br>DSS 1502  | 216 | DSS 5501 |
| • DISCIPLINA OPTATIVA I |   |     |          |

**7ª fase**

|                          |   |     |          |
|--------------------------|---|-----|----------|
| DSS 5109                 | TEORIA E METOD. NO SERVIÇO SOCIAL VI<br>EQUIV: DSS 1112, DSS 1308<br>DSS 1313         | 144 | DSS 5108 |
| DSS 5112                 | SERVIÇO SOCIAL E DESENV. DE COMUNIDADE II<br>EQUIV: DSS 1104, DSS 1401<br>DSS 1406    | 54  | DSS 5111 |
| DSS 5115                 | POLÍTICA E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1115, DSS 1113                | 72  | -        |
| DSS 5328                 | ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC<br>EQUIV: DSS 1326, DSS 1326    | 54  | DSS 5502 |
| DSS 5503                 | ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL III<br>EQUIV: DSS 1405, DSS 1410<br>DSS 1503 | 216 | DSS 5502 |
| • DISCIPLINA OPTATIVA II |   |     |          |

**8ª fase**

|          |   |    |   |
|----------|---|----|---|
| DSS 5329 | ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC<br>EQUIV: DSS 1327, DSS 1329 | 54 | - |
|----------|---|----|---|



**DISCIPLINAS OPTATIVAS – 162 H/A**

| CÓDIGOS  | DISCIPLINAS  | HORA/AULA | PRÉ-REQ. |
|----------|--|-----------|----------|
| CEC 5112 | ESTATÍSTICA APLICADA AS<br>CIÊNCIAS SOCIAIS<br>EQUIV: CEC 1202, CEC 1208<br>CEC 1230 | 90        |          |
| CLM 5301 | SAÚDE MENTAL<br>EQUIV: CLM 1301 DES 1106   | 54        |          |
| COM 5300 | COMUNICAÇÃO<br>EQUIV: COM 1113   | 36        |          |
| CSO 5203 | CULTURA BRASILEIRA<br>EQUIV: CSO 1203, SCL 1203                                      | 54        |          |
| DSS 5202 | GERONTOLOGIA SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1202   | 54        |          |
| DSS 5204 | SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE<br>SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1204                             | 36        |          |
| DSS 5205 | SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE<br>EQUIV: DSS 1205  | 54        |          |
| DSS 5206 | SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO<br>EQUIV: DSS 1206   | 54        |          |
| DSS 5207 | SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA<br>EQUIV: DSS 1207  | 54        |          |
| DSS 5208 | SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO<br>EQUIV: DSS 1208   | 54        |          |
| DSS 5209 | INSTR. E TEC. DE SERVIÇO<br>SOCIAL   | 54        |          |
| DSS 5212 | SEMINÁRIOS DE SERVIÇO<br>SOCIAL<br>EQUIV: DSS 1212                                   |           |          |
| EPB 5116 | ESTUDO DE PROBLEMAS<br>BRASILEIROS I<br>EQUIV: EPB 1504                              | 36        |          |
| EPB 5216 | ESTUDO DE PROBLEMAS<br>BRASILEIROS II<br>EQUIV: EPB 1505                             | 24        |          |
| FIL 5132 | FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I  | 54        |          |
| FIL 5143 | SISTEMAS FILOSÓFICOS<br>EQUIV: FIL 5143  | 72        |          |
| FIL 5161 | EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS<br>HUMANAS  | 72        |          |
| FIL 5175 | ÉTICA I  | 72        |          |
| FIL 5176 | ÉTICA II   | 72        |          |
| FIL 5181 | FILOSOFIA POLÍTICA I   | 72        | DSS 5191 |
| FIL 5182 | FILOSOFIA POLÍTICA II  | 72        | DSS 5194 |
| FIL 5222 | HISTÓRIA DA FILOSOFIA IV<br>EQUIV: FIL 1204  | 72        |          |
| FIL 5241 | HISTÓRIA DA FILOSOFIA VII<br>EQUIV: FIL 1205, FIL 1241                               | 72        |          |
| FIL 5242 | HISTÓRIA DA FILOSOFIA VIII   | 72        |          |

|     |      |  |    |
|-----|------|--|----|
| GCN | 5204 | EQUIV: FIL 1114, FIL 1162<br>GEOGRAFIA DO BRASIL                             | 72 |
| LLE | 5101 | EQUIV: GCN 1153<br>INGLÊS INSTRUMENTAL I-A                                   | 54 |
| LLE | 5204 | EQUIV: 1112<br>FRANCÊS INSTRUMENTAL I  | 72 |
| LLE | 5305 | EQUIV: LLE 1212, LLE 1243<br>ESPAÑHOL INSTRUMENTAL I-B                       | 72 |
| LLE | 5405 | EQUIV: LLE 1312, LLE 1303<br>ALEMÃO INSTRUMENTAL I-B                         | 72 |
| LLE | 5504 | EQUIV: LLE 1403, LLE 1412<br>ITALIANO INSTRUMENTAL I                         | 72 |
| LLV | 5175 | EQUIV: LLE 1512, LLE 1543<br>TEORIA E PRÁT. DE REDAÇÃO                       | 72 |
| PSI | 5109 | EQUIV: LLV 1112, LLV 1175<br>ASP. PSIC. E SOC. NA INFÂNCIA<br>E ADOLESCÊNCIA | 36 |
| PSI | 5148 | EQUIV: PSI 1225<br>PSICOLOGIA DO DESENVOLV. IV                               | 54 |
| SPB | 5101 | EQUIV: PSI 1142<br>SAÚDE E COMUNIDADE  | 40 |
| SPB | 5405 | EQUIV: SPB 1101<br>HIGIENE E SEG. NO TRABALHO                                | 36 |
|     |      | EQUIV: 1405  |    |

#### MENSAGEM DO CURRÍCULO APROVADO PELO COLEGIADO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A carga horária do curso não inclui as horas referente a Educação Física Curricular.

1ª fase – a disciplina PSI 5111 é obrigatória somente para os acadêmicos que ingressaram no curso a partir de 91.1.

8ª fase – a disciplina DSS 5329 tem como pré-requisito todas as disciplinas do curso, a partir de 92.2.

Liberar o pré-requisito DSS 5502 da disciplina DSS 5328, para os alunos com ingresso até 89.1, inclusive Port. 031/PREG/92.

Liberar os alunos do curso de Serviço Social com matrícula anterior a 91.1, do cumprimento do pré-requisito da disciplina DSS 5329 – Orientação de trabalho de Conclusão de Curso II (TCC). Port. 009/PREG/93.

Liberar os alunos do curso de Serviço Social com matrícula anterior a 89.1, do cumprimento do pré-requisito da disciplina DSS 5328 – Orientação de trabalho de Conclusão de Curso I.

Considerar como optativas todas as disciplinas oferecidas pelo Departamento de Ensino da UFSC, obedecidos os pré-requisitos. Port. 571/PREG/93.

\*Mensagem do currículo emitido em 16/06/1995: Dispensar do cumprimento da disciplina DSS 5103 – História do Serviço Social II 54 h/a. O aluno do curso de Serviço Social que cursou com aproveitamento a disciplina DSS 1301 – Teoria do Serviço Social I 04 créditos.

Dispensar do cumprimento da disciplina DSS 5603 – Prática de Investigação em Serviço Social III, o aluno que cursou com aproveitamento a disciplina DSS 1103 – Fundamentos do Serviço Social. Port. 486/PREG/94.

Port. 502/PREG/94 – Liberar o aluno do curso de Serviço Social com ingresso a partir de

91.1, inclusive, do cumprimento do pré-requisito “todas as disciplinas do curso” da disciplina DSS 5329. Fica estabelecido como pré-requisito para a disciplina DSS 5329, a disciplina DSS 5328.

\*Mensagem do currículo emitido em 13/12/1996 – Dispensar do cumprimento das disciplinas DSS 5602 e DSS 5104, o aluno que tenha cursado com aproveitamento a disciplina DSS 1304.

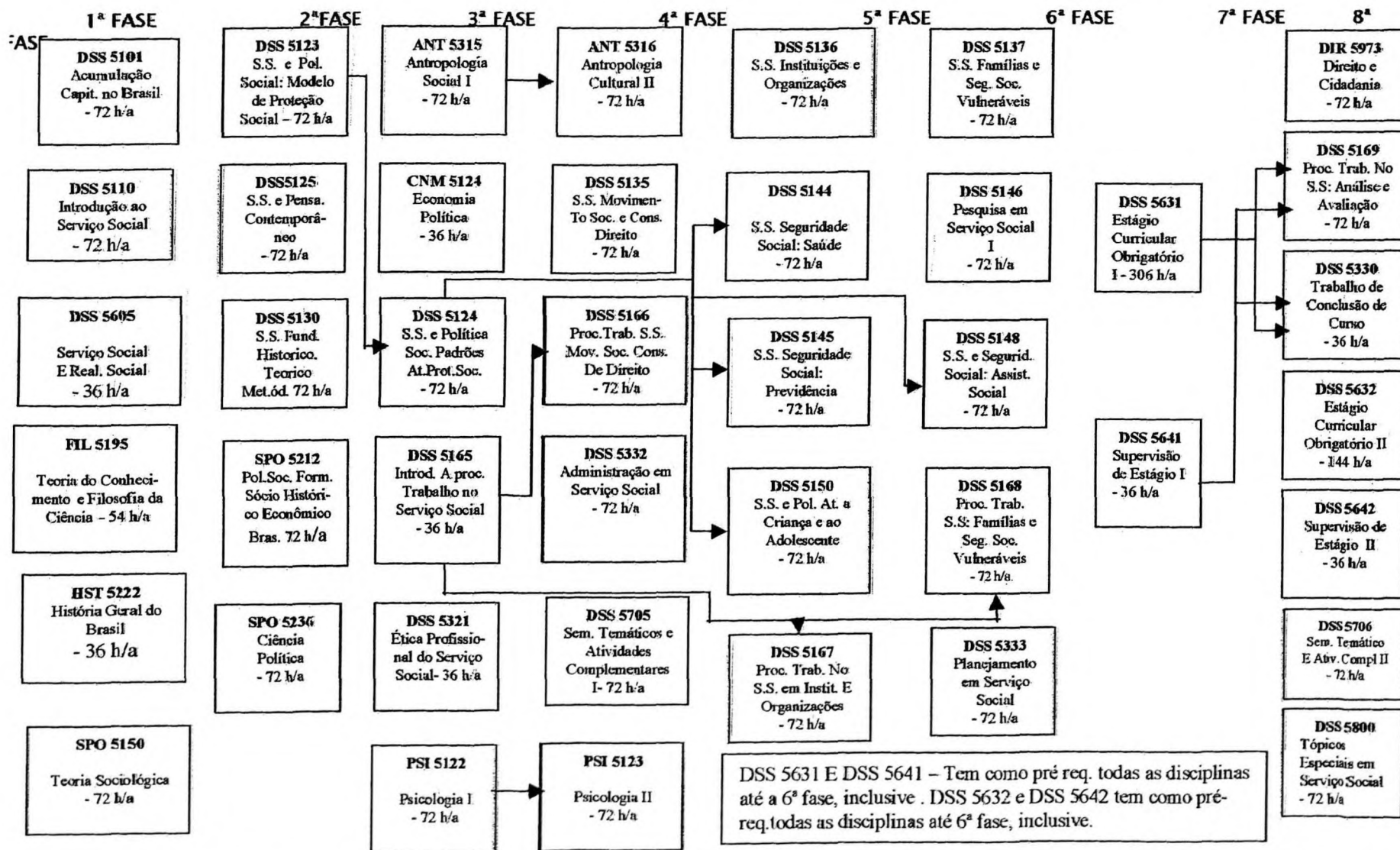
Dispensar do cumprimento da disciplina DSS 5111, o aluno que cursou com aproveitamento a disciplina DSS 1315.

**ANEXO C**

**Fluxograma do Curso de Serviço Social – 2005.2**



## FLUXOGRAMA DO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2005.2



**ANEXO D**

**Planos de ensino das disciplinas integradas**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Disciplina: SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO**  
**Código: DSS 5135**  
**Carga Horária: 4h/a semanais**  
**Turma: 416 e 484 (4ª. Fase)**  
**Professor: Edaléa Maria Ribeiro e Iliane Kohler**  
**SEMESTRE 2005/2**

**1. EMENTA:**

A intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direito, objetivos e procedimentos de intervenção. Instrumentos técnicos operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Conselhos e mecanismos de controle social.

**2. OBJETIVOS:**

a) Identificar as principais questões das matrizes teóricas que orientam a categoria movimento social na literatura atual bem como as categorias teórico-metodológicas para análise e intervenção profissional do Serviço Social nas diversas formas de expressão da sociedade civil organizada e não organizada;

b) Estabelecer relação entre movimentos sociais, associações civis, e população não organizada e intervenção do Assistente Social em processos político organizativos da sociedade civil (construção de objetos de intervenção, meios e instrumentos de trabalho, identificação e análise de resultados).

c) Compreender a inter-relação das temáticas: sociedade civil, classes sociais, movimentos sociais, associações civis, construção de espaços públicos e democracia direta/representativa;

d) Conhecer e contextualizar sócio-historicamente o percurso das lutas sociais, em particular na América Latina, Brasil e Santa Catarina identificando as respectivas especificidades;

**1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

***Unidade I – Processos de Trabalho e Serviço Social***

1. Introdução a processos de trabalho e Serviço Social junto a Movimentos Sociais, Associações Civis, e população não organizada.



2. Um novo olhar acerca do desenvolvimento de comunidade e os embates com movimentos sociais e sociedade civil;
3. Uma proposta de tentativa de ruptura expressa pelo Serviço Social junto a Movimentos Sociais, Associações Cívicas, e população não organizada: o método B.H.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

1. IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 83-112.
2. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade* 52. São Paulo: Cortez, Ano XVII, dez. 1996, p. 24-47 (e) BARBOSA Rosângela Nair e outros. A categoria “processo de trabalho” do Assistente Social. In: *Serviço Social e Sociedade* 58. São Paulo: Cortez, Ano XIX, nov. 1998, p.109-130.
3. AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia*. São Paulo: Cortez: Piracicaba: UNIMEP, 3.ed, 1985. p. 67-109.
4. SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982. p.107-150.

### **Bibliografia de apoio**

- GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e serviço social. In: *Cadernos CEAD*, Módulo 2. Reprodução Social e Serviço Social. Brasília: UnB, 1999. p. 153-166.
- Cadernos *ABEPSS n.07*. São Paulo: Cortez, nov.1997. p. 27-46.
- CRESS/SC. *Serviço Social e Processo de Trabalho*. Módulo I. Florianópolis: CRESS/SC, 1998.
- LESSA, Sergio. Serviço Social, trabalho e reprodução. In: *Serviço Social e movimento social*. V.1, n. 2. São Luiz: EDUFMA, jul.dez. 2000. p. 7-29.
- CASTRO, Manoel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 126- 172.
- SILVA, Maria Luiza Lameira da. *Serviço Social de Comunidade*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 40-50.
- DANTAS, José Lucena. *Serviço Social para o Desenvolvimento: ensaio de sistematização de um modelo*. Brasília: Fundação do Serviço Social, 1973. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. *Caderno ABESS 4*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 37-63.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia e DC no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do DC*. São Paulo: Cortez, 1993.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais. In: *Serviço Social e Sociedade 44*. São Paulo: Cortez, abr.1994. p. 141-154.

SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 11-106.

MAGALHÃES, Leila Vello. *Metodologia do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 59-64 e p. 99-130.

**Metodologia:** aulas expositivas e dialogadas; memória síntese da aula anterior; dinâmicas de grupo com trabalho dirigido; produção de textos a cada aula, por parte do aluno.

**Duração:** 05 encontros, incluso a avaliação da unidade.

**Avaliação:** Será feita avaliação individual da unidade, sem consulta, tendo como referência a bibliografia básica, bem como a exposição de sala de aula.

## **Unidade II – A intervenção do Serviço Social em processos político organizativos da sociedade civil**

1. Elementos teórico-metodológicos para a análise de processos de trabalho e Serviço Social junto a movimentos sociais, associações civis, e população não organizada;
2. Alguns conceitos importantes para intervenção em processos político organizativos: mobilização, participação, controle social poder, subjetividade, redes, sujeito social/político/coletivo/histórico, cultura, cidadania.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

1. ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez: 2002. p. 202-230.
3. VASCONCELOS, Ana Maria de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 2.ed. São Paulo: Cortez: 2003. p. 414-507.
4. GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sóciopolítica*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-29 (e) SAWAIA, Bader. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 115-134
5. TORO A., José Bernardo y WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997; ALVES, Francielle Lopes. Participação e gestão democrática das políticas públicas: a

inserção e os desafios do assistente social nos conselhos de saúde. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 65-71 [dissertação de mestrado].

6. FOUCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

7. PRADO FILHO, Kleber. Sobre o poder. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.28, p.133-143, out. de 2000.

8. CORREIA, Maria Valéria Costa. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 47-79 e 221-231.

### **Bibliografia de apoio**

GUERRA, Iolanda. *Instrumentalidade no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995. p.140 - 152.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O uno e o múltiplo: conhecimento da verdade e exercício do poder. In: MARTINELLI, Maria Lúcia e outros (org.). *O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez: Educ, 1995. p. 46-54.

SPOSATI, Conhecimento da verdade e o exercício do poder. In: MARTINELLI, Maria Lúcia e outros (org.). *O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez: Educ, 1995. p. 66-77.

**Metodologia:** aulas expositivas e dialogadas; memória síntese da aula anterior; dinâmicas de grupo com trabalho dirigido; produção de textos a cada aula, por parte do aluno.

**Duração:** 08 encontros, incluso a avaliação da unidade.

**Avaliação:** Será feita avaliação em dupla, sem consulta, da unidade, tendo como referência a bibliografia básica, bem como a exposição de sala de aula.

### **Unidade III - Sociedade civil e movimentos sociais**

1. Concepção de sociedade civil.
2. Classes sociais, classes subalternas.
3. Movimentos sociais. Movimentos e lutas sociais no Brasil do século XVI ao XX: questões regionais/locais.
4. Sociedade civil e construção de espaços públicos; democracia direta/ representativa.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

1. NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, A de P. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-233.
2. YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo/Cortez, 1993. p. 61-81.
3. RIBEIRO, Edaléa Maria. *Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 57-68 e 81-148.
4. TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Os anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.91 -102; (ou) RAICHELLIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 25-44. (e) TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 343-370.

## **Bibliografia de apoio**

- SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.) *O Serviço Social e o popular*. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995. p. 128-152.
- CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez: Maranhão: Edufma, 1995. p. 29-69.
- FERRARO, Alceu R. y RIBEIRO, Marlene. *Movimentos sociais: revolução e reação*. Pelotas: Educal, 1999. p.
- PEREIRA, William César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001, p. 79-137 (cap.II)
- KATÁLYSIS. *Organização Social*. Vol. I. Florianópolis, Junho de 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos Movimentos Sociais*. 3º capítulo. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. *Movimentos sociais: gênese e enfoques conceituais*. In: *Revista Kairós*. São Paulo: Educ, 2001. v.4, n.2, p. 13-38.

HELLMANN, Michaela. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Os movimentos sociais e a constituição de um espaço público no Brasil: reivindicação e construção da “participação popular”. *POLIS. Papers*. São Paulo, nov.1998.

ALVAREZ, Sonia E. o utros (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. p. 43-77.

CHAIU, Marilena. *Cultura e democracia*. 4. ed. São Paulo/ Cortez, 1989. p. 137-162.

**Metodologia:** aulas expositivas e dialogadas; memória síntese da aula anterior; dinâmicas de grupo com trabalho dirigido; produção de textos a cada aula, por parte do aluno.

**Duração:** 04 encontros.

**Avaliação:** Será considerado o conteúdo da unidade e demais unidades, presentes no Relatório final a ser entregue em conjunto com a disciplina DSS 5166, onde devesse ficar evidenciado ali a relação teoria-prática.

**Avaliação:**

**Ao todo serão: 01 prova individual, sem consulta**

**01 prova em dupla, sem consulta**

**01 nota correspondente à elaboração de resumos de leituras obrigatórias**

**01 referente ao relatório final, que compreende tb a disciplina DSS 5166**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Disciplina: PROCESSOS DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO**  
**Código: DSS 5166**  
**Equivalente: DSS 5623/ DSS 5503**  
**Carga Horária: 4h/a semanais – 72 h/a**  
**Turma: 416 e 484 (4ª. Fase)**  
**Professor: Edaléa Maria Ribeiro, Iliane Kohler e Silvia Simões**  
**SEMESTRE 2005.2**

## **1. EMENTA**

A intervenção junto aos movimentos sociais e Conselhos de Direito. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção. A construção e o uso de instrumentos técnicos operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. A ação junto a conselhos; mecanismos de controle social.

## **2. OBJETIVOS**

Construir oportunidades para que o aluno (a) se aproprie do aprendizado sobre o trabalho profissional:

- formulando e avaliando os elementos constitutivos da intervenção profissional na relação com os movimentos sociais e outras expressões da sociedade civil e população não organizada;
- identificando projetos e agendas de luta nas formas de ser dos sujeitos sociais e políticos que configuram a vida de base associativa, movimentos sociais e população não organizada, onde o Serviço Social possa contribuir na construção e consolidação de espaços públicos, da democracia participativa e da cidadania nas práticas sociais cotidianas
- desenvolvendo habilidades por uma competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa nos processos de trabalho de mobilização social, democratização das relações, conquista e consolidação de direitos das diferentes expressões da vida associativa, movimentos sociais, população não organizada
- conhecendo e operando com meios e instrumentos técnicos profissionais adequados às singularidades do trabalho profissional em processos políticos organizativos da sociedade civil, junto a movimentos sociais e das demais expressões de base associativa cidadã e da população não organizada.

### 3. PROGRAMA

#### **UNIDADE I – Conteúdo Programático**

A intervenção junto aos movimentos sociais e Conselhos de Direitos e demais formas organizadas da sociedade civil. Compreendendo os elementos constitutivos da intervenção profissional na relação com os movimentos sociais e outras expressões da sociedade civil e população não organizada.

Elementos:

- Conhecimento da realidade a partir do processo de intervenção profissional já realizado;
- Procedimentos técnico-operativos: observação participante e produção de documentos.

**Duração: 04** encontros.

#### **UNIDADE II - Conteúdo Programático**

Conhecendo e operando com meios e instrumentos técnicos profissionais adequados às singularidades do trabalho profissional em processos políticos organizativos da sociedade civil, junto a movimentos sociais e das demais expressões de base associativa cidadã e da população não organizada procuramos:

**a. compreender a realidade no seu movimento** identificando projetos e agendas de luta nas formas de ser dos sujeitos sociais e políticos que configuram a vida de base associativa:

- conhecimento do seu contexto/área de abrangência nas suas relações local, municipal, nacional e internacional;
- os sujeitos coletivos envolvidos e suas interlocuções com o Estado e demais forças organizadas da sociedade civil local e mais ampla;
- demandas/necessidades, expressas por estes sujeitos
- forma de organização: (reuniões ampliadas, assembléias, plenárias, rádio comunitária, manifestações cívicas e de solidariedade política, redes sociais, ação popular, abaixo assinado, plebiscito).

**b. Captar na realidade possibilidades de ação**, desenvolvendo habilidades por uma competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa nos processos de trabalho de participação e mobilização social, democratização das relações, conquista e consolidação de direitos das diferentes expressões da vida associativa.

**c. priorizar, planejar e executar ações** operando com meios e instrumentos técnicos profissionais adequados às singularidades do trabalho profissional em processos políticos organizativos da sociedade civil onde o Serviço Social possa contribuir na construção e consolidação de espaços públicos, da democracia participativa nas práticas sociais cotidianas.

**Duração: 11** encontros.



### **UNIDADE III – Conteúdo Programático**

**d) Sistematização, análise e avaliação do ensino-aprendizagem sobre o fazer profissional** (destaque às habilidades e competências para o conhecer-abstrair as necessidades e suas contradições e atuar transformadoramente na relação com as expressões da sociedade civil de base associativa, movimentos sociais e os segmentos populacionais não organizados).

**Duração: 03 encontros.**

#### **4. METODOLOGIA de trabalho**

Aulas expositivas dialogadas.

Estudo dirigido em pequenos grupos.

Atividades dirigidas de capacitação para as primeiras aproximações da realidade - saídas a campo (mínimo de 08 saídas à campo ao longo do semestre)

Realização de contatos, entrevistas e reuniões para encaminhamento das atividades.

Participação em eventos realizados pelo movimento social e/ou outras expressões da vida associativa na área geopolítica do projeto/objeto de ensino sobre o fazer profissional (seminários, reuniões, assembléias, passeatas, audiências públicas, sessões parlamentares, mídia e outros).

Elaboração de roteiro para o conhecimento da realidade sócio-política e o mapeamento das formas organizativas da área de abrangência do projeto de intervenção.

Sistematização das ações de intervenção a partir dos registros profissionais realizados tais como: diário de campo, relatórios parciais, fotografias, vídeo, estudos bibliográficos e outros, conforme sugestão dos professores.

Assessoria individual e/ou em grupo para a elaboração do Relatório Final.

#### **5. AVALIAÇÃO da disciplina**

Participação ativa em sala de aula e nas atividades propostas pela disciplina

Diário de campo entregue 04 vezes ao longo do semestre.

Relatórios de reuniões

Outros documentos solicitados.

Relatório final sobre a aprendizagem do processo de intervenção profissional do Assistente Social na relação com expressões da vida associativa, movimentos sociais e segmentos de populações não organizadas.

#### **6. BIBLIOGRAFIA de referência:**

- ALVES, Franciele Lopes. *Participação e gestão democrática das políticas públicas: a inserção e os desafios do trabalho do Assistente Social nos Conselhos de Saúde*. Florianópolis, TCC –DSS/UFSC, 2003.

- Projeto PADA DSS

- Relatório das oficinas de territorialização elaborado pelos Residentes.
- WEFFORT, Madalena Freire e Outros. Educando o Olhar da Observação. Série *Seminários*. São Paulo: Espaço Pedagógico.1996.
- CLARK, Maria Angélica Gallardo. *La praxis del Trabajo Social en una dirección científica*.Buenos Aires. Editorial Ecro, 1974.
- Caderno de Leis organizado pelo CRESS/SC
- BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia e outros (org.). *O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez: Educ, 1995. p. 110-121
- RAICHELIS, Raquel. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988.
- GENTILLI, Raquel. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço Social*. São Paulo: Veras, 1998.
- PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez: Natal: Universidade da Amazônia, 1995.
- SOUZA, Maria Luiza de. *Serviço Social e Instituição*. São Paulo: Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento de Comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. *Prática do Serviço Social: o desafio da construção*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade 56*, ano XIX, mar.1998. p. 114-134.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina. E. de. Estatuto da cidade: para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- COSTA, Teresa Hilda B. S.; LIMA, Rochelly Euzébio de. Questão Urbana e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº79. São Paulo: Cortez. Ano XXV, 2004. p.162-171.
- CONFEA. *Estatuto da Cidade*. Lei 10.257/2001.
- SOUZA, Francisco da Chagas de. Escrevendo e Normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- ALVES, Francielle Lopes. Participação e gestão democrática das políticas públicas: a inserção e os desafios do trabalho do Assistente Social nos Conselhos de Saúde. Florianópolis: UFSC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso.
- PADA/PIDA. Documentos produzidos pela equipe do PADA/PIDA.
- PADA/Residentes. Relatório de territorialização do Bairro Saco Grande. Florianópolis, 2004/2005.
- DSS5135. Bibliografia base de cada unidade Semestre 2005-2. DSS/UFSC.
- DSS5166. Diários de Campo e Relatórios Finais semestre letivo de 2005.1 DSS/UFSC.
- Normas da ABNT
- Sites: [www.bu.ufsc.br](http://www.bu.ufsc.br)  
[www.pmf.sc.gov.br/floram](http://www.pmf.sc.gov.br/floram) – Site da Fundação Municipal do Meio Ambiente.  
[www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)  
[www.ipuf.gov.br](http://www.ipuf.gov.br) – Estudo sobre as comunidades carentes do município de Florianópolis.

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro Sócio Econômico**  
**Departamento de Serviço Social**

### **01- Identificação**

**Disciplina: Serviço Social: Instituições e Organizações**

**Código: DSS 5136**

**Carga Horária: 4h/a semanais – 72 horas - 5ª.fase**

**Semestre: 2005/2**

### **02- EMENTA**

O uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.

### **03-OBJETIVOS**

**GERAL:** Contribuir para a formação profissional do aluno do curso de Serviço Social, por meio do aprimoramento de sua capacidade crítica – propositiva na realidade sócio-institucional habilitando-o para um processo de trabalho competente, criativo, crítico e comprometido com os princípios democráticos numa sociedade em transformação.

### **ESPECÍFICOS:**

- Habilitar para a realização de análise de organizações e instituições e dos diferentes espaços e possibilidades de intervenção profissional a partir do conhecimento da realidade contemporânea;
- Capacitar para a intervenção em processos de assessoria, consultoria e supervisão de programas em organizações públicas, privadas e não governamentais em articulação com o conhecimento assimilado através da Disciplina Processo de Trabalho no Serviço Social: Organizações e Instituições;
- Conhecer e problematizar as abordagens e os componentes dos processos de parceria e terceirização em suas diferentes manifestações;
- Apreender as principais abordagens do trabalho com grupos e os instrumentos e técnicas necessários para sua realização.

### **04- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **UNIDADE I**

**Mudanças societárias contemporâneas: reestruturação produtiva, revolução tecnológica: novos espaços e conteúdos para a intervenção profissional em instituições e organizações.**

#### **1.1. Conceitos e inovações no (re)conhecimento do espaço institucional**

##### **Bibliografia Obrigatória**

. MOTA, Ana Elisabete & Amaral, Angela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social In A nova fábrica de consensos. SP, Cortez, 1998, p23-44. (21 pp.)

##### **Bibliografia Complementar**

. MENEGASSO, M. Ester. Organizações e Serviço Social In: Revista Katalysis, vol.5,no.2, 2002, Florianópolis: Ed.UFSC,Depto.Serviço Social,P.P.GSS. p.107-114. (7 pp.)

## 1.2. Configurações , características das organizações na contemporaneidade, o processo de terceirização, de parceria e o Serviço Social

### Bibliografia Obrigatória

. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 81, ano XXVI, março 2005, Cortez, São Paulo, p. 82 -101.(19pp.)

.MONTÃO, Carlos Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo:Cortez, n.59, 1999.(32pp.)

. CNAS. RESOLUÇÃO N.º 177, DE 10 DE AGOSTO DE 2000 .PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL EM 24/08/2000

. BRASIL, Lei 9790: sua história, concepção e diferenças. Ministério da Justiça In: [http://www.mj.gov.br/snj/oscip\\_historico.htm](http://www.mj.gov.br/snj/oscip_historico.htm) Acesso em: 14/8/2003.(13pp.)

. MARTINS, Paulo. Qual a diferença entre organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público?Disponível na Internet: [http://www.rits.org.br/legislação\\_teste/download/lg\\_out99.zip](http://www.rits.org.br/legislação_teste/download/lg_out99.zip). Acesso em: 05/12/2001 (3 pp.)

. KAMEYANA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **Cadernos CEAD-CFESS**, vol. 4, Brasília:CEAD-UNB,1999, p. 197-213 (16pp.)

. PAZ, Rosângela. As ONGs e o Trabalho do Assistente Social In: **Cadernos CEAD/ CFESS** vol.2, Brasília:CEAD-Unb, 1999, p. 193-202 (12pp.)

### Bibliografia Complementar

. ALBUQUERQUE, J. A. G. Instituição e Poder. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

. CANGUILHEN, G. O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

. GONCALVES, WAGNER. Parecer sobre Terceirização e Parcerias na Saúde Pública. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/WAGTERC.htm>. Acesso em agosto de 2002 (17pp.)

.MARTINELLI, Maria Lucia. Notas sobre instituição.São Paulo, PUC/SP,mimeo,[1980].

. MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. São Paulo:Cortez,2002.

. PAZ, Rosângela. As ONGs e o Trabalho do Assistente Social In: **Cadernos CEAD/CFESS**, vol.2, Brasília:CEAD-Unb, 1999, p. 193-202 (12pp.)

## **UNIDADE II - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL (objetos, instrumentos , finalidades e resultados do trabalho profissional).**

### **2.1 A abordagem grupal: tipos e processos de grupo**

2.2.1.Competência-interpessoal.

2.2.2.Equipes, grupos e o trabalho interdisciplinar

2.3.3.Os tipos de reuniões: a condução de reuniões com pequenos grupos

2.3.4.O registro e a forma de comunicação das atividades realizadas no processo de trabalho do assistente social

### Bibliografia Obrigatória



.MUCCHIELLI, ROGER. A Condução de Reuniões. Trad. Jeanne M. C. Pucheu/rev. Luís Lorenzo Rivera. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p.85-128.(43pp.)

#### Bibliografia Complementar

.OLIVEIRA, Mariângela. O trabalho em equipe. In: Guia de Gestão para quem dirige entidades sociais. São Paulo, : ABRINQ, 2002. Cap.3. (13pp.)

.REIS, Liliane. Como melhorar o trabalho em equipe. Disponível na Internet: [http://www.rits.org.br/gestao\\_teste/download/tema\\_mar2000.zip](http://www.rits.org.br/gestao_teste/download/tema_mar2000.zip) . Acesso em julho de 2002 (2 pp.)

## **2.2. Indicadores de situação, de desempenho institucional e do trabalho profissional**

### Bibliografia Obrigatória

.VALARELLI, Leandro. Indicadores de resultados de projetos sociais. Disponível na Internet: [http://www.rits.org.br/gestao\\_teste/download/tema\\_junho2002.zip](http://www.rits.org.br/gestao_teste/download/tema_junho2002.zip). Acesso em novembro de 2002 (7 pp.)

#### Bibliografia Complementar

.KAYANO, Jorge & CALDAS, Eduardo Lima. Indicadores para o diálogo. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001. (16 pp.)

## **UNIDADE III- Mapeamento e análise das principais demandas institucionais: novos espaços e conteúdos para a intervenção profissional em instituições e organizações**

### **3.1. Conteúdos, processos de intervenção**

3.1.1. Assessoria ,

3.1.2. Consultoria e supervisão em programas e projetos sociais

### Bibliografia Obrigatória

.IANNINI, Pedro Paulo. Cliente & Consultor. Uma parceria para o desenvolvimento organizacional. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996.(60pp.)

.BARBOSA, Carmen F. ; MELO, Luis Gonzaga de . A Assessoria e o Serviço Social – As possibilidades e os limites de uma atividade considerada liberal. Goiânia. In: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Caderno de Comunicações, vol.2 julho /98, p.135-137.(2pp.)

.VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação Teoria/Prática : O Processo de assessoria /consultoria e o Serviço Social. In: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Caderno de Comunicações, vol.2 julho /98, p.138-142.(4pp.)

.GUERRA, Yolanda. O Ensino da Prática no Novo Currículo: Elementos para o debate Palestra proferida na Oficina Regional da ABEPSS – Região Sul I realizada em Florianópolis-SC, em 3 e 4 de maio de 2002.(17pp.)

### **3.2. Desafios ao processo de intervenção do profissional de Serviço Social**

### Bibliografia Obrigatória

.CARDOSO DE MELO . Ana Inês et alii. Na corda bamba do trabalho precarizado : a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-203 .(7pp.)

## Bibliografia Complementar

. NETTO, José Paulo . A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. In: Serviço Social e Sociedade. N. 79, ano XXV, Especial, 2004. (p.05-26)

## 05-PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e dialogadas , bem como a realização de exercícios e dinâmicas de grupo que auxiliem o alcance dos objetivos estabelecidos.

- O professor terá ainda como referência para reflexão com os alunos:

- a-) Os conteúdos ministrados através da disciplina Processo de Trabalho no Serviço Instituições e Organizações - DSS 5167
- b-) O Relatório da Análise Institucional- realizado na disciplina DSS5167
- c-) Exercício de análise de um Projeto de Consultoria
- d-) Exercício de auto-avaliação sobre sua participação na Oficina da Disciplina DSS5167

## 06-AVALIAÇÃO

- 1ª.- presença e participação ativa em sala de aula (interesse, motivação, compromisso e criatividade) (0,5)
- exercícios (1,5)
  - realização de uma prova , individual e sem consulta referente ao conteúdo programático do primeiro bimestre(8,0)
- 2ª.) - presença e participação ativa em sala de aula (interesse, motivação, compromisso e criatividade) (0,5)
- Relatório de Análise Institucional (1,5).
  - realização de uma prova, individual e sem consulta referente ao conteúdo programático do segundo bimestre. (8,0) .

Recuperação do conteúdo programático: a data será posteriormente definida para os alunos que obtiverem média final inferior a 6,0(seis) pontos.

Para efeito do conceito final, serão consideradas todas as atividades programadas e realizadas.

Os prazos para a apresentação das tarefas serão improrrogáveis. Para cada dia de atraso será descontado 1,0 ponto.

Não estão previstas atividades extra-classe na Disciplina: visitas institucionais e outras.

## 07-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADULIS, Dalberto. Como planejar a avaliação de um projeto social? Disponível em: [www.rits.org.br/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmtes\\_ultimos\\_meses.cfm](http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_ultimos_meses.cfm). Acesso: agosto de 2002. (4 pp.)

- ADULIS, Dalberto. Marketing social: Usos e Abusos .Disponível na Internet: [www.rits.org.br/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmes\\_ultimos\\_meses.cfm](http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_ultimos_meses.cfm). Acesso em julho de 2003. (4 pp.)
- AMADO , Guilles, & GUITTET, André. A Dinâmica da comunicação nos grupos. Ribeiro, Analucia T.(trad.)2ª.ed. Rio de Janeiro.Zahar,1982.p.11-39.
- ANDRADE, Suely Gregori. Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista e as transformações do mundo do trabalho In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1. Brasília:CEAD,1999,p.17-31.
- BARBOSA, Rosângela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade , no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.
- COSTA, Maria Dalva H. da & LIMA, Rita de Lourdes de. Processo de Trabalho e Serviço Social: uma análise da inserção do trabalho do assistente social no interior de processos coletivos de trabalho em serviços sociais públicos, filantrópicos e privados localizados no Município de Natal (RN). IN: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 376-381.
- DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas In Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo, Educ; IEE, 1999. p.31- 42 .
- FALCONER, Andres. A Promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. [http://www.fas.harvard.edu/~drclas/programs/PASCA/pdfs/spanish/Chile%201999/Identidad/Andr=s\\_Falconer.pdf](http://www.fas.harvard.edu/~drclas/programs/PASCA/pdfs/spanish/Chile%201999/Identidad/Andr=s_Falconer.pdf). Acesso em junho de 2003 (20 pp.).
- FRITZEN, Silvino José. Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Petrópolis: Vozes, 1998
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensão históricas, teórico e ético-políticas. Fortaleza:CRESS/CE, Debate no. 6, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Cadernos CEAD-CFESS, vol.1, Brasília: CEAD-UNB, 1999, P. 11-128 (17pp.).
- IANINI, Pedro Paulo. Cliente & Consultor. Uma parceria para o desenvolvimento organizacional. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996, 63p.
- IANINI, Pedro Paulo. Consultor & Cliente . Uma parceria para o desenvolvimento organizacional. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996,108pp.
- IANNI, Octavio. A questão Social. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: jan./Mar.1991, vol. 5 no.1. p. 02-10.
- KLIKSBERG, Bernardo. Gerenciamento Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. In: Pobreza: uma questão inadiável - novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994. p. 127-146.
- LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de Doutorado.Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional /UFRJ. Rio de Janeiro.1993. p.16 – 31.
- LIMA, Katia & PERALES, Márcia. Crise, Mudanças organizacionais e processo de trabalho do Assistente social IN: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 366-375.
- LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. Um novo fazer profissional. IN: CADERNOS DE CAPACITAÇÃO . CFESS:Brasília, 2000.p. 112-124.
- Jurema Alves Pereira da. O papel da entrevista na prática do Serviço Social . IN: EM PAUTA- Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. No. 6, Rio de Janeiro:UERJ, 1995, p. 51-58.
- MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico Editora, 1985.



- REIS, Liliana. Avaliação de projetos como instrumento de gestão. Disponível na Internet: [www.rits.org.br/gestao\_teste/ge\_testes/ge\_tmesant\_nov99.cfm]. Acesso em junho de 2002 (5 pp.)
- SARMENTO, H. R. de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. IN: CADERNOS DE CAPACITAÇÃO . CRESS: Brasília, 2000.p. 197-110.
- TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, n.32, set. nov.,1998.
- TENÓRIO, Fernando G. (org). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- TRINDADE, ROSA Lúcia Prêdes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. IN: Anais do VII ENPSS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000 ,p.391-398.
- Yozo, Ronaldo Yudi K. 100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1996.
- ZIMERMAN, David E. Como trabalhar com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

Programa definitivo Serviço Social Instituições e Organizações 2005\_2

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em 16/08/2005.

**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Centro Sócio Econômico**

**Departamento de Serviço Social**

### **01- IDENTIFICAÇÃO**

**Disciplina: Processos de Trabalho no Serviço Social: instituições/organizações**

**Código: DSS 5167**

**Carga Horária: 4h/a semanais - 5ª.fase**

**Professoras: Carmen Lucia da Silva**

**SEMESTRE 2005/2**

### **02-EMENTA**

A (re) construção dos objetos de intervenção nos processos organizacionais . A construção e o uso dos instrumentos técnico-operativos . A documentação profissional. Construção de indicadores da situação , da ação profissional e seus resultados. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.

### **03-OBJETIVOS**

**GERAL:** Possibilitar ao aluno, do Curso de Serviço Social, condições de articular os conteúdos teóricos com experiências de investigação e intervenção existentes em espaços organizacionais, habilitando-o para que em seu processo de trabalho seu agir seja competente, criativo, crítico e comprometido com os princípios democráticos.

#### **ESPECÍFICOS:**

-conhecer experiências de intervenção profissional através de visitas a órgãos da administração pública, empresas e organizações não governamentais onde a intervenção do profissional de Serviço Social existe e/ou é possível e necessária no que se refere a formulação e execução de políticas , planos, projetos e programas , assim como, na elaboração, implantação , administração e avaliação de benefícios e serviços sociais;

-habilitar para a utilização de instrumentos e técnicas como : observação, diários de campo, entrevistas, reuniões, elaboração e aplicação de questionários.

-orientar as(os) alunas(os) para a sistematização e análise da prática, contemplando os fundamentos teóricos e ideo-políticos presentes na construção e uso de instrumentos através da elaboração do Relatório Final de Análise Institucional ;

-realizar oficinas que proporcionem as(os) alunas(os) , identificar e analisar a intervenção profissional: o objeto de trabalho, os instrumentos de intervenção e avaliação dos resultados no contexto organizacional,

### **03-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**I - UNIDADE** – Analisar a perspectiva teórica –metodológica do Serviço Social junto às organizações e instituições:

- 1.1. O Processo de trabalho do profissional de Serviço Social
- 1.2. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.
- 1.3. A análise institucional e a intervenção do profissional de Serviço Social : referencial teórico.

#### **Bibliografia Obrigatória**

MARTINELLI, Maria Lucia. Notas sobre instituição. São Paulo:PUC, mimeo, [1990]  
\_\_\_\_\_Análise de Conjuntura. Breves Notas Introdutórias, São Paulo, mimeo[1999], 6p.  
WEISSHAUPT, Jean Robert. As atividades como processo de apropriação. In: As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo:Cortez, 1998, p.78-105.

**II- UNIDADE** –A realização da análise institucional

- 2.1. A definição e o contato da instituição a ser visitada: pública, privada, organização da sociedade civil de interesse público, organização não governamental, conselhos de direito.
  - 2.1.1.O estudo institucional: histórico, características, população usuária, dinâmica institucional, inserção do Serviço Social, documentação e bibliografia
  - 2.1.2.Procedimentos éticos
  - 2.1.3.O Processo de preparação para a operacionalização dos instrumentos e técnicas utilizados para a realização da análise institucional: observação, diário de campo, entrevista e questionário .
- 2.2. A realização de oficinas : desenvolvendo o caráter crítico-propositivo
  - 2.2.1.A problematização da intervenção profissional: conteúdo e forma
  - 2.2.2.Indicações para o processo de intervenção.

#### **Bibliografia Obrigatória**

COSTA, Maria Dalva H. da & LIMA, Rita de Lourdes de. Processo de Trabalho e Serviço Social: uma análise da inserção do trabalho do assistente social no interior de processos coletivos de trabalho em serviços sociais públicos, filantrópicos e privados localizados no Município de Natal (RN). In: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 376-381.  
CFESS. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão.Brasília: CFESS,2002, 50p.  
\_\_\_\_\_ Código de Ética Profissional. Brasília :CFESS,1993.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. In: Revista Contexto/Educação, vol.7, Editora Unijui-RS, p.19-25.

MOSCOVICI, Felá. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 7ª.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.5-18.

**III- Unidade** – Avaliação dos indicadores da situação , da ação profissional e seus resultados.

### 3.1.O Relatório de Análise Institucional

3.1.1. A intervenção profissional: o objeto de trabalho, os instrumentos de intervenção e avaliação dos resultados no contexto organizacional.

## **Bibliografia Obrigatória**

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Manual para Educadores de Adolescentes de Comunidades Populares. Mosteiro São Bento, Bahia, 1996,p.77

MARTINELLI, Rosana & Nilsson, Vera. Roteiro para a elaboração da Análise Institucional. Florianópolis, UFSC/Depto.Serviço Social , 2002, mimeo(material para fins didáticos ).

MILITÃO, Rose & Albigenor. SOS. Dinâmica de Grupo, Rio de Janeiro: Quality Mark, 1999,38pgs.

## **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, Rosangela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** , no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.

DA SILVA, Jurema Alves Pereira. O papel de entrevista na prática do Serviço social. In: Em Pauta, Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no.6, novembro, 1995, p.51-58.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social. São Paulo:Cortez, 2001,p.13-54.

VIGIL, José Ignácio López . A entrevista. São Paulo:Edições Paulinas/ALER, 1987,43pgs.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR QUE DEVERÁ SER UTILIZADA EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS DA DISCIPLINA , DOS OBJETOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL E PARA REALIZAÇÃO DAS OFICINAS**

### **Trabalho com Grupos/Análise Institucional**

AMADO , Guilles, & GUITTET, André. **A Dinâmica da comunicação nos grupos**.Ribeiro, Analucia T.(trad.)2ª.ed. Rio de Janeiro.Zahar,1982.p.11-39.

ANDRADE, Suely Gregori. **Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.



BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BARBOSA, Rosângela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo.** Petrópolis: Vozes, 1998

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensão históricas, teórico e ético-políticas.** Fortaleza: CRESS/CE, Debate no. 6, 1997.

IANNI, Octavio. A questão Social. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: jan./Mar.1991, vol. 5 no.1. p. 02-10.

LIMA, Katia & PERALES, Márcia. Crise, Mudanças organizacionais e processo de trabalho do Assistente social IN: **Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2000, p. 366-375.

LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. Um novo fazer profissional. IN: **CADERNOS DE CAPACITAÇÃO .** CRESS:Brasília, 2000.p. 112-124.

MILITÃO, Rose & Albigenor. **SOS. Dinâmica de Grupo,** Rio de Janeiro:Quality Mark, 1999.

MINICUCCI, Agostinho. **Técnica de Trabalho de Grupo .**São Paulo: Atlas, 1997

MUCCHIELLI, ROGER. **A Condução de Reuniões.** Trad. Jeanne M. C. Pucheu/rev. Luís Lorenzo Rivera. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal.** Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico Editora, 1985.

RIVIERO, Leandra Pérez. La documentación específica en trabajo social: la historia, la ficha y el informe social . In: Cuadernos de Trabajo Social, Madrid: Escuela Universitaria de Trabajo Social/Universidad Complutense de Madrid. , 2000, p. 75-90.

SARMENTO, H. R. de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. . IN: **CADERNOS DE CAPACITAÇÃO .** CRESS:Brasília, 2000.p. 197-110.

TRINDADE, ROSA Lúcia Prêdes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. IN: **Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2000 ,p.391-398.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhar com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1977

Yozo, Ronaldo Yudi K. **100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas.** São Paulo: Ágora, 1996

### **Autogestão**

GUIMARÃES, Valeska Nahas & at alii. Democracia Industrial e Autogestão: A visão histórica. IN: 1º. Internacional Workshop: Modelo de Autogestão nas Empresas Experiências Autogestionárias no Brasil e no mundo.,[1998], 13p.

### **Assessoria:**

IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e Projeto Ético Político Profissional. Goiânia/GO, jul/98, vol.2, Caderno de Comunicações. Pgs.82-87; 135-141.

### **Consultoria :**

TURNER, Arthur H. Consultoria é mais do que dar conselho. In: Análise e Conjuntura, Minas Gerais: Fundação João Pinheiro, vol.4, n.1, jan/abril, 1989.p-5-15.

## **ONGs.**

PINTO LEAL, Maria Lucia. Organizações não Governamentais (ONGs) : Aspectos conceituais. In: As estratégias das ONGs nba Inclusão da Exploração Sexual Comercial das Crianças e Adolescentes na Agenda do Governo. Projeto de Qualificação de Doutorado Seviço Social PUC/SP, 1999 ,10p.

## **Responsabilidade Social**

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo:USP/Faculdade de Economia Administração e Contabilidade/Departamento de Administração, Tese de Doutorado, 2001.

## **Governança Institucional**

PAULA DA SILVA, Antonio Luiz de. Governança Institucional: Um estudo do Papel e da Operação dos Conselhos das Organizações da Sociedade Civil no contexto brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Dissertação de Mestrado, 2001.

## **Público e Privado**

ARENDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, cap.II p.31- 88.

SPOSATI, Aldaisa. O privado porém público na responsabilidade social das empresas . São Paulo: PUC, mimeo, [1999] 11pp.

## **Marketing Social**

Gonçalves, Luiz Estevam Lopes. Marketing Social: a ótica , a ética e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, Departamento de Ensino/Curso de Administração Pública, Dissertação de Mestrado, 1991.

SEVERO, E. Antunes. Marketing Social – Uma maneira diferente de ver e fazer as coisas. In: Projeto Comunidade de Aprendizagem, Florianópolis: UFSC/Departamento de Ciências da Administração /Núcleo de Capacitação para Gestores de Organizações do Terceiro Setor, 17p.agosto de 1999.

## **Parceria**

SERVA, Maurício. O Estado e as ONGS: uma parceira complexa.In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro31(6), nov/dez,1997, p.41-54.

## **Redes**

SERAFIM, Rosário. Tecnologias, trabalho em rede e cooperação para o Serviço Social . In: Revista Intervenção Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa/Beja., no.25/26, novembro 2002, semestral.

## **Terceirização**

FONTANELLA, Denise et alii. O lado (des)humano da terceirização. O impacto da terceirização nas empresas, nas pessoas e como administrá-lo. Salvador: Casa de Qualidade Editora, 1985.

## **Voluntariado**

Dossier Voluntariado Social – Perspectivas e Prática. In: Revista Intervenção Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa/Beja., no.25/26, novembro 2002, semestral, p. 85- 185.

## **04-PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**

- A turma será dividida em dois grupos, sendo que cada um deverá ser acompanhado por um professor. Após esta primeira divisão a dinâmica em sala de aula ocorrerá através da divisão deste grupo em pequenos sub-grupos com a finalidade destes se organizarem para a realização de várias atividades entre elas: a) preparação e realização da visita institucional; b) realização das oficinas; c) elaboração do Relatório Final .
- Os alunos(as) deverão preparar-se para as aulas e para as oficinas realizando a leitura dos textos indicados na bibliografia obrigatória /complementar e outros indicados no decorrer do semestre tendo em vista prepararem-se para as oficinas.
  
- O professor terá como principal referência para reflexão com os alunos:
  - a-) Os conteúdos ministrados através da disciplina Serviço Social Instituições e Organizações - DSS 5136
  - b-) A documentação elaborada pelo aluno do decorrer do semestre; Diário de Campo e o Relatório da Análise Institucional
  - c-) A organização e realização de oficinas cujos temas serão definidos após a definição das instituições ( levantamento sócio-econômico, perícia institucional, marketing social, assessoria, consultoria, terceirização, voluntariado entre outros ).

## **05-AVALIAÇÃO**

### **AVALIAÇÃO I**

- presença e participação ativa em sala de aula e nas oficinas (interesse, motivação, compromisso e criatividade) (0,5)
- exercícios em sala de aula / diário de campo/fichamento (1,5)
- realização de uma oficina sobre o processo de trabalho do Assistente Social na organização visitada. (8,0)

### **AVALIAÇÃO II**

- presença e participação ativa em sala de aula e nas oficinas (interesse, motivação, compromisso e criatividade) (1,0)
- exercícios sobre as oficinas (1,0).



- Relatório da Análise Institucional. (8,0)

**Observações:** Para a realização da programação e das visitas institucionais, bem como para a preparação das oficinas três dias de aula deverão ser suspensos. Somente com a autorização do Colegiado de Curso e Chefia de Departamento o número de atividades extra-classe poderá ser alterado, assim como este Programa.

**Programa aprovado em reunião de Colegiado de Curso em 14/12/2004 e novamente alterado com a aprovação do Colegiado de Curso em 22/02/2005.**

Pasta Disciplinas UFSc 2005\_1 Arq. Programa definitivo PROCESSO DE TRABALHO Inst. Org.2005\_1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA****CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL****Disciplina: Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis****Código: DSS 5137****Carga Horária: 4h/a semanais****Turma: 616 (6ª. Fase)****Professor: Regina Célia Tamaso Miotto****SEMESTRE 2005/2****1. EMENTA:**

Família: Interrelações entre o público e o privado. Relações de gênero e gerações. A construção da identidade dos sujeitos sociais nas relações de classe, etnia, gênero e gerações. Pressupostos teóricos para o trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Trabalho com famílias. Trabalho com grupos. Trabalho com indivíduos. Trabalho com redes.

**2. OBJETIVOS:**

No final da disciplina o aluno será capaz de:

- Aplicar o instrumental teórico básico para a intervenção com famílias e segmentos sociais vulneráveis.
- Analisar a realidade social e propor ações interventivas junto à famílias e segmentos sociais vulneráveis.

**3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO*****Unidade I - Família e Sociedade*****1. Família, Gênero e Gerações:**

- 1.1 - Introdução ao tema: Diversidade de discursos. Imagens contraditórias.
- 1.2 - O que é família? Relações de gênero, de geração. Diferenças de classes sociais e etnias.
- 1.3 - A Família Brasileira Contemporânea

**Textos que serão utilizados na unidade I****Leitura Básica:**

- Família, Emoção e Ideologia (REIS, 2001, p. 99-124).
- Família e Serviço Social (MIOTO, 1997, p.114-130).
- Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil (NEDER, 2000, p. 26-46).

**Leitura Complementar:**

- Da Família Medieval à Família Moderna (ARIÈS, 1981, p.225-274).
- Homens e Mulheres (COSTA, 1999, p.215-274).
- O governo através da família (DONZELOT, 1986, p. 49-89).
- A raça como negociação (SCHWARCZ, 2000, p. 13-40).

## **Unidade II – Intervenção em Situações Familiares**

1. Dinâmicas e Estruturas Familiares
  - 1.1 - Processos Familiares.
  - 1.2 - Ciclo Vital da Família
  - 1.3 - Crises Familiares
  - 1.4 - Família, Redes Sociais.
2. Famílias, Segmentos Sociais Vulneráveis e Políticas Sociais.
  - 2.1 – Família e Estado
  - 2.2 – O lugar da família nas políticas sociais
  - 2.3 – Níveis de Intervenção com famílias e segmentos sociais vulneráveis

### **Textos que serão utilizados na unidade II**

#### **Leitura Básica:**

- Família e Ciclo Vital (CERVENY e BERTHOUD, 1997, p. 11-30; 47-132).
- Famílias, Funcionamento e Tratamento (MINUCHIN, 1992, p. 52-69).
- Trabalhando com Famílias Pobres (MINUCHIN, 1992, p. 9-37).
- A priorização da família na agenda política social (CARVALHO, 1994, p.93-108)
- Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis (MIOTO 2000, p. 217-224).

#### **Leitura Complementar:**

- Etapas da organização familiar (RAMOS, 1990, p. 7-23).
- As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar (CARTER e MCCOLDRICK, p.7-27).
- Família e Saúde Mental: Contribuições para reflexão sobre processos familiares (MIOTO, 1998, p. 20-26).
- Novas Propostas e Velhos Princípios: Subsídios para discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar (MIOTO 2001, p. 93-102).
- A questão da família na atualidade (RIBEIRO, 1999).
- Famílias Centrifugas e Famílias Integrativas (JORDAN, 1974, p.31-49).
- Perspectivas jurídicas da família: o Novo Código Civil e a violência familiar (PIMENTEL, 2002, p. 26-44).

## **Unidade III - Proposição de Ações Interventivas.**

1. Ações Sócio Emergenciais: objetivos, abordagens, instrumentos
2. Ações Sócio-Educativas: objetivos, abordagens, instrumentos
  - abordagens grupais
  - grupos educativos
  - grupos informativos
  - grupos de convivência
3. Ações Sócio-Terapêuticas: objetivos, abordagens, instrumentos
  - Abordagem individual: orientação sócio-familiar, apoio
  - Abordagem grupal: grupos sócio-terapêuticos
  - Abordagem de redes

### **Textos que serão utilizados na unidade III**

#### **Leitura Básica:**

- Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde (AFONSO, 2003)
- Famílias: uma experiência em grupo (GUIMARÃES, 2002, p. 165-179).
- Trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços (MIOTO, 2002, p. 51-58).

#### **Leitura Complementar:**

- Como Trabalhamos com Grupos (ZIMERMAN e OSÓRIO, 1997, p. 33-47; 75-81; 101-117).
- Grupo de Anticoncepção (ROMEIRO; ALMEIDA; DOMINGUES, 1992, p. 47-73).
- Grupo de TIG (VARGAS, 1992, p.79-97).
- Espaço do Adolescente (MONTEIRO; PERES, 1992, p. 123-143).
- Saiba como dizer não à violência (GONZÁLEZ, 1995).

### **SISTEMÁTICA DE TRABALHO**

- Aulas expositivas/dialogadas, estudos dirigidos, debates de textos selecionados para leitura prévia, discussão.

### **AValiação**

- Serão realizadas três (3) avaliações individuais. As avaliações serão feitas ao término de cada unidade.
- Freqüência e assiduidade às aulas, pontualidade nas tarefas propostas, participação e interesse pelas atividades desenvolvidas.

## **1 BIBLIOGRAFIA:**

AFONSO, Lucia (org). Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2003.

ARIÈS, P. Da família medieval à família moderna. História social da criança e da família. Tradução: Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. (p. 225-274)

CARTER, Betty e MCCOLDRICK, Monica. As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para terapia familiar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. (p.7-27)

CARVALHO. Maria do Carmo Brant de. A priorização da política social. In: KALOUSTIAN S. M. (Org.) Família Brasileira: a base de tudo. São Paulo: UNICEF/Cortez, 1994. (p. 93-108)

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. BERTHOUD, Cristina Mercadante Esper et al. Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. (p. 11-30; 47-132)

COSTA, Jurandir Freire. Homens e Mulheres. In: COSTA, Jurandir Freire Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (p. 215-274)

DONZELOT, Jacques. O Governo através das Famílias. In: DONZELOT, Jacques A Polícia das Famílias. Tradução M. T. da Costa Albuquerque. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (p. 49-89)

GONZÁLEZ, R. S. Saiba como dizer não à violência: Orientações para defesa dos direitos da criança e do adolescente. Porto Alegre: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 1995.

GUIMARÃES, R. F. Famílias: uma experiência em grupo. In: Serviço Social & Sociedade. nº71, Cortez: São Paulo, 2002. (p. 165-179)

JORDAN, William, Famílias Centrífigas e Famílias Integrativas. In: JORDAN, William, O Assistente Social nas Situações de Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. (p. 31-49)

MINUCHIN, Patrícia, COLAPINTO, Jorge e MINUCHIN, Salvador. Trabalhando com Famílias Pobres. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 1999. (p. 9-69)

MINUCHIN, Salvador, Um modelo familiar. In: MINUCHIN, Salvador, Famílias-Funcionamento e Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. (p.52-69)

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 4 O trabalho do assistente social e as políticas sociais – Brasília: Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. (p. 217-224)

\_\_\_\_\_. Famílias e Saúde Mental. In: Revista Katálysis, n. 2. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. (p. 20-26)

\_\_\_\_\_. Família e Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade nº55, São Paulo: Cortez, 1997. (p.114-130)

\_\_\_\_\_. Novas Propostas e Velhos Princípios: Subsídios para discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. In: FRONTERAS-Revista Del departamento de Trabajo Social - nº4, Montevideo: Universidad de La República, 2001. (p. 93-102)

\_\_\_\_\_. Trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. In: Revista Katálysis. nº1, Florianópolis: Ed UFSC, 2002. (p. 51-58)

MONTEIRO, D. R. ;PERES, S. G. O. Espaço do Adolescente. In: Práticas de Educação em Saúde Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública; Centro de Saúde-Escola Germano Sinval Faria, 1992. (p. 123-143)

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) Família Brasileira a base de tudo. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000. (p. 26-46)

PIMENTEL, Sílvia. Perspectivas jurídicas da família: o Novo Código Civil e a violência familiar. In: Serviço Social & Sociedade nº 71, São Paulo: Cortez, 2002. (p. 26-44)

RAMOS, Madalena. Etapas da organização familiar. In: RAMOS, Madalena. Introdução à Terapia Familiar. São Paulo: Ática, 1990. (p.7-23)

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, SÍLVIA e CODO, Wanderley (orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001. (p. 99-124)

RIBEIRO, S.M.S. A questão da família na atualidade. Florianópolis: loesc, 1999.

ROMEIRO, E. A. ;ALMEIDA, C. C. L. ; DOMINGUES, R. M. S. M. Grupo de Anticoncepção. In: Práticas de Educação em Saúde Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública; Centro de Saúde-Escola Germano Sinval Faria, 1992. (p. 47-73)

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A raça como negociação. In: FONSECA, Maria Nazareth (org). Brasil Afro Brasileiro. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. (p. 13-40)

VARGAS, E. P. Grupo de TIG. In: Práticas de Educação em Saúde Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública; Centro de Saúde-Escola Germano Sinval Faria, 1992. (p. 79-97)

ZIMERMAN, D.E. e OSÓRIO, L. C. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (p. 33-47; 75-81; 101-117)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Disciplina: Processo de trabalho no Serviço Social: famílias e segmentos sociais vulneráveis**

**Código: DSS 5168**

**Turma: 616 e 684**

**Professoras: Luiza Gerber e Simone Matos Machado**

**Semestre: 2005.2**

### **EMENTA**

A (re)construção dos objetos de intervenção nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis: entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, encaminhamento, documentação. Processos interventivos com famílias e segmentos sociais vulneráveis, inter-relações sócio-institucionais.

### **OBJETIVOS**

#### **2.1. Geral**

Capacitar o aluno para conhecer, analisar e propor ações profissionais no campo das expressões singulares da questão social.

#### **2.2. Específicos**

- ◆ Capacitar o aluno para a operacionalidade do instrumental técnico operativo do Serviço Social no campo da intervenção profissional em situações singulares.
- ◆ Orientar o aluno para a realização e elaboração de estudos e pareceres sociais.
- ◆ Instrumentalizar o aluno para conhecer, analisar e propor alternativas de intervenção relacionadas ao campo de intervenção das situações singulares.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **Unidade I - O Estudo Social**

1. Definição e finalidades
2. Questões éticas
3. Instrumentos técnico operativos : entrevistas, observação, visitas domiciliares.
4. Documentação: relatórios, diário de campo

#### **Unidade II - A Perícia Social**

A elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Sociais como forma de habilitação ao exercício do Assistente Social como perito, subsidiando ações de natureza judicial e outras.

1. Definição e procedimentos
  - 1.1 A perícia social no judiciário
  - 1.2 A perícia social na assistência social



- 1.3 A perícia social na previdência social
2. Parecer social/laudo social

### **Unidade III - A realização do Estudo Social**

Realização e proposição de ações interventivas: sócio-educativas, terapêuticas e outras.

1. O contato com a situação social
2. A definição dos sujeitos e abordagem dos sujeitos envolvidos na situação
  - 2.1 Procedimento ético
3. A definição e a utilização dos instrumentos técnico operativos
4. A elaboração da documentação
5. A análise da situação

### **Unidade IV - Estudo Social - Elaboração do documento final**

1. Apresentação do estudo
2. Descrição da situação e de seus sujeitos
3. Análise da situação social
4. Parecer social
  - 4.1 Parecer social/laudo social
5. Encaminhamentos para o processo de intervenção.
6. Ações (sujeitos, abordagens, instrumentos)

## **METODOLOGIA**

O programa será desenvolvido através de aulas expositivas, estudos dirigidos, oficinas saídas a campo, através das quais os estudantes realizarão, no âmbito de programas e instituições, ações pertinentes ao Serviço Social no campo da intervenção em situações singulares.

## **AVALIAÇÃO**

Serão realizadas duas avaliações: a primeira será individual e versará sobre o conteúdo teórico da disciplina (prova escrita). A Segunda será realizada através da sistematização de, no mínimo, um Estudo Social, de acordo com a orientação do professor.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social.** São Paulo, Cortez, 2003.

ALKENBACH, Elza M.F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. In **Revista Contexto/Educação.** Ijuí, Editora INIJUI, vol.7, s/d.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez, n.67, çano XXII, p. 145-158.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **O Serviço Social no judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos/organizações da assessoria psicossocial.** Florianópolis, Divisão de Artes Gráficas, 2001.

BUZA, Leliana Santos de. **A entrevista, o imaginário e a intuição. Pesquisa em enfermagem.**

EFFORT, Madalena Freire. **Observação, Registro e Reflexão.** Série seminários. São Paulo, Espaço Pedagógico/PND - Produção Gráfica. 1996.